

5. PROCESSO 2011.1.998.10.1 – SABRINA EPHIFANIO - FMVZ

EDITAL FAVEZ nº 113/2010
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR DO DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA DA FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (Edital de abertura nº 52/1306/2010).
O senhor Professor Doutor José Antônio Viçente, Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, faz público que a Congregação desta Faculdade, em sessão de 20/10/2010, aprovou, por unanimidade de votos, os pontos de interesse formulados pelos candidatos: Suelma Epifânio, Adriano Tony Ramos, Janaina Duarte e Bruno Cogliati, pertencente ao concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, na área: "Patologia Morfológica e Molecular" do Departamento de Patologia, desta Unidade.

EDITAL FAVEZ nº 128/2010
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR DO DEPARTAMENTO DE PATOLOGIA DA FMVZ/USP (Edital de abertura de inscrição FAVEZ nº 62/2010, publicado no D.O. de 13/09/10).
Candidatos:
1) Suelma Epifânio, 2) Adriano Tony Ramos, 3) Janaina Duarte e 4) Bruno Cogliati.
O senhor Professor Doutor José Antônio Viçente, Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, faz público que a Congregação desta Faculdade, em sessão de 15/12/2010 indicou, para constituição da competente Comissão Julgadora, os seguintes professores:
MEMBROS TITULARES
Prof. Dr. Frederico Azevedo da Costa Pinto
Prof. Dr. João Palermo Neto
Prof. Dr. Antônio Carlos Alencar
Prof. Dra. Márcia Dalstra Laurenti
Prof. Dra. Nacire Souza Rocha
MEMBROS SUPLENTE
Prof. Dra. Helene de Souza Spínola
Prof. Dr. David Diemeier
Prof. Dr. Maria Muelano
Prof. Dr. Benjamin Carlos Marcellini
Prof. Dr. João Carlos Pereira da Silva

Edital de Convocação para Provas - FAVEZ nº 02/2011
Referente ao Edital de abertura de inscrição FAVEZ nº 62/2010, publicado no D.O. de 13/09/10).
A Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo convoca os candidatos Suelma Epifânio, Adriano Tony Ramos, Janaina Duarte e Bruno Cogliati a comparecerem na Secretária de Assistência Técnica Acadêmica, Bloco 17, Pátio da Administração, situada à Av. Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva, nº 87, São Paulo, SP, no dia 07 de fevereiro de 2011, às 8h, para início do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor do Departamento de Patologia, o qual será realizado no período de 07 a 09 de fevereiro de 2011.

Exmo. Sr. Prof. Dr. José Antonio Visintin

DD. Diretor e Presidente da Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo

Sabrina Epiphânio, brasileira, solteira, médica veterinária, titular do RG N. 15.570.072-8 e do CPF N. 141.007.908-21 residente e domiciliada nesta Capital, à Alameda Campinas, n. 781, apto 84, vem, respeitosamente, e no prazo estatutário, por não concordar;

- com a decisão da comissão julgadora, que atuou no concurso visando ao provimento de um cargo de professor doutor, MS-3, em RDIDP, junto ao Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ/USP), objeto do edital FMVZ N. 62/2010 – decisão essa que sagrou indicação ao candidato que concorreu com a Recorrente;

- bem como com a decisão da Egrégia Congregação, que homologou o mencionado concurso, dela recorrer, com fundamento no Regimento Geral da Universidade de São Paulo, pelos motivos, de fato e de direito, que passa, a seguir, articuladamente, a expor:

I - A Recorrente é médica veterinária, com formação na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) do Campus de Jaboticabal, e, seguindo as prescrições do edital FMVZ N. 62/2010, inscreveu-se no concurso para títulos e provas, visando ao provimento de um cargo de professor doutor, MS-3, em RDIDP, junto ao Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo.

2 – O concurso, em que se inscreveu a Recorrente, nos termos do edital, regeu-se pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da USP e artigo 55, incisos I, II e III do Regimento Interno da FMVZ/USP (Resolução N. 4.148 de 06/01/55), alterado pela Resolução N. 5244 de 22/06/05.

EXPED. PROT. FMVZ/USP 13/ABR/2011 10:18:00



#

3 - O resultado do concurso foi homologado por decisão da Egrégia Congregação, datada de 06/04/2011 e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 09/04/2011.

4 - Ao fazê-lo, tem-se a impressão que a Egrégia Congregação desconsiderou o recurso que a Recorrente havia apresentado contra tal resultado.

5 - É certo, porém, que:

- primeiro, o recurso interposto pela Recorrente não foi protocolado fora de prazo, a não ser que se possa considerar comissão julgadora de concurso público como órgão executivo da Universidade de São Paulo, segundo o Regimento Geral da Universidade de São Paulo, em seu artigo 254, razão pela qual se pede a modificação da decisão anterior;

- segundo, caso se julgue que o recurso havia, mesmo, sido proposto fora do prazo, caberá, ainda, conhecer, já agora, o presente recurso, por força do que dispõe o artigo 254, "caput", que soa:

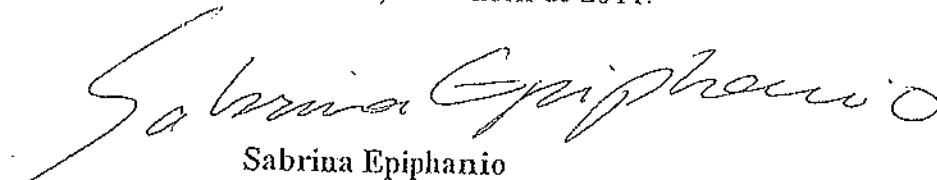
"Artigo 254 - O recurso contra decisões dos órgãos executivos e colegiados será interposto pelo interessado, no prazo máximo de dez dias, contados da data de ciência da decisão a recorrer";

- é que, sendo a decisão homologatória do concurso uma decisão da Egrégia Congregação, cabe, dela, o presente recurso autônomo, que se requer seja recebido, com efeito suspensivo, promovendo-se, a seguir, o seu julgamento pelo merecimento;

- sendo assim, pede-se que seja conhecido o conteúdo do presente recurso, exposto nas razões ora anexadas, as quais ficam, expressamente ratificadas, tudo em atenção ao artigo 254, acima transcrito.

Termos em que,
P.Deferimento.

São Paulo, 13 de abril de 2011.


Sabrina Epiphany

Razões de Recurso

Egrégia Congregação :

O concurso, a que se refere a Recorrente, constou de três provas:

- uma prova prática, que, muito embora assim denominada, consistiu numa prova escrita, com ponto sorteado no momento da prova;

- uma prova didática, que consistiu numa aula, a ser desenvolvida pelos candidatos, com ponto sorteado vinte e quatro horas antes da realização da prova;

- um julgamento do memorial, incluindo arguição e avaliação, devendo refletir o mérito do candidato.

A comissão julgadora que constou de cinco examinadores, conferiu, assim, três notas aos candidatos, uma para cada uma das provas em que se desdobrou o concurso.

Foram as seguintes as notas obtidas pelos candidatos:

- na prova prática, a Recorrente obteve a nota oito, tendo o seu concorrente obtido a nota nove;

- na prova didática, a Recorrente obteve a nota oito tendo o seu concorrente obtido a prova nove e meio;

- no julgamento do memorial, a Recorrente obteve a nota nove e meio, tendo o seu concorrente obtido a nota oito e meio.

Em consequência das notas alcançadas pelos candidatos, saiu vitorioso, do concurso, o candidato concorrente da Recorrente.

É certo, porém, que a Recorrente não concorda com esse resultado, e, nestas condições, vem apresentar, a esta Egrégia Congregação, o seu recurso, fazendo-o no prazo para tanto estabelecido regimentalmente.

São, na verdade, quatro os fundamentos para o presente recurso:

A – O Regimento Geral da Universidade de São Paulo prevê, em seu artigo 139, o seguinte:

“Artigo 139 – Caso a prova referida no artigo anterior seja escrita, aplicam-se as seguintes normas:

I – A comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa de concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, vinte e quatro horas antes do sorteio do ponto.”

Ora, a prova prática, da qual participou a Recorrente, foi, na verdade, uma prova escrita, na qual esta última discorreu sobre o ponto intitulado “Elucidação da histogênese de tumores por marcadores imunoistoquímicos e moleculares”.

O ponto sobre o qual deveria discorrer a Recorrente, entretanto, foi objeto de uma lista de dez pontos, com base no programa de concurso, dela não se tendo dado conhecimento aos candidatos vinte e quatro horas antes do sorteio do ponto!

É certo que a denominação da prova, realizada pela Recorrente, foi “prova prática”.

Mas, na verdade, consistiu numa prova escrita, o que convoca, para a sua regência, o artigo 139 do Regimento da USP, acima transcrito.

E é inegável a desconformidade entre o que ocorreu, no caso concreto, e o que dispõe o Regimento Geral da USP.

O que, verdadeiramente, importa, na definição do que seja uma prova não é, evidentemente, a sua denominação.

Para correta definição do que seja uma prova é de mister atentar para a sua natureza.

E a natureza da prova da qual participou a Recorrente foi de uma prova escrita, tanto que constou de peça redigida, sobre o ponto que lhe coube no sorteio.

Ora, se de prova escrita se tratava, era essencial que fosse antecedida pela apresentação de uma lista de dez pontos, com vinte e quatro horas de antecedência.

Não se perca, com efeito, de vista que, do programa, constavam seis disciplinas, que incluíam setenta e quatro assuntos - temas amplos - dos quais foram extraídos os dez pontos para sorteio, sem o conhecimento prévio das vinte e quatro horas de antecedência.

Essa circunstância - a discrepância entre o que prevê o Regimento Geral da USP e o que, efetivamente, ocorreu, no caso do concurso de que participou a Recorrente, basta para que se declare a anulação do certame, consubstanciada em rever, por parte desta Egrégia Congregação, sua posição anterior, reformulando a decisão de homologar o resultado do concurso.

Se, com efeito, o Regimento prevê determinada conduta, que favorece os candidatos, e, na realidade, essa conduta não se apresenta, é óbvio que isso importa em sacrifício do direito dos concorrentes, com o que não se compadece a manutenção do concurso irregular.

B - O Regimento Geral da USP prevê o seguinte:

“Artigo 139 - Caso a prova referida no artigo anterior seja escrita, aplicam-se as seguintes normas:

VI - cada prova será avaliada pelos membros da comissão julgadora, individualmente.”

No caso concreto, entretanto, eram dois os candidatos e ambos tiveram as mesmas notas, com os cinco examinadores.

Ou seja, foram quinze “coincidências”, as quais, multiplicadas por dois, perfazem a inacreditável soma de trinta “coincidências”.

Não é difícil que, tratando-se da nota máxima, haja unanimidade entre os julgadores.

Mas, no presente caso, as notas não foram as máximas, sendo improvável que tenham sido outorgadas sem um prévio consenso entre os participantes da banca.

24

Isso quer dizer que as notas foram conferidas pelos examinadores, de modo consensual, ou seja, após combinação entre eles, o que não está previsto no Regimento Geral da USP.

Este, com efeito, prevê que as notas sejam dadas individualmente, do que serve de demonstração o fato de que o próprio Regimento prevê que as notas sejam atribuídas em envelopes lacrados.

Não se vê qual o sentido de lacrar os envelopes, nos quais são dadas as notas, senão o de preservar o caráter individual e secreto dessas notas, que não devem ser objeto de consenso entre os participantes da comissão julgadora.

Os membros da comissão julgadora no presente caso, entretanto, não se comportaram como previsto no Regimento.

Essa circunstância — o fato de se abrir debate sobre as notas atribuídas aos candidatos, em frontal violação ao preceito segundo o qual devem ser conferidas individualmente, e de modo secreto, pois esse é o objetivo de que sejam inseridas em envelope lacrado — basta para que a Egrégia Congregação reformule a decisão de homologar o concurso e declare a sua anulação.

C -- Por menos que se queira entrar no mérito do concurso realizado pela Recorrente, há uma grande diferença entre o *curriculum vitae* da Recorrente e aquele apresentado pelo seu concorrente.

No caso da Recorrente, a classificação dos artigos publicados nos últimos cinco anos indica um resultado médio, observado o fator de impacto, de 7,9429, e 7 publicações classificadas como A1 pela WebQualis da Capes.

Já o concorrente da Recorrente, na mesma classificação, observado o fator de impacto, obteve um resultado médio de 1,03 e nenhuma publicação A1 classificada pela WebQualis da Capes.

Trata-se de diferença muito representativa, à qual, entretanto, não foram sensíveis os membros da comissão julgadora, que conferiram, à Recorrente, no exame do memorial, apenas um ponto a mais, em relação ao adversário, o que é injusto.

No tocante aos trabalhos realizados pelos concorrentes, tem-se que:

- a consulta realizada na base de dados "Web of Science" mostra que pela Recorrente foram em número de onze artigos com um total de cento e trinta e seis citações e fator h igual a 6;

- ao passo que os artigos publicados pelo concorrente foram em número de oito, com um total de quatro citações e fator h igual a 2;

- a consulta realizada na base de dados "Scopus", pela Recorrente foram em número de quatorze artigos, com um total de cento e quarenta e nove citações;

- ao passo que os artigos publicados pelo concorrente foram em número de dez, com um total de seis citações;

Quanto ao tempo de pós-doutorado, a Recorrente tem cinco anos em dois Institutos de Pesquisa internacionais.

O concorrente, em contra-partida, tem alguns meses em uma Instituição nacional.

No tocante à atividade de docência, a Recorrente tem experiência em duas instituições de ensino privadas e uma instituição de ensino pública, tendo ministrado sete disciplinas de graduação, na área do concurso ou correlacionadas.

E o concorrente não tem qualquer experiência em instituições de ensino privadas ou públicas em qualquer das disciplinas.

No tocante à captação de recursos, a Recorrente tem demonstrado excelência neste quesito, com dois projetos financiados, como pesquisadora responsável (Jovem Pesquisador da FAPESP nº 53256-7 – 02/2010 a 02/2014 e Universal do CNPq nº 470590/2009-2 - 11/2009 a 11/2011), totalizando mais de meio milhão de reais aprovados.

Ademais, a Recorrente é orientadora de uma aluna de doutorado matriculada no programa de Pós-graduação do Instituto de Medicina Tropical, da Universidade de São Paulo, no qual a Recorrente é credenciada.

D – Por último, considere-se que a Recorrente foi destinatária de questionamentos inusuais, por parte de membros da comissão julgadora em sessão pública:

- colocaram-lhe, por exemplo, a circunstância de que, tendo saído vitoriosa de um concurso na UNIFESP, não seria correto disputar

P

a vaga da USP, uma vez que a Recorrente já havia "tirado" a vaga de um concorrente;

- colocaram-lhe o argumento de que não teria formação em patologia, quando, na verdade, a Recorrente fez mestrado e doutorado em patologia, matéria que vem lecionando normalmente, nas instituições em que o faz.

Por todas estas circunstâncias, ou seja:

- porque não se cumpriu o Regimento Geral da Universidade de São Paulo, no tocante à lista dos dez pontos, que deve ser noticiada aos candidatos vinte e quatro horas antes do concurso;

- porque as notas foram objeto de consenso entre os participantes da banca, quando deveriam ser individualmente conferidas e em sigilo;

- porque o *curriculum vitae* da Requerente é, sem dúvida, mais consistente do que o do concorrente;

- e, finalmente, porque questionamentos inusuais-lhe foram feitos, na arguição do memorial;

Deve o presente recurso ser provido por esta Egrégia Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, tornando sem efeito a homologação e, conseqüentemente, anulando-se o concurso público de que participou a Recorrente, como de

Justiça!

São Paulo, 13 de abril de 2011


Sabrina Epiphânio

Identificação dos candidatos: Sabrina Epiphânio e Bruno Cogliati									
QUADRO GERAL DE NOTAS	DIDÁTICA		PRÁTICA		Avaliação Memorial com Prova Pública de Arguição		NOTA POR EXAMINADOR		INDICAÇÃO
	3		3		4		4		
Avaliadores / Candidatos	Sabrina	Bruno	Sabrina	Bruno	Sabrina	Bruno	Sabrina	Bruno	Bruno
Profa. Dra. Marcia Dalastre Laurenti	8,0	9,0	8,0	9,5	9,5	8,5	8,6	9,0	x
Profa. Dra. Noeme Sousa Rocha	8,0	9,0	8,0	9,5	9,5	8,5	8,6	9,0	x
Prof. Dr. Antonio Carlos Alessi	8,0	9,0	8,0	9,5	9,5	8,5	8,6	9,0	x
Prof. Dr. Frederico Azevedo da Costa Pinto	8,0	9,0	8,0	9,5	9,5	8,5	8,6	9,0	x
Prof. Dr. João Palermo Neto	8,0	9,0	8,0	9,5	9,5	8,5	8,6	9,0	x

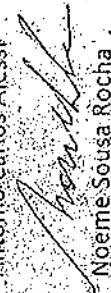
São Paulo, 09 de fevereiro de 2011


Frederico Azevedo da Costa Pinto


Marcia Dalastre Laurenti


João Palermo Neto


Antonio Carlos Alessi


Noeme Sousa Rocha

**FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA**

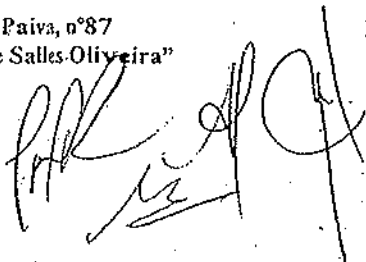
Relatório Final do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, MS-3, em RDIDP, na Área de "Patologia Morfológica e Molecular", junto ao Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo.

Candidatos: Sabrina Epiphanyo, Adriano Tony Ramos, Janaína Duarte e Bruno Cogliati

A Comissão Julgadora do Concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, MS-3, em RDIDP, junto à Área de "Patologia Morfológica e Molecular" do Departamento de Patologia, integrada pelos Professores Dr. João Palermo Neto, Dr. Frederico Azevedo da Costa Pinto, Dr. Antonio Carlos Alessi, Dra. Márcia Dalasta Laurenti e Dra. Noeme Sousa Rocha, instalou-se às 8h30 do dia sete de fevereiro de dois mil e onze, na sala Prof. Dr. Décio de Mello Malheiro, desta Unidade, sita no *Campus* da Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira", sob a Presidência do Prof. Dr. João Palermo Neto, conforme disposto no artigo 185 do Regimento Geral da USP.

A seguir, a Comissão Julgadora, organizou e aprovou, com base no programa e normas constantes do edital de concurso, a lista constante de 10 pontos para realização da Prova Prática, a saber: 1. Diagnóstico diferencial molecular de patógenos; 2. Mecanismos envolvidos no choque endotóxico; 3. Elucidação da histogênese de tumores por marcadores imunoistoquímicos e moleculares; 4. Desenvolvimento e validação de animais geneticamente modificados como modelos de doenças veterinárias e humanas; 5. Agentes etiológicos de zoonoses de interesse veterinário com base em consulta em bancos de dados públicos e seleção de ferramentas moleculares adequadas; 6. Interação molecular entre componentes de sinalização intracelular relevantes na inflamação aguda por métodos de imagem; 7. Eficácia e adequação de novas soluções fixadoras para material destinado às seguintes técnicas: 1) microscopia de luz, coloração H&E, 2) imunohistoquímica, 3) diagnóstico molecular diferencial de patógenos, 4) microscopia eletrônica de transmissão; 8. Avaliação das alterações cadavéricas nos animais de pequeno porte e estimativa do tempo de morte; 9. Adequação de um ambiente de manutenção (incluindo equipamentos), compatível com padrão sanitário da maioria dos animais geneticamente modificados e 10. Mecanismos fisiopatológicos do estresse em três espécies de vertebrados. Registre-se que não compareceram os candidatos Adriano Tony Ramos e Janaína Duarte. Na sequência, os candidatos Sabrina Epiphanyo e Bruno Cogliati tomaram conhecimento da lista dos referidos pontos e dela concordaram e após, sortearam o ponto da Prova Prática de nº 3, intitulado: "Elucidação da histogênese de tumores por marcadores imunoistoquímicos e moleculares", sendo que os candidatos, imediatamente após o sorteio do ponto, realizaram a Prova Prática.

Às 14h a Comissão organizou e aprovou lista constante de 10 pontos para realização da Prova Didática, com base no programa e normas do edital de concurso, a saber: 1. Tanatologia: estudo das alterações cadavéricas dos animais domésticos; 2. Animais heterogênicos, isogênicos, transgênicos e knockouts: desenvolvimento, criação e manejo; 3. Quimiotaxia, diapedese e fagocitose; 4. Mecanismos de disseminação de tumores; 5. Mecanismos e morfologia da morte celular; 6. Broncopneumonia: morfologia, etiologia e patogenia; 7. Patologia comparada do



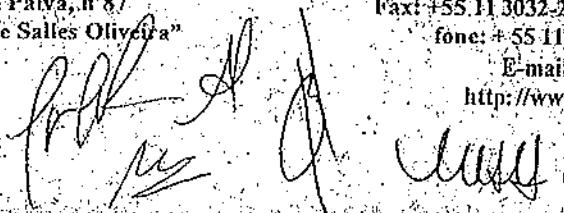


FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

estresse em animais selvagens: causas, mecanismos e consequências; 8. Patologia comparada do choque nos animais domésticos e selvagens: mecanismos e morfologia; 9. Diagnóstico molecular diferencial de zoonoses em animais domésticos e selvagens; 10. Insuficiência renal aguda e crônica em animais domésticos, da qual os candidatos Sabrina Epiphânio e Bruno Cogliati tomaram ciência e concordaram com os pontos dela constantes. Em seguida foi sorteado o ponto da Prova Didática de nº6, intitulado: "Broncopneumonia: morfologia, etiologia e patogenia".

No dia oito de fevereiro de dois mil e onze, decorrido o prazo de 24 horas, foi realizada a Prova Didática dos candidatos, a saber: Sabrina Epiphânio, das 14h30 às 15h22 e Bruno Cogliati, das 16h06 às 16h56.

No dia nove de fevereiro de dois mil e onze, às 8h30, iniciaram-se os trabalhos do Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição, obedecendo-se a ordem de inscrição dos candidatos. Às 15h, procedeu-se, nos termos do artigo 144, parágrafo único, do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, a sessão pública da proclamação do Resultado Final do referido concurso. O Presidente da Comissão Julgadora procedeu à leitura das notas atribuídas aos candidatos pelos senhores examinadores salientando que as Provas: Didática, Prática e Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição tiveram, respectivamente, os pesos: 3 (três), 3 (três) e 4 (quatro). As notas atribuídas pelos examinadores aos candidatos foram: 1 – **Sabrina Epiphânio** – Profa. Dra. Márcia Dalastra Laurenti: Prova Prática: 8,0 (oito); Prova Didática: 8,0 (oito); Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição: 9,5 (nove e meio); Média Ponderada: 8,6 (oito e seis); Profa. Dra. Noeme Sousa Rocha: Prova Prática: 8,0 (oito); Prova Didática: 8,0 (oito); Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição: 9,5 (nove e meio); Média Ponderada: 8,6 (oito e seis); Prof. Dr. Antonio Carlos Alessi: Prova Prática: 8,0 (oito); Prova Didática: 8,0 (oito); Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição: 9,5 (nove e meio); Média Ponderada: 8,6 (oito e seis); Prof. Dr. Frederico Azevedo da Costa Pinto: Prova Prática: 8,0 (oito); Prova Didática: 8,0 (oito); Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição: 9,5 (nove e meio); Média Ponderada: 8,6 (oito e seis); Prof. Dr. João Palermo Neto: Prova Prática: 8,0 (oito); Prova Didática: 8,0 (oito); Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição: 9,5 (nove e meio); Média Ponderada: 8,6 (oito e seis); 2 – **Bruno Cogliati** – Profa. Dra. Márcia Dalastra Laurenti: Prova Prática: 9,5 (nove e meio); Prova Didática: 9,0 (nove); Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição: 8,5 (oito e meio); Média Ponderada: 9,0 (nove); Profa. Dra. Noeme Sousa Rocha: Prova Prática: 9,5 (nove e meio); Prova Didática: 9,0 (nove); Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição: 8,5 (oito e meio); Média Ponderada: 9,0 (nove); Prof. Dr. Antonio Carlos Alessi: Prova Prática: 9,5 (nove e meio); Prova Didática: 9,0 (nove); Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição: 8,5 (oito e meio); Média Ponderada: 9,0 (nove); Prof. Dr. Frederico Azevedo da Costa Pinto: Prova Prática: 9,5 (nove e meio); Prova Didática: 9,0 (nove); Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição: 8,5 (oito e meio); Média Ponderada: 9,0 (nove); Prof. Dr. João Palermo Neto: Prova Prática: 9,5 (nove e meio); Prova Didática: 9,0 (nove); Julgamento do Memorial com Prova Pública de Arguição: 8,5 (oito e meio); Média Ponderada: 9,0 (nove). Ultimada a proclamação





FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

pública do resultado final do referido concurso, em face de tudo quanto exposto e diante das notas obtidas pelos candidatos nas provas as quais se submeteram, a Comissão Julgadora ultimou este Relatório, referente ao artigo 145 do referido Regimento Geral da Universidade de São Paulo, pelo qual ao considerar habilitados os candidatos Sabrina Epiphany e Bruno Cogliati indica à Congregação, por unanimidade, o nome do candidato Bruno Cogliati para exercer, em RDIDP, o cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia – USP.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2011

Comissão Julgadora

Frederico Azevedo da Costa Pinto

João Palermo Neto

Presidente

Antonio Carlos Alessi

Márcia Dalastre Laurenti

Noemé Sousa Rocha

À CONGREGAÇÃO

SP, 23/02/11

Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
José Antonio Visintin
Diretor

- 1) O presente expediente foi homologado, por maioria de votos, pela Congregação desta Faculdade, em sessão de 06/04/2011.
- 2) À Assistência Técnica Acadêmica, para as providências cabíveis.

São Paulo, 07 de abril de 2011

José Antonio Visintin

pr. Diretor

Enrico Lippi Ortolan
Vice-Diretor

Ao

Exmo. Sr.

Prof. Dr. José Antonio Visintin

DD. Diretor e Presidente da Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo

Sabrina Epipliano, brasileira, solteira, médica veterinária, titular do RG N. 15.570.072-8 e do CPF N. 141.007.908-21 residente e domiciliada nesta Capital, à Alameda Campinas, n. 781, apto 84, vem, respeitosamente, e no prazo estatutário, por não concordar com a decisão da comissão de examinadores; que atuou no concurso visando ao provimento de um cargo de professor doutor, MS-3, em RDIDP, junto ao Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ/USP), objeto do edital FMVZ N. 62/2010 – decisão essa que sagrou a indicação ao candidato que concorreu com a Recorrente – dela recorrer, com fundamento no Regimento Geral da Universidade de São Paulo, pelos motivos, de fato e de direito, que passa, a seguir, articuladamente, a expor:

1 – A Recorrente é médica veterinária, com formação na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) do Campus de Jaboticabal, e, seguindo as prescrições do edital FMVZ N. 62/2010, inscreveu-se no concurso para títulos e provas, visando ao provimento de um cargo de professor doutor, MS-3, em RDIDP, junto ao Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo.

2 – O concurso, em que se inscreveu a Recorrente, nos termos do edital, regeu-se pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da USP e artigo 55, incisos I, II e III do Regimento Interno da FMVZ/USP (Resolução N. 4.148 de 06/01/55); alterado pela Resolução N. 5244 de 22/06/05.

3 – O concurso constou de três provas:

- uma prova prática, que, muito embora assim denominada, consistiu numa prova escrita, com ponto sorteado no momento da prova;

- uma prova didática, que consistiu numa aula, a ser desenvolvida pelos candidatos; com ponto sorteado vinte e quatro horas antes da realização da prova;

- um julgamento do memorial, incluindo arguição e avaliação, devendo refletir o mérito do candidato.

4 – A banca examinadora, que constou de cinco examinadores, conferiu, assim, três notas aos candidatos, uma para cada uma das provas em que se desdobrou o concurso;

5 – Foram as seguintes as notas obtidas pelos candidatos:

135
88

- na prova prática, a Recorrente obteve a nota oito, tendo o seu concorrente obtido a nota nove;

- na prova didática, a Recorrente obteve a nota oito tendo o seu concorrente obtido a nota nove e meio;

- no julgamento do memorial, a Recorrente obteve a nota nove e meio, tendo o seu concorrente obtido a nota oito e meio.

6 - Em consequência das notas alcançadas pelos candidatos, saiu vitorioso, do concurso, o candidato concorrente da Recorrente.

7 - É certo, porém, que a Recorrente não concorda com esse resultado, e, nestas condições, vem apresentar, a esta Egrégia Congregação, o seu recurso, fazendo-o no prazo para tanto estabelecido regimentalmente.

8 - São, na verdade, quatro os fundamentos para o presente recurso:

A - O Regimento Geral da Universidade de São Paulo prevê, em seu artigo 139, o seguinte:

"Artigo 139 - Caso a prova referida no artigo anterior seja escrita, aplicam-se as seguintes normas:

1 - A comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa de concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, vinte e quatro horas antes do sorteio do ponto."

Ora, a prova prática, da qual participou a Recorrente, foi, na verdade, uma prova escrita, na qual esta última discorreu sobre o ponto intitulado "Elucidação da histogênese de tumores por marcadores imunoistoquímicos e moleculares".

O ponto sobre o qual deveria discorrer a Recorrente, entretanto, foi objeto de uma lista de dez pontos, com base no programa do concurso, dela não se tendo dado conhecimento aos candidatos vinte e quatro horas antes do sorteio do ponto!

É certo que a denominação da prova, realizada pela Recorrente, foi "prova prática".

Mas, na verdade, consistiu numa prova escrita, o que convoca, para a sua regência, o artigo 139 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, acima transcrito.

É inequivel a desconformidade entre o que ocorreu, no caso concreto, e o que dispõe o Regimento Geral da USP.

[Handwritten signature]

O que, verdadeiramente, importa, na definição do que seja uma prova não é, evidentemente, a sua denominação.

Para correta definição do que seja uma prova é de mister atentar para a sua natureza.

E a natureza da prova da qual participou a Recorrente foi de uma prova escrita, tanto que constou de peça redigida, sobre o ponto que lhe coube no sorteio.

Ora, se de prova escrita se tratava, era essencial que fosse antecedida pela apresentação de uma lista de dez pontos, com vinte e quatro horas de antecedência.

Não se perca, com efeito, de vista que, do programa, constavam seis disciplinas, que incluíam setenta e quatro assuntos - temas amplos - dos quais foram extraídos os dez pontos para sorteio, sem o conhecimento prévio das vinte e quatro horas de antecedência.

Essa circunstância - a discrepância entre o que prevê o Regimento Geral da USP e o que, efetivamente, ocorreu, no caso do concurso de que participou a Recorrente, basta para que se declare a anulação do certame, consubstanciada na recusa, por parte desta Egrégia Congregação, em homologar o resultado do concurso:

Se, com efeito, o Regimento Geral da USP prevê determinada conduta, que favorece os candidatos, e, na realidade, essa conduta não se apresenta, é óbvio que isso importa em sacrifício do direito dos concorrentes, com o que não se compadece a manutenção do concurso irregular.

B - O Regimento Geral da USP prevê o seguinte:

"Artigo 139 - Caso a prova referida no artigo anterior seja escrita, aplicam-se as seguintes normas:

VI - cada prova será avaliada pelos membros da comissão julgadora, individualmente."

No caso concreto, entretanto, eram dois os candidatos e cada um deles obteve as mesmas notas dos cinco examinadores:

Ou seja, foram quinze "coincidências", as quais, multiplicadas por dois, perfazem a inacreditável soma de trinta "coincidências".

Não é difícil que, tratando-se da nota máxima, haja unanimidade entre os julgadores.

Mas, no presente caso, as notas não foram as máximas, sendo improvável que tenham sido outorgadas sem um prévio consenso entre os participantes da banca.

Isso quer dizer que as notas foram conferidas pelos examinadores, de modo consensual, ou seja, após combinação entre eles, o que não está previsto no Regimento Geral da USP.

Este, com efeito, prevê que as notas sejam dadas individualmente, do que serve de demonstração o fato de que o próprio Regimento prevê que as notas sejam atribuídas em envelopes lacrados.

Não se vê qual o sentido de lacrar os envelopes, nos quais são dadas as notas, senão o de preservar o caráter individual e secreto dessas notas, que não devem ser objeto de consenso entre os participantes da banca examinadora.

Os membros da banca examinadora, no presente caso, entretanto, não se comportaram como previsto no Regimento.

Essa circunstância – o fato de se abrir debate sobre as provas atribuídas aos candidatos, em frontal violação ao preceito segundo o qual devem ser conferidas individualmente, e de modo secreto, pois esse é o objetivo de que sejam inseridas em envelope lacrado – basta para que a Egrégia Congregação declare a anulação do concurso, ou se recuse a homologá-lo.

C – Por menos que se queira entrar no mérito do concurso realizado pela Recorrente, há uma grande diferença entre o *curriculum vitae* da Recorrente e aquele apresentado pelo seu concorrente.

Observem-se, no quadro ora anexado, os resumos da produção científica de ambos os candidatos.

No caso da Recorrente, a classificação dos artigos publicados nos últimos cinco anos, indica um resultado médio, observado o fator de impacto, de 7,9429, e sete publicações classificadas como A1 pela WebQualis da CAPES.

Já, o concorrente da Recorrente, na mesma classificação, observado o fator de impacto, obteve um resultado médio de 1,03 e nenhuma publicação A1 classificada pela WebQualis da Capes.

No tocante aos trabalhos realizados pelos concorrentes, tem-se que:

- a consulta realizada na base de dados "Web of Science" mostra que pela Recorrente foram em número de onze artigos com um total de cento e trinta e seis citações e fator *h* igual a 6;

- ao passo que os artigos publicados pelo concorrente foram em número de oito, com um total de quatro citações e fator *h* igual a 2;

- a consulta realizada na base de dados "Scopus", pela Recorrente foram em número de quatorze artigos, com um total de cento e quarenta e nove citações;

- ao passo que os artigos publicados pelo concorrente foram em número de dez, com um total de seis citações;

Quanto ao tempo de pós-doutorado, a Recorrente tem cinco anos em dois Institutos de Pesquisa internacionais.

O concorrente, em contra-partida, tem alguns meses em uma Instituição nacional.

No tocante à atividade de docência, a Recorrente tem experiência em duas instituições de ensino privadas e uma instituição de ensino pública, tendo ministrado sete disciplinas de graduação, na área do concurso ou correlacionadas.

E o concorrente não tem qualquer experiência em instituições de ensino privadas ou públicas em qualquer das disciplinas.

No tocante à captação de recursos, a Recorrente tem demonstrado excelência neste quesito, com dois projetos financiados, como pesquisadora principal (Jovem Pesquisador da FAPESP nº 53256-7 - 02/2010 a 02/2014 e Universal do CNPq nº 470590/2009-2 - 11/2009 a 11/2011), totalizando mais de meio milhão de reais aprovados.

Ademais, a Recorrente é orientadora de uma aluna de doutorado matriculada no programa de Pós-graduação do Instituto de Medicina Tropical, da Universidade de São Paulo, no qual a Recorrente é credenciada.

Trata-se de diferença muito representativa à qual, entretanto, não foram sensíveis os membros da banca examinadora, que conferiram, à Recorrente, no exame do memorial, apenas um ponto a mais, em relação ao adversário, o que é injusto.

D' - Por último, considere-se que a Recorrente foi destinatária de questionamentos inusuais, por parte de membros da banca examinadora em sessão pública:

- colocaram-lhe, por exemplo, a circunstância de que, tendo saído vitoriosa de um concurso na UNIFESP, não deveria disputar a vaga da USP;

- colocaram-lhe o argumento de que não teria formação em patologia, quando, na verdade, a Recorrente fez mestrado e doutorado em patologia, matéria que vem lecionando normalmente, nas instituições em que o faz.

Por todas estas circunstâncias, ou seja:

- porque não se cumpriu o Regulamento Geral da USP, no tocante à lista dos dez pontos, que deve ser noticiada aos candidatos vinte e quatro horas antes do concurso;

- porque as notas foram objeto de consenso entre os participantes da banca, quando deveriam ser individualmente conferidas e em sigilo;


- porque o *curriculum vitae* da Requerente é, sem dúvida, mais extenso do que o do concorrente.

- e, finalmente, porque questionamentos inusuais lhe foram feitos, na arguição do memorial.

Deve o presente recurso ser provido por esta Egrégia Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo, anulando-se -- ou deixando-se de homologá-lo -- o resultado do concurso público de que participou a Recorrente.

Termos em que,
P. Deferimento.

São Paulo, 18 de março 2011.


Sabrina Epiphânio



PG. P.0821/11
JAC

PROCESSO Nº.: 2007.1.1424.88.0

INTERESSADO: FACULDADE DE MEDICINA
VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

ASSUNTO: Concurso docente. Recurso
extemporâneo. Artigo 254 do Regimento Geral.
Hipótese de não conhecimento.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de recurso interposto por Sabrina Epiphânio contra a decisão da Comissão Julgadora do Concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor na Área de Patologia Morfológica e Molecular do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina Veterinária, realizado no período compreendido entre 07 e 09 de fevereiro de 2010 (fls. 64 e seguintes).

Sagrou-se vencedor do concurso em questão, o Dr. Bruno Cogliati, com cinco indicações, restando habilitado, porém, não indicados, em virtude das notas obtidas, a candidata Sabrina Epiphânio (fls. 121/125):



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

1357

Inconformada, a interessada recorreu da decisão da Comissão Julgadora, alegando, em suma, que: 1) não foi respeitado o prazo do artigo 139 do Regimento Geral, que garante ao candidato 24 horas de intervalo entre a ciência da lista de pontos e o sorteio do ponto e início da prova escrita; 2) houve consenso nas notas entre os participantes da banca, notas essas que deveriam ser conferidas individualmente e em sigilo; 3) seu *curriculum vitae* é mais extenso do que o do candidato indicado; 4) foram-lhe dirigidos questionamentos "inusuais" na arguição do Memorial.

Compulsando os autos, verificamos que o concurso encerrou-se em 09 de fevereiro próximo passado, oportunidade em que o resultado foi divulgado publicamente.

Constatamos, também, que a candidata se insurgiu contra a decisão da Comissão Julgadora apenas em 18 de março de 2010 (fls. 126 verso), isto é, mais de 40 dias após a divulgação do resultado.

Ocorre, todavia, que o prazo para interposição de recurso, no âmbito da Universidade de São Paulo, é de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão.

Portanto, em que pese a legitimidade da candidata vencida para recorrer da decisão da Comissão Julgadora, falta ao recurso em questão requisito fundamental de prosseguimento, qual seja a tempestividade.

Diante do exposto, o reclamo de fls. 126/131 não merece ser conhecido pela Congregação, que poderá deliberar sobre a homologação do concurso, independentemente de examinar as razões apresentadas pela candidata vencida.

AP

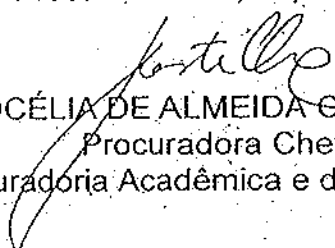


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

12

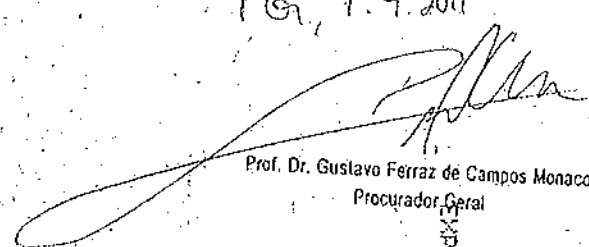
Estas as observações que julgamos cabíveis e submetemos à elevada consideração dessa DD. Chefia.

Procuradoria Geral, 31 de março de 2011.


JOCÉLIA DE ALMEIDA CASTILHO
Procuradora Chefe
Procuradoria Acadêmica e de Convênios

*Acólho o Parecer
à FMVZ com registro
de não conhecimento do recurso
pela E. Congregação*

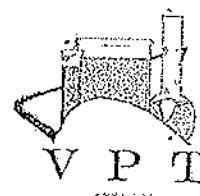
PG, 1.4.2011


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral

EXPED. PROT. FMVZ/USP 05/ABR/2011 10:28:00



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
Departamento de Patologia



São Paulo, 14 de abril de 2011

Ao Professor João Palermo Neto
 Chefe do Departamento de Patologia

ER: Recurso

Prezado Professor Palermo,


Atendendo a sua solicitação, faço meus comentários sobre o recurso impetrado por Sabrina Epiphanyo relativo à decisão da Comissão Julgadora, que atuou no concurso visando ao provimento de um cargo de professor doutor MS3, em RDIDP, junto a este Departamento.

Cabe explicar porque a prova prática é feita por meio da elaboração de um protocolo experimental. Entende-se protocolo experimental como parte fundamental de qualquer atividade científica com propósito investigativo; dele consta detalhamento do material e dos métodos, a serem empregados na prática do trabalho proposto. Considerando a amplitude e o número de disciplinas do edital dificulta a viabilização de provas práticas. Considerando que hoje em dia existem restrições legais e de ordem ética ao uso de animais em experimentação. Considerando o tempo que seria consumido com esses procedimentos no caso de haver um grande número de inscritos no concurso. Ao elaborar o edital decidiu-se por abrir mão da execução propriamente dita dos protocolos. A forma escrita serviu, portanto para avaliar o conhecimento prático bem como a capacidade de teria cada candidato de elaborar a parte de métodos, que é parte integrante de qualquer estudo de investigação experimental.

O conhecimento dos candidatos é avaliado pela descrição dos protocolos experimentais práticos. Logo, o fato da concepção e da descrição do protocolo experimental solicitada aos candidatos, ter sido feita por escrito não significa tratar-se de prova escrita. O que a prova avaliou foi o conhecimento e a capacidade de elaboração de um protocolo prático para investigação experimental. Fique claro que o protocolo experimental fundamenta sua elaboração prática e que uma coisa não pode ser feita sem a outra. Assim, a prova é concebida para permitir a avaliação da capacidade prática do candidato.

Agradeço a oportunidade de me manifestar a esse respeito. Aproveito para me colocar à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários sobre esse assunto.

Atenciosamente,


 Luciano F. Felfcio
 Professor Titular



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

150

PG. P. 999/11
MAV

Autos USP nº 2011.1.998.10.1

Interessado: FACULDADE DE MEDICINA
VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

Assunto: Recurso. Concurso Professor
Doutor. Departamento de Patologia.
Prova prática realizada por escrito.
Análise jurídica.

PARECER

Senhor Procurador Geral

O Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia encaminha os autos a esta Procuradoria Geral, fls. 02, solicitando análise do recurso interposto pela candidata Sabrina Epiphanyo contra decisão da Congregação daquela Unidade "que homologou o relatório final do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, M-3, em RDIDP, junto ao Departamento de Patologia, realizado no período de 6 a 9 de fevereiro de 2011, Proc. USP. 2010.1.1039.10.7", do qual se sagrou vencedor o Prof. Dr. Bruno Cogliati.

O recurso foi juntado aos autos, fls. 03-10, alegando a recorrente, em síntese, que a prova prática, "embora assim denominada, consistiu numa prova escrita, com ponto sorteado no momento da prova", sem observância do prazo de 24 horas para ciência da lista dos dez

150



pontos, conforme estabelecido para prova escrita no artigo 139 do Regimento Geral. Afirma que "as notas foram objeto de consenso entre os participantes da banca", porque participaram do concurso dois candidatos e ambos obtiveram as mesmas notas dos examinadores. Aduz que "há uma grande diferença entre o *curriculum vitae* da Recorrente e aquele apresentado pelo seu concorrente". Argumenta, ainda, que lhe foram feitos "questionamentos inusuais" na arguição de memorial.


Juntou-se aos autos, fls. 11-153, cópia do processo de concurso, o que possibilita a análise jurídica do recurso.

O encerramento do concurso ocorreu em 09 de fevereiro do corrente ano, com a divulgação do resultado na mesma data. A candidata interpôs recurso, fls. 134-139, contra a decisão da comissão julgadora em 18 de março de 2011, isto é, "mais de 40 dias após a divulgação do resultado", conforme consignado no parecer desta Procuradoria Geral, PG.P. 821/11 (fls.142-144), que não foi conhecido pela Congregação da Unidade, por ser intempestivo, nos termos do artigo 254 do Regimento Geral da USP.

É o relatório. Passo a opinar.

Observe, preliminarmente, que o recurso em análise, fls. 3-10, é tempestivo e preenche as condições de admissibilidade, podendo ser conhecido, considerando que recebido na Unidade em 13/04/2011 e a decisão recorrida data de 06/04/2011, publicada no Diário Oficial do Estado de 09/04/2011. Portanto, dentro do prazo de dez dias estabelecido no artigo 254 do Regimento Geral da USP.

Quanto às razões do recurso não vislumbro ilegalidade a ensejar a não homologação do certame e a sua nulidade, conforme requerido pela recorrente.





258

Os concursos para provimento de cargos da carreira docente na Universidade de São Paulo têm suas regras traçadas pelo Regimento Geral e são realizados em consonâncias com as normas do edital. No presente caso, de acordo com o edital, publicado no Diário Oficial do Estado de 13 de agosto de 2010 (fls. 20), o concurso constou de três provas: prova prática, prova didática e julgamento de memorial.

O Regimento Geral da Universidade de São Paulo, ao estabelecer as regras para o concurso de professor doutor, dispõe, no artigo 135, que as provas constam de: julgamento de memorial com prova pública de arguição; prova didática; outra prova, a critério da Unidade.

Nessa esteira, e em conformidade com o artigo 47 do Regimento Interno da Unidade, baixado pela Resolução 5870/2010, o edital do concurso, fls. 20, estabeleceu que a outra prova seria a prova prática, determinando, no item "6"¹, as normas para sua realização e os critérios de julgamento.

Ressalte-se, ademais, conforme esclarece o professor Luciano F. Felício, titular do Departamento de Patologia (fls. 155), que o protocolo experimental é "parte fundamental de qualquer atividade científica com propósito investigativo; dele consta detalhamento do material e métodos a serem empregados na prática do trabalho proposto(...)". Informa, ainda, o Professor que ao elaborar o edital decidiu-se pela forma escrita e que

¹ 6. A Prova Prática mencionada no item 3, inciso III, desenvolver-se-á de acordo com as seguintes normas:

§1º - A prova prática constará da elaboração de um Protocolo Experimental, contendo, objetivos, o material necessário para realização do experimento, os principais resultados esperados, seguido de uma breve discussão sobre o tema do ponto sorteado, de uma lista de 10 pontos, elaborada pela Comissão Julgadora, com base no programa das disciplinas do concurso e dela dará conhecimento ao candidato, imediatamente, antes do sorteio do ponto.

§2º - O candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente, após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à Comissão Julgadora, decidir, de plano, sobre a procedência da alegação;

§3º - Todos os candidatos discorrerão sobre o tema do ponto sorteado, empregando uma abordagem integrada e interdisciplinar;

§4º - Ao término da prova o candidato fará a leitura de seu conteúdo e, subsequentemente, poderão ser argüidos pela Comissão Julgadora;

§5º - A prova terá duração máxima de 90 minutos, após a realização da prova o candidato fará a leitura;

§6º - Terminada a prova, a Comissão Julgadora elegerá um de seus membros para elaborar relatório imediato com referência especial e minuciosa a cada parte da Prova Prática, descrevendo os processos empregados, técnica usada pelo candidato e os resultados por ele obtidos, relatório este que será assinado por todos os membros da Comissão Julgadora.

(...)"



foi avaliado "o conhecimento e a capacidade de elaboração de um protocolo prático para investigação experimental. Fique claro que o protocolo experimental fundamenta sua elaboração prática e que uma coisa não pode ser feita sem a outra. Assim, a prova é concebida para permitir a avaliação da capacidade prática do candidato."

Denota-se, portanto, que as bases do concurso e os critérios de julgamento foram feitos com igualdade para todos os candidatos, atendendo-se aos princípios da impessoalidade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, prescritos pelo artigo 37 da Constituição Federal.

Por outro lado, observo que o edital que estabeleceu a prova prática, com a sua forma de realização e julgamento, foi publicado em 13 de agosto de 2010, conforme fls. 20 destes autos. A candidata tomou ciência da lista de pontos da prova prática em 07 de fevereiro de 2011 (fls. 76-77), tendo sido sorteado o ponto 3 (fls.78) e realizada a prova prática pela candidata (fls.80-82). Não houve nenhuma objeção no momento oportuno, apenas fazendo uso do recurso para impugnar a prova prevista no edital, após o resultado final do concurso, vencido por outro candidato.

Quanto às notas recebidas pelos candidatos e as apontadas "diferenças entre o *currículo vitae* da recorrente e aquele apresentado pelo seu concorrente", assim como no tocante aos questionamentos feitos pelos examinadores na arguição de memorial, observo que se tratam de questões inseridas no âmbito da competência da Comissão Julgadora, não cabendo análise sobre os critérios acadêmicos por ela adotados. Inexistindo ilegalidade cabe à Congregação a homologação do certame, após exame formal, nos termos do artigo 147 do Regimento Geral da Universidade.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

5

160

Desse modo, sob o aspecto jurídico, não há, salvo melhor juízo, vício de legalidade a ensejar a revisão da decisão da congregação ou a anulação do certame. Assim, entendo que não há amparo legal à pretensão da recorrente e opino pelo indeferimento do recurso.

Sendo o que parecia oportuno observar no momento, submeto o presente à Consideração da douta Chefia, sugerindo a devolução dos autos à Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.

Sub censura da dd. Chefia.

Procuradoria Geral, 19 de abril de 2011.

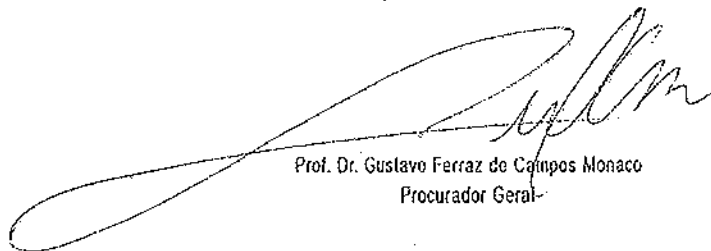

MARISA ALVES VILARINO

Procuradora
Procuradoria Acadêmica e de Convênios

D.e. acordado.
20/04/11
Jocélia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

*Acordo e bem fundado
parecer à FMVZ para
conhecimento do recurso e
decisão de mérito.*

PG, 20. abr. 2011


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral

COMUNICADO

Comunicamos que o recurso interposto pela candidata Sôhrina Epiphânio contra a decisão da Congregação que homologou o relatório final do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Patologia, na Disciplina: "Patologia Morfológica e Molecular", realizado no período de 7 a 9 de fevereiro de 2011, foi indeferido pela Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, em sessão de 27.04.2011.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



-166
J

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

Of.SAC.nº181/FMVZ/2011

rcg

São Paulo, 12 de maio de 2011.

Ao senhor
Prof. Dr. João Grandino Rodas
Magnífico Reitor da USP

Assunto: recurso interposto pela candidata Sabrina Epiphânio contra a decisão da Congregação da FMVZ/USP.

Magnífico Reitor,

Tendo em vista o disposto no artigo 255 do Regimento Geral da USP, encaminhamos a Vossa Magnificência, para apreciação do Conselho Universitário desta Universidade, o inclusão recurso contra a decisão da Egrégia Congregação desta FMVZ/USP, em sessão de 27/4/2011, interposto pela senhora Sabrina Epiphânio, candidata que se submeteu ao Concurso para Provimento de um Cargo de Professor Doutor, M-3, em RDIDP, junto ao Departamento de Patologia desta FMVZ/USP, realizado no período de 6 a 9 de fevereiro de 2011.

Atenciosamente,

José Antonio Visintin
Diretor

Ilmo. Sr.

Prof. Dr. José Antonio Visintin

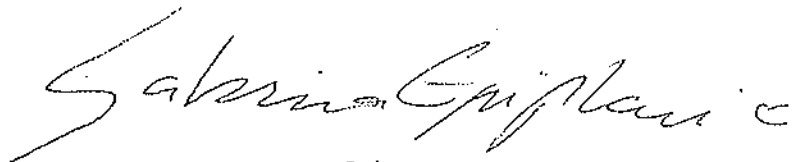
DD. Diretor e Presidente da Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária e
Zootecnia da Universidade de São Paulo

São Paulo, 03 de maio de 2011.

Senhor Diretor

Solicito a Vossa Senhoria o encaminhamento do recurso por mim apresentado e indeferido pela Egrégia Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo em 27/04/2011, para a apreciação do Conselho Universitário conforme previsto no Artigo 255, Parágrafo único do Regimento Geral da USP. O recurso é referente ao concurso para o provimento de um cargo de professor doutor, MS-3, em RDIDP, junto ao departamento de Patologia na Área de "Patologia Morfológica e Molecular" (EDITAL FMVZ nº 62/2010).

Agradecendo a atenção, expresso meus cordiais cumprimentos,



Sabrina Epiphânio

E-mail: sabrina.epiphanio@gmail.com



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

120

PG. C. 1235/11 - RUSP
RL/

AUTOS USP nº: 2011.1.998.10.1

INTERESSADO: Faculdade de Medicina Veterinária
e Zootecnia

ASSUNTO: Recurso administrativo. Concurso público para provimento de cargo de Professor Doutor. Departamento de Patologia. Congregação. Indeferimento. Artigo 255, parágrafo único, do Regimento Geral: encaminhamento *ex officio*. Conselho Universitário.

COTA

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de recurso administrativo interposto pela Sra. Sabrina Epiphany contra decisão da Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia que homologou o relatório final do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, MS-3, em RDIDP, junto ao Departamento de Patologia, realizado no período de 6 a 9 de fevereiro de 2011 (processo USP 2010.1.1039.10.7), no qual foi indicado o Sr. Bruno Cogliati (fls. 3/10).

A Procuradoria manifestou pelo indeferimento do recurso (fls. 126/160).

A Congregação indeferiu o recurso em sessão realizada em 27 de abril de 2011 (fls. 161); decisão publicada no Diário Oficial em 30 de abril de 2011 (fls. 162).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

18

A recorrente solicita a apreciação do recurso pelo Conselho Universitário, em respeito ao parágrafo único do art. 255 do Regimento Geral (fls. 167).

No tocante ao aspecto jurídico-formal do recurso, esta Procuradoria reitera os termos do Parecer PG. P. 999/11 (fls. 156/160).

Assim, encaminhem-se os autos para apreciação do CO, com fundamento no parágrafo único do art. 255 do Regimento Geral.

À consideração superior.

Procuradoria Geral, 23 de maio de 2011.

Regis Lattouf
REGIS LATTOUF
Procurador
Procuradoria Acadêmica

De acordo.
PG, 25/05/11
Jocélia de Almeida Castilho
Jocélia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

De acordo.
À Secretaria Geral
para inclusão na pauta
da d.CLR.

PG, 25. maio. 2011

Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Química

Processo 2011.1.998.10.1 – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.

Trata-se de recurso interposto pela candidata Sabrina Ephifanio contra decisão da Egrégia Congregação da FMVZ que homologou o resultado final de Concurso para provimento de Cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Patologia, indicando o Sr. Bruno Cogliati para a vaga.

O recurso foi interposto pela candidata alegando que o Regimento Geral da USP não foi cumprido uma vez que:

- a prova prática, que consistiu de uma prova escrita, descumpriu o art. 139 do Regimento Geral pois, a lista de pontos baseada no programa, não foi dada ao conhecimento dos candidatos com 24 horas de antecedência antes do sorteio do ponto;
- que as notas foram objeto de consenso quando deveriam ser conferidas individualmente e em sigilo, conforme inciso VI do art. 139 do Regimento Geral;
- que o Curriculum vitae da candidata é mais consistente que o do concorrente;
- foram feitos questionamentos inusuais durante a arguição do memorial.

De acordo com os autos, os candidatos foram convocados para as provas a serem realizadas nos dias 7, 8 e 9 de Fevereiro de 2011. O relatório final do certame foi divulgado publicamente em 09/02/2011. Em 18/03/2011, a candidata interpõe recurso contra a decisão dos examinadores (pg. 134). Em seu parecer, a Dra. Jucélia de Almeida Castilho da PG-USP informa que “o recurso foi interposto depois de mais de 40 dias após a divulgação dos resultados e,

portanto, em que pese a legitimidade da candidata vencida, falta ao recurso em questão, requisito fundamental de prosseguimento, qual seja, a tempestividade”. Conclui que o recurso não merece ser conhecido pela Congregação por ser intempestivo. Baseado no parecer da PG-USP, em 06/03/2011, a egrégia Congregação da FMVZ homologa o resultado do certame. Em 13/04/2011, a candidata interpõe recurso contra a decisão da Congregação alegando que ao homologar o concurso, a Congregação desconsiderou o primeiro recurso e que “o mesmo não foi protocolado fora do prazo, a não ser que se possa considerar Comissão Julgadora de Concurso Público como órgão executivo da USP, segundo o Regimento Geral, em seu art. 254, razão pela qual pede a modificação da decisão anterior”.

Em parecer de 19/04/2011, a Dra. Marisa Alves Vilarinho, da PG-USP, informa que o recurso interposto contra a decisão da Congregação é tempestivo e preenche as condições de admissibilidade. Entretanto, não vislumbra ilegitimidade a ensejar a não homologação do certame e a sua nulidade conforme requerido. Através de uma longa análise manifesta que as bases do concurso e os critérios de julgamento foram feitos com igualdade para todos os candidatos, atendendo-se aos princípios da impessoabilidade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, prescritos no art. 37 da Constituição Federal e conclui que não há vício de legalidade a ensejar a revisão da decisão da Congregação ou anulação do certame. Finalmente conclui que não há amparo legal à pretensão da recorrente, opinando pelo indeferimento do recurso. Baseada nesse parecer, a egrégia Congregação da FMVZ indeferiu o recurso em sessão de 27/04/2011, que foi publicada no DO de 30/04/2011, tendo a requerente sido informada da decisão em 02/05/2011.

Em vista do exposto sou de parecer que a decisão da Congregação da FMVZ seja acolhida por esta CLR.



Francisco de Assis Leone

Avenida Bandeirantes 3900 14040-901 Ribeirão Preto, SP
Telefone: 016 36023668 Fax: 016 3602 4838
E-mail: fdaleone@ffclrp.usp.br

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

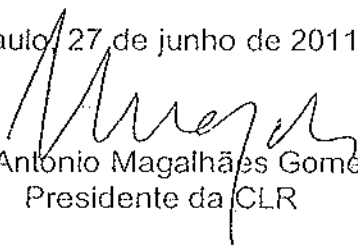
Rub. _____

Processo: 2011.1.998.10.1

Interessado: FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA

A CLR, em sessão realizada em 22 de junho de 2011, aprovou o parecer do relator, acolhendo a decisão da Congregação da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia que indeferiu o recurso interposto pela candidata Sabrina Ephifanio.

São Paulo, 27 de junho de 2011.


Prof. Dr. Antonio Magalhães Gomes Filho
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 27 de junho de 2011.


Rubens Beçak
Secretário Geral

6. PROTOCOLADO 2011.5.214.47.7 – ANA CLARA DUARTE
GAVIÃO - IP

**MANESCO,
RAMIRES,
PEREZ,
AZEVEDO
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

José Roberto Manesco, Eduardo Augusto de Oliveira Ramires, Marcos Augusto Perez, Floriano de Azevedo Marques Neto, Ana Elisa Perez, Tatiana Mutiello Cymbalista, Fábio Barbalho Leite, Luís Justiniano de Arantes Fernandes, Luciano dos Santos Silva Filho, Wladimir Antonio Ribeiro, Fernando Herren Aguillar, Adalberto Pimentel Diniz de Souza, Evane Beiguelman Kramer, Adriana Roldan Pinto de Lima, Vítor Rhein Schirato, Milene Louise Renêe Coscione, Helga Araruna Ferraz de Alvarenga, Lucas Cheren de Camargo Rodrigues, Juliana Nunes de Menezes Fragoso, Danilo Favares da Silva, Ana Cristina Greco, Claudimir Daniel Rosa Salomoni, Carolina de Fátima Silvério, Raul Felipe Borelli, Douglas Fernandes de Moura, Ana Luiza Simoni Paganini, Carlos Eduardo Berganini Cunha, Caio de Souza Loureiro, Cristiana Roqueta Luscher Castro, Maíra Elbel Simão, Mônica Salles Lanna, Milena do Espírito Santo, Bruno Moreira Kowalski, Marina Fontão Zago, Eduardo Stênio Silva Sousa, Mariana Chiesa Gouveia Nascimento, João Marcos Neto de Carvalho, Mats Moreno, Veridiana Mansour Mendes, Ágata Bobbio Ferraz, Luciana Rodrigues Nunes, Elisa Martinez Ciannella, Fernanda Esbizaro Rodrigues, Marina Cardoso de Freitas, Diego Gonçalves Fernandes, Julian Junqueira Rillo

COLENDO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, A QUEM SE DIRIGE POR INTERMÉDIO DA EGRÉGIA CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – IP-USP

Ref.

Recurso coletivo em face do
Concurso Edital 72/2010

Ana Clara Duarte Gavião, brasileira, psicóloga, por seu advogado (instrumento procuratório a ser acostado no prazo previsto no Estatuto da Advocacia – L. 8.906/94, art. 5º, § 1º), vem, perante V. Exa., interpor **Recurso Administrativo**, conforme hipótese prevista no art. 11, II do **Regimento Geral** da USP, em face da decisão tomada por esta E. Congregação quanto ao seu recurso individual e ao recurso coletivo (subscrito pela ora Recorrente e outros) em face do resultado do Concurso para Professor Doutor para o Departamento de Psicologia Clínica, acima identificado.

A decisão recorrida deu-se na última sessão desta E. Congregação. O presente recurso a um só tempo pretende a revisão da decisão quanto ao recurso *individual* formulado pela Recorrente, bem como *quanto ao recurso coletivo* formulado pela mesma e outros candidatos no aludido concurso.

Requer-se sua reconsideração por parte desta E. Congregação ou, assim não sendo o entendimento, que seja o presente encaminhado ao Conselho Universitário – CO para que o mesmo aprecie a questão.

**MANESCO,
RAMIRES,
PEREZ,
AZEVEDO
MARQUES**


SOCIEDADE DE ADVOGADOS


São Paulo SP Av. Paulista, 287, 7º and., 01311-000, tel (11) 3068-4700 / fax 3068-4749
Brasília DF SACS, Quadra I, Bloco N, sl. 509, 5º and., 70070-941, tel./fax (61) 3223-7895
Belo Horizonte MG Av. Brasil, 1435, sl. 301, 8º and., 30140-000, tel (31) 3582-0285 / fax 3582-0276
www.manesco.com.br

Ao ensejo, agregam-se as considerações seguintes, todas elas consistentes para demonstração da nulidade do concurso em epígrafe.

Pede-se deferimento.

São Paulo, 22 de abril de 2011.


Fábio Barbalho Leite
OAB/SP 168.881 B


José Roberto Manesco
OAB/SP 60.471

**MANESCO,
RAMIRES,
PEREZ,
AZEVEDO
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

São Paulo SP: Av. Paulista, 287, 7º and., 01311-000, tel. (11) 3068-4700 / fax 3068-4349
Brasília DF SAUS, Quadra 1, Bloco N, sl. 509, 5º and., 70070-941, tel./fax (61) 3223-7895
Belo Horizonte MG: Av. Brasil, 1438, sl. 801, 8º and., 30140-000, tel. (31) 3582-0285 / fax 3582-0276
www.manesco.com.br

COLENDO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO CONSELHO

1 – Contextualização

01. O caso ora sob foco envolve Concurso Público promovido pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP para a contratação de Professor Doutor no Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP, no conjunto das disciplinas PSC1727 – Atendimento Clínico, PSC2733 – Atendimento Clínico I, PSC0565 – Atuação do Psicólogo em Instituição de Saúde, PSC3931 – Psicologia da Saúde – Abordagem bio-psico-social; nos termos do art. 125, §1º do Regimento Geral da Universidade de São Paulo.

O concurso realizou-se entre os dias 7 e 10 do fevereiro passado próximo.

02. *Data venia*, o resultado final do Concurso Público ora impugnado padece de incongruências evidentes, as quais pedem a intervenção corretiva desta E. Congregação sobre os pontos que a seguir serão sucintamente expostos. De um lado, (a) houve a indevida inscrição de candidata ético-juridicamente impedida de participar enquanto concorrente no certame; de outro, (b) ocorreram inconsistências no julgamento dos candidatos, que impedem a homologação, quando menos enquanto não esclarecidos os critérios objetivos considerados pela banca examinadora do concurso.

Interpostos Recurso individual e coletivo em face do resultado chegado no concurso, referidos recursos foram indeferidos em votação no âmbito da Congregação do IP

mediante maioria de 8 contra 5 votos (isto é, 5 membros da Congregação entenderam que o concurso em referência não deveria ser homologado).

Mediante as razões que seguem, insiste-se na presença de motivos consistentes que impõem a anulação do certame em referência, em prol da legitimidade da nomeação de novos quadros para esta E. Universidade.

II – Razões que configuram a nulidade do concurso impugnado

II.1 – Inscrição de pessoa impedida (conflito de interesses) para o concurso

03. A candidata que se classificou em primeiro lugar, Sra. Maria Livia Tourinho Moretto, como bem esclarecido nos recursos administrativos interpostos individual e coletivamente pela Recorrente e outros, foi membro da Comissão Julgadora dos dois concursos anteriormente promovidos pelo Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP.

Isto é: os dois concursos anteriormente abertos para **mesma vaga** ora em disputa ao ensejo do presente concurso sob questionamento tiveram a referida candidata como membro da banca examinadora. Referidos concursos restaram **frustrados** pela reprovação de todos os candidatos que se submeteram às respectivas avaliações. Portanto, a atual candidata, Sra. Maria Livia Tourinho Moretto, como membro de duas bancas anteriores instauradas para presidir concurso para **mesma vaga** ora em disputa neste terceiro certame, **julgou e reprovou** (conjuntamente com os demais membros da banca) **todos** os anteriores candidatos que participaram dos dois certames prévios.

A própria E. Congregação do IP pode registrar e reconhecer esse fato, que é incontroverso e de notório conhecimento no âmbito daquela instituição.

**MANESCO,
RAMIRES,
PEREZ,
AZEVEDO
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

São Paulo SP: Av. Paulista, 287, 7º and., 01311-000, tel: (11) 3068-4700 / fax 3068-4749
Brasília DF: SAUS, Quadra 1, Bloco N, sl. 509, 5º and., 70070-941, tel/fax (61) 3223-7895
Belo Horizonte MG: Av. Brasil, 1438, sl. 801, 8º and., 30140-400, tel: (31) 3582-0285 / fax 3582-0276
www.manesco.com.br

04. Tal fato, também devidamente comprovado pelos ora manifestantes por meio de cópias do Diário Oficial do Estado de São Paulo dos dias 27/05/2009 e 25/02/2010 anexadas ao seu recurso, por si só, já torna ilegal a aceitação da Sra. Maria Livia Tourinho para participar do Concurso Público em questão e os motivos para tal ilegalidade são evidentes e encontram azo na legislação afínente à matéria.

Parece ser um tanto evidente, intuitivo até, que a referida candidata – Sra. Maria Livia – tenha um claro impedimento ético a disputar, como candidata ao novo concurso voltado ao preenchimento da mesma vaga de professor ainda vaga por decorrência do resultado dos dois concursos anteriores dos quais a ora candidata participara como examinadora.

E não se duvida que a ética é um valor caro à instituição universitária, ao ponto de constituir-se em ética-jurídica e, portanto, vincular a todos.

05. Não se está aqui a afirmar que a Sra. Maria Livia tenha tomado tal ou qual julgamento nos concursos anteriores sob inspiração de um interesse pessoal quanto à vaga. Mas, justamente por não se poder afirmar categórica e incontestavelmente o contrário – e, concomitantemente, restar configurado um objetivo conflito de interesses (isto é, considerado o interesse pessoal da Sra. Maria Livia, em disputar a vaga, fica sob suspeita sua isenção como integrante de banca nos concursos anteriores), é que decorre o impedimento objetivo de caráter ético (e jurídico) a que a mesma dispute o preenchimento da vaga de professor ora sob foco.

06. Claramente identificado o conflito ético, é, ademais, necessário dizer que tal impedimento ou conflito é também jurídico. Isto é, não é apenas uma norma de caráter moral que interdita quem participou como examinador para uma vaga de professor em concursos anteriores frustrados vir a disputar um terceiro concurso instaurado para

preenchimento da mesma vaga. É que a regra do concurso público é uma imposição constitucional para validade e legitimidade do preenchimento dos cargos públicos. Sendo um dever jurídico, o concurso público deve revestir-se de alguns atributos como pressuposto de sua validade e legitimidade – *justamente a fim de que possa legitimar (qualidade ético-jurídica) o preenchimento do cargo público.*

Isso porque, é sabido de todos que a obrigatoriedade da realização de concurso público para o provimento de cargos ou empregos públicos pelos órgãos da Administração Pública, consagrada pela Constituição Federal em seu artigo 37, inciso I, não tem outro fim se não o de oferecer condições igualitárias àqueles que desejam prestar serviços ao Poder Público.

Outrossim, a ética jurídica é requisito e princípio da atuação da Administração Pública, desde que presente no art. 37, *caput* da Constituição Federal, que obriga não só moralmente as instituições públicas, mas também e concomitantemente juridicamente:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

07. Para que seja garantido o fornecimento de condições igualitárias a todos aqueles interessados em participar de concursos públicos não é demais destacar que é necessário que todos os participantes da seleção devem ser tratados de maneira igualitária, com igualdade de condições e de conhecimento acerca das “regras do jogo”. Isso, por exemplo, já implica na vedação a que um candidato tenha tido previamente acesso privilegiado ao conhecimento de preferências ou idiossincrasias de membros da banca, ou mesmo das

**MANESCO,
RAMIRES,
PEREZ,
AZEVEDO
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

São Paulo SP: Av. Paulista, 287 - 7º and., 01311-4000, tel: (11) 3068-4700 / fax 3068-4749
Brasília DF: SAUS, Quadra 1, Bloco N, sl. 509, 5º and., 70070-941, tel./fax (61) 3223-7895
Belo Horizonte MG: Av. Brasil, 1438, sl. 801, 8º and., 50140-000, tel: (31) 3352-0255 / fax 3352-0276
www.manesco.com.br

expectativas do Departamento quanto às qualificações ou perfil para se preencher uma data vaga de professor (*informações e aproximações que um candidato que já participara por duas vezes anteriores de concursos para o preenchimento da mesma vaga presumivelmente auferiu em termos mais favoráveis*).

08. Sem deixar de lado a objetividade deste memorial, é oportuno aqui uma nota doutrinária, de autoria de emérito jurista, Titular de Direito Administrativo, o Prof. Adilson de Abreu Dallari: "Não é concurso público o certame que se desenvolve sem a observância do princípio da isonomia. É essencial que todo e qualquer interessado seja tratado com igualdade, para que vençam os melhores".¹

09. Ou seja, ao determinar que a investidura no serviço público seja realizada mediante concurso público o ordenamento jurídico respeitou o princípio da igualdade, que é princípio geral do direito, previsto na Constituição Federal em seu artigo 5º, *caput*, e o próprio princípio da impessoalidade do Direito Administrativo.

A previsão de concurso público é uma tradução do não favorecimento do Estado à determinadas pessoas, numa clara decorrência do Estado democrático de direito. Todas as pessoas devem ser tratadas igualmente pelo Estado, sem discriminações ou benefícios. Questões pessoais não podem interferir na atuação da Administração Pública.

Lamentavelmente, não se pode afirmar isso quanto ao Concurso Público promovido pelo IP-USP, ora sob questionamento. É certo que não se está afirmando categoricamente que tal ou qual julgador adotou deliberadamente um julgamento especialmente simpático a Sra. Maria Livia ou que está teve acesso a uma precisa informação privilegiada anteriormente lhe disponibilizada. Mas, justamente o impedimento a que esta Senhora participe deste concurso, se dá justamente por não se poder afirmar o contrário para além de qualquer

¹ Princípio da isonomia e concursos públicos, REDE – Revista Eletrônica de Direito do Estado, n. 06 de 2006 – grifou-se

dúvida. Sua presença como candidata no aludido concurso macula esse certame com o indevido véu da suspeita.

Ora, nem o Instituto de Psicologia da USP, nem a banca do concurso, nem os candidatos, nem o futuro ocupante da vaga de professor ora sob disputa merecem conviver com um resultado de concurso que, senão anulado o mesmo, estará sempre sob o signo da suspeita, da desconfiança, da ilegitimidade, pois.

10. Isso porque, a partir do momento que os membros da Comissão que presidiu o concurso em questão aceitaram como candidata pessoa que já havia participado de duas outras Bancas Examinadoras em concursos promovidos pelo IPUSP não pode ser afastada a suspeita ou risco de que tenha havido um tratamento privilegiado, mesmo que inadvertido.

É dizer: a Sra. Maria Livia Tourinho Moretto, participante do concurso em testilha e vencedora do mesmo, não tem como objetivamente ter a si reconhecida a condição de disputar o certame em pé de igualdade com os demais candidatos.

Não há como se afastar o julgamento objetivo a ser proferido por esse D. Conselho Deliberativo, no sentido de que se, a Sra. Maria Livia participou da banca examinadora de outros dois concursos imediatamente anteriores a este para o preenchimento de cargo equivalente, teve interesse direto no julgamento dos candidatos que participaram dos concursos anteriores e que, "por mera coincidência", não foram aprovados pela ora candidata enquanto componente daquelas bancas.

Sobre a impossibilidade de contratação de candidatos após indícios de favorecimento, assim se manifestou o Superior Tribunal de Justiça em caso análogo ao presente:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE

**MANESCO,
RAMIRES,
PEREZ,
AZEVEDO
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

São Paulo SP: Av. Paulista, 287, 7º and., 01311-000, tel.: (11) 3068-4700 / fax 3068-4749
Brasília DF SAUS, Quadra 1, Bloco N, sl. 509, 5º and., 70070-941, tel./fax (61) 3223-7895
Belo Horizonte MG: Av. Brás, 1438, sl. 501, 8º and., 30140-000, tel.: (31) 3582-0285 / fax 3582-0276
www.manesco.com.br

MÉDICOS DO MUNICÍPIO DE DIADEMA. IRREGULARIDADES APURADAS PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATOS QUE POSSUEM VÍNCULOS DE AMIZADE E PARENTESCO COM MEMBROS DA COMISSÃO EXAMINADORA. FAVORECIMENTO PARA APROVAÇÃO NO CERTAME. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO EM PREMISSAS FÁTICAS E SEM OMISSÃO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC AFASTADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. Versam os autos sobre Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, com esteio nas Leis n. 7.347/85 e 8.429/92, onde se pretende a anulação do ato de nomeação, realizado pela Portaria n. 285, de todos os requeridos aos cargos de médico do Município de Diadema e a condenação deles às sanções previstas no artigo 12, III, da Lei n. 8.429/92.

2. Tratando-se de ação civil pública ajuizada para o reconhecimento dos atos de improbidade administrativa e a aplicação das respectivas sanções, é inconteste que a competência para o julgamento da demanda é de uma das Turmas da Primeira Seção do STJ, nos termos do artigo 9º, §1º, inciso XI, do Regimento Interno do STJ.

3. As instâncias ordinárias, rebatendo todos os pontos suscitados pelas partes e individualizando a conduta de cada um dos réus, concluíram, do contexto fático-probatório dos autos, que o concurso instaurado para provimento de cargos de médico e afins em caráter efetivo desenvolveu-se com manifesta afronta ao princípio da moralidade pública, considerando que participaram do certame candidatos que possuem vínculos de amizade e parentesco com membros da comissão examinadora.

(...)

6. Agravo regimental não-provido.

(AgReg no RESP 1053834/SP, Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, j. 05.03.09 - grifamos)

II.2 – Ausência de critérios acadêmicos objetivos na avaliação das provas

11. Ademais, um julgamento objetivo também haverá de ser feito por esse D. Conselho quando da comparação das provas elaboradas pelas candidatas. A atribuição de notas superiores à candidata Sra. Maria Livia é fortemente questionável diante de aprofundamentos maiores presentes nas provas dos outros candidatos.

Não se pretende aqui enveredar no íntimo da discricionariedade administrativa para o julgamento das provas e apresentações das candidatas, porém, não há como se desconsiderar que tal discricionariedade encontra seu espaço limitado na comparação objetiva das provas apresentadas pelas candidatas.

Vale ao ensejo repisar as considerações lançadas na primeira peça recursal formulada pela Recorrente:

"2. Considerando que o ponto sorteado para a Prova Escrita - "O psicodiagnóstico e a intervenção psicoterapêutica de orientação psicanalítica em instituições de saúde" - implica a consideração pelo campo epistemológico e metodológico da Psicanálise e sua contextualização na área da Saúde, solicito revisão da avaliação individual por parte dos membros da Comissão Julgadora, prevista no Edital do Concurso no item 3. VI, uma vez que as quatro notas máximas (10,0) atribuídas à candidata aprovada indicam clara preferência e previsibilidade do resultado final do Concurso, posteriormente confirmada. Em meu texto, parto de uma perspectiva crítica sobre psicopatologias da sociedade e cultura contemporâneas, seguida de uma visão histórica do movimento psicanalítico internacional, suas evoluções teóricas e nosológicas e repercussões na clínica psicanalítica privada e na Psicologia da Saúde no Brasil, valorizando o manejo do setting das abordagens psicoterapêuticas de orientação psicanalítica, quando articuladas às concepções de intersubjetividade implícitas no clássico modelo freudiano e nos dos grandes autores que o sucederam, como também nos princípios metodológicos que regem os modernos programas do SUS. A Prova Escrita da candidata aprovada restringiu-se a concepções básicas sobre a escuta psicanalítica em instituição de saúde e a ideias um tanto quanto estereotipadas acerca dos modelos biomédico e biopsicossocial, apresentando como ilustração clínica uma situação interdisciplinar rotineira em especialidade cirúrgica com ênfase no "final feliz", dando margem a uma visão idealizada da função do psicólogo. (Anexo).

"6. Conforme consta no Edital do Concurso, item 5: "O julgamento do Memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação deverá refletir o mérito do candidato. Parágrafo Primeiro - No Julgamento

**MANESCO,
RAMIRES,
PEREZ,
AZEVEDO
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

São Paulo SP: Av. Paulista, 287, 7º and., 01311-000, tel. (11) 3068-4700 / fax 3068-4749
Brasília DF SAUS, Quadra I, Bloco N, sl. 509, 5º and., 70070-941, tel./fax (61) 3223-7895
Belo Horizonte MG: Av. Brasil, 1438, sl. 801, 8º and., 30140-000, tel. (31) 3582-0285 / fax 3582-0276
www.manesco.com.br

do Memorial a Comissão apreciará: I - produção científica, literária, filosófica ou artística; II - atividade didática universitária, III - atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade; IV - atividades profissionais ou outras, quando for o caso; V - diplomas ou outras dignidades universitárias." (grifos meus).

"7. Levando em conta o exposto nas arguições públicas do Memorial dos candidatos bem como o que está publicado na Plataforma Lattes (em anexo), solicito a revisão dos Memoriais e respectiva documentação comprobatória, e esclarecimentos quanto aos critérios utilizados na avaliação global, uma vez que, com relação ao primeiro item – produção científica - a candidata aprovada destaca-se apenas pela terceira edição de seu único livro publicado, possuindo nos outros itens produção bibliográfica significativamente inferior à minha e, considerando a primeira autoria em artigos completos publicados em periódicos, sua produção é inferior, inclusive, às dos candidatos Gabriel Zaia Lescovar e Vera Lucia Rezende, terceiro e quarto colocados neste Concurso. A candidata aprovada publicou em periódicos como primeira autora um artigo completo datado de 1999, o que indica atividade didática universitária desvinculada de efetivo compromisso científico.

"8. Pelo conjunto do que foi visto em todas as etapas deste Concurso, o mérito da candidata aprovada quanto ao item II - atividade didática universitária - justifica-se de um ponto de vista quantitativo, pois a mesma lecionou por cerca de nove anos na Universidade São Marcos, inclusive em nível de pós-graduação no qual orientou duas dissertações de mestrado, e leciona na Universidade Mackenzie desde 2004. De um ponto de vista qualitativo, entretanto, esse seu mérito torna-se questionável, pois além da limitada produção científica acima apontada, a superioridade das notas que obteve da Comissão Julgadora justamente na Prova Didática merece aqui atenção especial, uma vez que com menos tempo de docência universitária e sob a desigualdade de condições a que fui submetida, ainda assim obteve a melhor avaliação.

"Vê-se, portanto, que "tempo" de docência universitária não implica, necessariamente, maior qualidade da função docente e consistência na produtividade científica. Conforme comprovantes de meu Memorial, tendo lecionado dois anos na Universidade Mackenzie, publiquei em periódicos 17

artigos completos, dos quais sou primeira autora em 13. Considerando todos os itens de produção bibliográfica possuo um total de 66 publicações. O livro que publiquei refere-se à minha tese de doutorado defendida neste Instituto, onde realizei estudo psicanalítico e normativo do Método de Rorschach para a população idosa, atualmente a prioridade 1 do Pacto pela Saúde do SUS e Ministério da Saúde.

“9. Considerando, ainda, que neste Concurso o princípio de igualdade de condições foi desrespeitado, solicito a revisão de méritos referentes aos itens III - atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade, IV - atividades profissionais ou outras, quando for o caso e V - diplomas ou outras dignidades universitárias, com atenção à possibilidade de terem sido subestimados em meu Memorial: o longo exercício de atividade docente, de supervisão e de orientação de monografias em cursos de especialização com os quais estive comprometida durante a maior parte dos 17 anos em que trabalhei no Hospital das Clínicas da FMUSP, as diversas atividades como Diretora de Serviço de Assistência Psicológica da Divisão de Psicologia do Instituto Central do HCFMUSP por sete anos, participação em bancas de dissertações de mestrado e teses de doutorado, prêmios e sólida formação especializada para o conjunto de disciplinas do presente Concurso.”

12. Considerações semelhantes encontram-se ainda fortemente articuladas nos demais recursos apresentados em relação a este mesmo concurso e que igualmente apontam um equívoco objetivo na atribuição de notas. Crê-se que todos esses recursos encontrem-se na mesma autuação, de molde a permitir que tanto a E. Congregação quanto o C. Conselho tenham uma visão ampla sobre os subsídios trazidos em cada uma dessas peças.

13. Diante do quanto até aqui exposto, espera-se que os recursos administrativos interpostos pelos referidos candidatos sejam analisados e julgados com base em critérios objetivos, em especial, quanto (i) à necessidade de tratamento igualitário dos candidatos ao preenchimento de cargos e empregos públicos, (ii) à impossibilidade de favorecimento de

**MANESCO,
RAMIRES,
PEREZ,
AZEVEDO
MARQUES**

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

São Paulo SP: Av. Paulista, 287, 7º and., 01311-000, tel. (11) 3068-4700 / fax 3068-7777
Brasília DF SAUS, Quadra I, Bloco N, sl. 509, 5º and., 70070-941, tel./fax (61) 3322-1111
Belo Horizonte MG: Av. Brasil, 1435, sl. 801, 8º and., 30140-000, tel. (31) 3582-0283 / fax 3582-0284
www.manesco.com.br

determinados candidatos, bem como (iii) à superioridade técnica e teórica das provas dos recorrentes em relação a notas atribuídas à candidata Sra. Maria Lívia.

III – Pedido

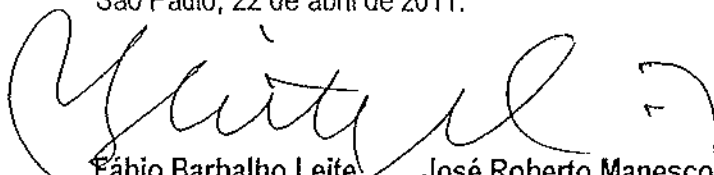
14. Confia-se que esta Congregação saberá tomar a melhor decisão no caso em pauta: aquela que definitivamente afaste a mácula da suspeita e do conflito ético-jurídico quanto ao procedimento de preenchimento da vaga de professor em pauta. Nesse desiderato, requer-se:

- a) a anulação do concurso em referência;
- b) ou, assim não entendendo a E. Congregação ou o C. Conselho Universitário, que se determine a revisão das provas no concurso em referência, com a explicitação dos critérios comparativos empregados pela banca examinadora.

Requer-se ainda a juntada do instrumento procuratório no prazo previsto no Estatuto da Advocacia (L. 8.906/94, art. 5º, § 1º).

Com o registro de admiração e profundo respeito por esta E. Congregação e pelo C. Conselho Universitário, pede-se e se aguarda o deferimento do presente recurso.

São Paulo, 22 de abril de 2011.


Fábio Barbalho Leite José Roberto Manesco
OAB/SP 168.881 B OAB/SP 60.471

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR PSC

CANDIDATO: GABRIEL ZAIA ESCOVAR
BOLETIM RESUMO DE NOTAS

COMISSÃO JULGADORA	Pesos	PROVA ESCRITA 3	PROVA DIDÁTICA 3	ARGUIÇÃO DO MEMORIAL 4	MÉDIA : 10
Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer		8	7	8	7,7
Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos		9	7,5	8	8,15
Profa. Dra. Valéria Barbieri		9	8	9	8,7
Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge		7	8	9	8,1
Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer		9	8	9	8,7

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer

Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos

Profa. Dra. Valéria Barbieri

Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge

Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer

21
2
24

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR - PSC

CANDIDATA: MARIA LÍVIA TÔRINHO MOREIRA

COMISSÃO JULGADORA	Pesos	PROVA ESCRITA 3	PROVA DIDÁTICA 3	ARGUIÇÃO DO MEMORIAL 4	MÉDIA : 10
Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer		10	9,5	10	9,85
Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos		10	9,5	10	9,85
Profa. Dra. Valéria Barbieri		10	9,5	10	9,85
Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge		10	9	10	9,7
Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer		8	9	10	9,1

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer

Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos

Profa. Dra. Valéria Barbieri

Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge

Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR - PSC

CANDIDATA: ANA OLÍMPIA DUARTE GAVIÃO
BOLETIM RESUMO DE NOTAS

COMISSÃO JULGADORA	Pesos	PROVA ESCRITA 3	PROVA DIDÁTICA 3	ARGUIÇÃO DO MEMORIAL 4	MEDIA : 10
Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer		8	9	9	8,7
Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos		8	10	9	9
Profa. Dra. Valéria Barbieri		8	10	10	9,4
Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge		8	10	9	9
Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer		9	10	10	9,7

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer

Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge

Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos

Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer

Profa. Dra. Valéria Barbieri

CONCURSO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR - PSC

CANDIDATA: VERA LUCIA REZENDE
BOLETIM RESUMO DE NOTAS

COMISSÃO JULGADORA	Pesos	PROVA ESCRITA 3	PROVA DIDÁTICA 3	ARGUIÇÃO DO MEMORIAL 4	MÉDIA
Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer		8,5	7	8	7,85
Profa. Dra. Elsa Maria Parahyba Campos		7	7	8	7,4
Profa. Dra. Valéria Barbieri		7	7	8	7,4
Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge		6,5	7	8	7,25
Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer		7	7	8	7,4

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer
Profa. Dra. Elsa Maria Parahyba Campos
Profa. Dra. Valéria Barbieri
Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge
Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer

2008

BOLETIM GERAL

COMISSÃO JULGADORA	Gabriel Zaia Lescovar	Maria Lúvia Tourinho Moretto	Ana Clara Duarte Gavilão	Vera Lúcia Rezende
Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer	7,7	9,85	8,7	7,85
Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos	8,15	9,85	9	7,4
Profa. Dra. Valéria Barbieri	8,7	9,85	9,4	7,4
Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge	8,1	9,7	9	7,25
Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer	8,7	9,1	9,7	7,4

São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Comissão Julgadora:

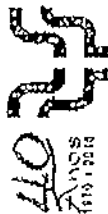
Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer

Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos

Profa. Dra. Valéria Barbieri

Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge

Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE 1 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, NO CONJUNTO DE DISCIPLINAS: "PSCI727-ATENDIMENTO CLÍNICO: O PROCESSO DIAGNÓSTICO"; "PSCI723-ATENDIMENTO CLÍNICO I: PSICOTERAPIA E/OU PSICANÁLISE"; "PSCI565- ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÃO DE SAÚDE I"; "PSC 3931 - PSICOLOGIA DA SAÚDE - ABORDAGEM BIO-PSICO-SOCIAL: PSICOSSOMÁTICA, HOSPITALAR, PSICO ONCOLOGIA", CONFORME EDITAL IF 72/2010, PUBLICADO NO DOE DE 25.06.2010, SEÇÃO 1, PÁG. 184.

NOTAS DA PROVA ESCRITA - ELIMINATÓRIA

CANDIDATOS	Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer	Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos	Profa. Dra. Valéria Barbieri	Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge	Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer
Miriamelga de Andrade Maximo Dias	6	6	6	8	6
Laisa Marcela Andreoli Sartes	6	6	6	6	6
Ana Clara Duarte Gavião	8	8	8	8	9
Vera Lucia Rezende	8,5	7	7	6,5	7
Silvia Nogueira Cordeiro	-	-	-	-	-

Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer

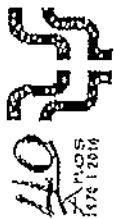
Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos

Profa. Dra. Valéria Barbieri

Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge

Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer

87
2955
t2



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE 1 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, NO CONJUNTO DE DISCIPLINAS: "PSC1727-ATENDIMENTO CLÍNICO; O PROCESSO DIAGNÓSTICO"; "PSC1733-ATENDIMENTO CLÍNICO (I) PSICOTERAPIA E/OU PSICANÁLISE"; "PSC0565- ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÃO DE SAÚDE I"; "PSC 3931 - PSICOLOGIA DA SAÚDE - ABORDAGEM BIO-PSICO-SOCIAL: PSICOSSOMÁTICA, HOSPITALAR, PSICO ONCOLOGIA", CONFORME EDITAL IP 72/2010, PUBLICADO NO DOE DE 25.06.2010, SEÇÃO I, PÁG. 184.

NOTAS DA PROVA ESCRITA - ELIMINATÓRIA

CANDIDATOS	Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer	Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos	Profa. Dra. Valéria Barbieri	Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge	Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer
Cecília Carvalho Meireles	6	6	6	6	6
Maria Salete Lopes Legname de Paulo	6	6	6	6	6
Haroldo Tuyoshi Sato	6	6	6	6	6
Everley Rosane Guez Furundo	6	6	6	6	6
Gabriel Zafa Lescovar	8	9	9	7	9
Rosana Alves Costa	6	6	6	6	6
Maria Livia Tourinho Moretto	10	10	10	10	8
Cristina Sueko Obara	6	6	6	6	6
Fernanda Alves da Cruz Gonveia Paulino	6	6	6	6	6



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

RELATÓRIO DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE 1 (UM) CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, REF. MS-3, EM RDIDP, NO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA DO INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA USP, NO CONJUNTO DE DISCIPLINAS: "PSC1727-ATENDIMENTO CLÍNICO: O PROCESSO DIAGNÓSTICO"; "PSC2733-ATENDIMENTO CLÍNICO I: PSICOTERAPIA E/OU PSICANÁLISE"; "PSC0565- ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÃO DE SAÚDE I"; "PSC 3931 - PSICOLOGIA DA SAÚDE - ABORDAGEM BIO-PSICO-SOCIAL: PSICOSSOMÁTICA, HOSPITALAR, PSICO ONCOLOGIA", CONFORME EDITAL IP 72/2010, PUBLICADO NO DOE DE 25.06.2010, SEÇÃO I, PÁG. 184.

A Comissão Julgadora, em cumprimento às disposições constantes do Estatuto e Regimento Geral da Universidade de São Paulo, apresenta à Congregação do Instituto de Psicologia da USP o Relatório dos trabalhos do concurso em questão, no qual se inscreveram os Doutores: Cecília Carvalho Meireles; Maria Salete Lopes Legname de Paulo; Haroldo Tuyoshi Sato; Everley Rosane Goertz Furtado; Gabriel Zaia Lescovar; Rosana Alves Costa; Maria Livia Tourinho Moretto; Cristina Sueko Obara; Fernanda Alves da Cruz Gouveia Paulino; Diva Maria Faleiros Camargo Moreno; Mariangela de Andrade Máximo Dias; Luisa Marcorela Andreoli Sartes; Camila Junqueira; Ana Clara Duarte Gavião; Vera Lucia Rezende; Sílvia Nogueira Cordeiro. Ausentaram-se as candidatas: Diva Maria Faleiros Camargo Moreno e Camila Junqueira. Às 08h do dia sete de fevereiro de dois mil e onze, na sala 13, Bloco F do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", iniciaram os trabalhos da Comissão Julgadora compostas pelos membros: Profa. Dra. Sonia Beatriz Meyer, Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; Profa. Dra. Elisa Maria Parahyba Campos, Professora Associada Aposentada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; Profa. Dra. Valéria Barbieri, Professora Doutora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge, Professora Doutora do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Profa. Dra. Norma Lottenberg Semmer, Professora Doutora do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo. Verificada a presença de todos os membros foi oficialmente instalada a Comissão Julgadora pela presidente, Profa Dra. Sonia Beatriz Meyer, Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica no Instituto de Psicologia da USP. Em seguida, foram

MS
Su

PA

VP

VP

organizados os horários das provas. A partir daí as atividades seguiram a programação estabelecida, com a realização das provas, intercalada pelas necessárias reuniões da Comissão Julgadora, encerrando-se em 10 de fevereiro de 2011, com a sessão de divulgação pública do resultado do concurso. O Concurso Público, que foi realizado em duas fases, teve dezesseis candidatos inscritos, mas apenas 14 compareceram para a realização das provas. São eles: Cecília Carvalho Meireles; Maria Salete Lopes Leguame de Paulo; Haroldo Tiyoshi Sato; Everley Rosane Goetz Furtado; Gabriel Zaia Lescovar; Rosana Alves Costa; Maria Livia Tourinho Moretto; Cristina Sueko Obara; Fernanda Alves da Cruz Gouveia Paulino; Mariangela de Andrade Maximo Dias; Laís Marcovela Andreoli Sartes; Ana Clara Duarte Gavião; Vera Lucia Rezende e Silvia Nogueira Cordeiro. A Prova escrita discorreu sobre o ponto no. 02 - "A atuação do psicólogo no Hospital Geral: o paciente grave e a família", onde a Comissão Julgadora avaliou como critérios gerais: 1 - Atendimento a todos aspectos do tema; caracterização de psicodiagnóstico e intervenção; 2 - Organização, clareza do texto e síntese, redação e uso correto da língua portuguesa; 3 - aspecto psicanalítico - compreensão que inclua fenômenos/conceitos psicanalíticos; articulação dos conceitos psicanalíticos no ambiente hospitalar; 4 - inclusão da experiência profissional e 5 - Reflexão crítica: erudição e inclusão de autores. Sendo classificados os seguintes candidatos para a segunda fase: Gabriel Zaia Lescovar; Maria Livia Tourinho Moretto; Ana Clara Duarte Gavião e Vera Lucia Rezende. A candidata Silvia Nogueira Cordeiro não compareceu para a leitura da prova escrita. Os candidatos tomaram ciência do horário elaborado para a segunda fase do concurso. Nesta segunda fase os três candidatos diante dos membros da banca fizeram a Prova Didática que versou sobre o tema no. 04 - "Possibilidades de pesquisa em Psicologia da Saúde", para os candidatos do Grupo I e ponto 04 " Possibilidades de atenção psicológica aos profissionais de saúde", os pontos foram sorteados com a devida antecedência regimentar de 24 horas. Nesta oportunidade foram observados os seguintes critérios, além dos critérios de ordem regimental: experiência em Psicologia da saúde, experiência didática universitária e produtividade em publicações. Em seguida foi iniciada a arguição dos memoriais dos candidatos. Neste momento, foram observados os seguintes critérios, além dos critérios de ordem regimental: organização da exposição, rigor conceitual, experiência clínica e didática. Tendo em vista as avaliações efetuadas, a comissão julgadora indica, por maioria, a candidata Maria Livia Tourinho Moretto para ocupar o cargo de cargo de Professor Doutor, em RDIDP, junto ao Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 10 de fevereiro de 2011.

Sum. Mayn.
 Gilson A. A. Costa
 Ana Clara Duarte Gavião
 Vera Lucia Rezende
 Silvia Nogueira Cordeiro

INSTITUTO DE PSICOLOGIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Edital IP 13/2010 - HOMOLOGAÇÃO

Resultado Final e homologação do Concurso de Titulos e Provas visando o provimento de 1 (um) cargo de Professor Doutor, em RMPD, referência M5-3, junto ao Departamento de Psicologia Clínica, realizado neste Instituto no período de 7 a 10 de fevereiro de 2011, de acordo com o Edital de Abertura IP 13/2010 publicado no DOE 25/02/2010 - Seção I - p. 181. Inscreveram-se no presente concurso as seguintes candidatas: Genia Cavallini Moisés; Maria Salto Lopes Cognigni; de Paula; Karolida Luyoshi Sato; Evelyn Rosane Goetz Furtado; Gabriel Zaii Lescovar; Rosana Alves Costa; Maria Livia Tourinho Monteiro; Cibéria Suelha Osawa; Fernanda Alves da Cruz Gouvêa Pazinato; Dina Maria Falcões Camargo Moreno; Mariângela de Andrade Mazinho Dias; Talita Marcondes Andreoli Sartes; Camila Junqueira; Ana Clara Duarte Cavido; Vera Lucia Rezende; Sílvia Rogéria Córdova (processo USP 10.1.735.47.9), cujas inscrições foram homologadas pela Congregação em sessão ordinária de 25/10/2010 e publicadas no DOE de 26/10/2010 - Seção I, p. 126. Ausentaram-se nos dias das provas as seguintes candidatas: Dina Maria Falcões Camargo Moreno e Camila Junqueira. A Comissão Julgadora (Dina, Dina, Sonia Beatriz Meyer, Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; Profa. Dra. Erika Maria Parahyba Campos, Professora Associada Aposentada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; Profa. Dra. Valéria Barbieri, Professora Doutora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; Profa. Dra. Ana Maria de Toledo Piza Rudge, Professora Doutora do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Profa. Dra. Hanna Littenberg Sommer, Professora Doutora do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo), por maioria, indicou a candidata Maria Livia Tourinho Monteiro e apresentou o Relatório Final à Congregação que a homologou em sessão extraordinária de 11/04/2011. Os documentos pertinentes a este concurso encontram-se arquivados no Processo IP 10.1.735.47.9.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

27
2

PG. P. 1336/11 - RUSP
RL/

..

AUTOS USP nº: 2011.5.214.47.7

INTERESSADO: Instituto de Psicologia

ASSUNTO: Recurso. Concurso. Professor Doutor. Departamento de Psicologia Clínica. Homologação. Congregação. Conselho Universitário. Legalidade. Princípios da impessoalidade e moralidade. Mérito administrativo: prova escrita e julgamento do memorial. Análise jurídico-formal.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de recurso administrativo interposto pela Sra. Ana Duarte Gavião, candidata participante do concurso para provimento do cargo de Professor Doutor do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia, edital 72/2010, contra decisão da Congregação que, ao indeferir os recursos individuais e coletivos anteriormente interpostos pela interessada, homologou o resultado do concurso que indicou a Sra. Maria Lívia Tourinho Moretto para a vaga (fls. 3/15).

Em síntese, a recorrente alega:

a) impedimento ético da Sra. Maria Lívia Tourinho Moretto para se inscrever no concurso, por haver participado como membro efetivo de banca examinadora de dois concursos anteriores, 2009 e 2010 (fls. 17/18), para a mesma vaga ora em disputa, nos quais todos os então candidatos foram reprovados;



b) conflito de interesses objetivo, consistente no interesse pessoal da Sra. Maria Livia Tourinho Moretto em disputar a vaga, após ter participado da reprovação de todos os candidatos dos concursos anteriores para a mesma vaga;

c) ofensa ao princípio da isonomia, visto que a Sra. Maria Livia Tourinho Moretto poderia ter tido acesso privilegiado de preferências ou idiossincrasias de membros da banca ou das expectativas do Departamento quanto às qualificações ou perfil para se preencher a vaga, em razão de haver participado das bancas examinadoras nos dois concursos anteriores no mesmo Departamento; ou seja, a disputa da vaga não ocorreu em igualdade de condições entre os concorrentes;

d) ausência de critérios objetivos na avaliação das provas: a discricionariedade administrativa no julgamento das provas e das apresentações dos candidatos está limitada na comparação objetiva das provas apresentadas; a prova escrita e o memorial da recorrente foram superiores aos da Sra. Maria Livia Tourinho Moretto.

A recorrente requer a anulação do concurso em referência e, subsidiariamente, que seja determinada a revisão da provas, com a explicitação dos critérios comparativos empregados pela banca examinadora.

O recurso foi instruído com os documentos de fls. 16/34.

Vêm os autos a esta Procuradoria para análise jurídico-formal do recurso.

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.

Quanto aos requisitos intrínsecos de admissibilidade do recurso, a recorrente apresenta legitimidade e interesse recursal, visto que a decisão pode afetar diretamente a classificação da interessada no concurso, bem como a presente impugnação afigura-se meio apto para lhe melhorar a situação.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

11
Σ

Do mesmo modo, o presente recurso é juridicamente adequado e cabível para a reforma da decisão, uma vez que encontra fundamento no inciso III do art. 257 do Regimento Geral.

Quanto aos requisitos extrínsecos de admissibilidade, o recurso foi interposto tempestivamente, no prazo previsto no art. 254, *caput*, do Regimento Geral, uma vez que a intimação da decisão da Congregação foi em 13 de abril de 2011 (fls. 33/34), e a interposição ocorreu em 25 de abril de 2011 (fls. 38), prazo prorrogado em razão da Semana Santa.

O recurso apresenta regularidade formal, pois estão presentes as razões que fundamentam o pedido recursal.

Verificamos, outrossim, a inexistência de fatos extintivos e impeditivos do direito de recorrer em relação a recorrente.

No tocante à legalidade do concurso, passamos a tecer as seguintes considerações:

As alegações da recorrente não prosperam.

Não é cabível cogitar-se em impedimento ético na inscrição de candidato ou existência de conflito de interesses objetivo, quando se trata de exercício regular de direito da recorrida participar de concurso público para o qual já atuou em outras oportunidades na qualidade de examinadora.

O exercício de atividade profissional docente, que inclui a participação em bancas examinadoras de concursos públicos e, por consequência, confere maior experiência acadêmica à recorrida, não representa óbice à participação da interessada, na qualidade de candidata, em outro concurso público, ainda que para a mesma vaga aberta nos anteriores.

Justamente com fundamento na ética e na isonomia, não se pode afastar o legítimo direito daquele que possui mais experiência na



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

14

atividade acadêmica de concorrer em concurso público. A atuação anterior da recorrida na qualidade de examinadora de concurso público para o cargo de Professor Doutor no mesmo Departamento no qual atualmente pleiteia vaga de docente, na qualidade de candidata, não macula a higidez do certame, porquanto a manifestação de vontade da interessada de participar do concurso não ofende, *a priori*, o interesse público na seleção, que visa à escolha do melhor candidato.

Do mesmo modo, não ficou demonstrado o nexo de causalidade entre a reprovação das candidatas nos concursos anteriores e a atuação da recorrida no presente concurso.

Saliente-se que, na banca examinadora do concurso ora impugnado, não há nenhum membro que também tenha atuado nos dois concursos anteriores.

Na qualidade de examinadora de concurso público, a atuação da recorrida insere-se nas prerrogativas inerentes à atividade docente. Como candidata de concurso público, a inscrição assenta-se na liberdade, assegurada no *caput* do art. 5º da Constituição Federal. Em suma: em ambas as situações, não há como se impedir a participação da interessada, uma vez que o desejo de participar na qualidade de examinadora ou candidata em concurso público é de livre escolha de quem reúne os requisitos para tanto.

Em verdade, não há relação entre o exercício da atividade julgadora desempenhado pela recorrida nos concursos anteriores, que inclui a reprovação de candidatos, e a violação do princípio da isonomia, porque, no atual concurso, a interessada participa na qualidade de candidata, ou seja, está em igualdade de condições objetivas em relação aos demais concorrentes.

No tocante ao julgamento das provas, não há que se falar em ausência de critérios objetivos na avaliação, quando o próprio Regimento Geral e o Regimento Interno da Unidade estabelecem, com clareza solar, os critérios objetivos, que foram observados.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

As notas atribuídas aos candidatos demonstram que o disposto no art. 139 do Regimento Geral e no art. 43 do Regimento Interno do IP foram respeitados, porquanto cada prova foi avaliada individualmente pelos membros da Comissão Julgadora, conforme se depreende do quadro de fls. 16.

No campo subjetivo do julgamento, cada examinador avaliou individualmente os candidatos e atribuiu a nota de modo isento, de acordo com a profundidade dos conhecimentos que dispõem sobre a matéria. As notas manifestam apreciação de mérito administrativo de natureza acadêmica que não se sujeitam à revisão por outro colegiado.


Assim, quanto à legalidade do concurso, não se verifica mácula, o que autoriza a homologação do resultado pela Congregação.

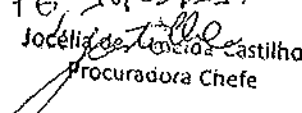
Do exposto, opinamos pelo desprovimento do presente recurso, com base nos fundamentos acima

À consideração superior.

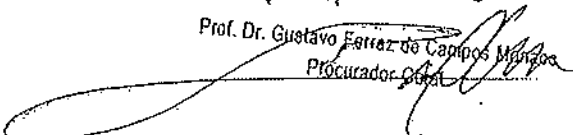
Se aprovado, encaminhem-se os autos ao IP.

Procuradoria Geral, 17 de maio de 2011.


REGIS LATOUFF
Procurador
Procuradoria Acadêmica

De acordo.
PG, 18/05/11.

Jocélia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

Acolho o Parecer.
ao IP.

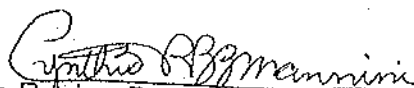
PG, 20 maio 2011
Prof. Dr. Gustavo Egrez de Campos Mendes
Procurador Geral


Prot. 2011.5.214.47.7

A Congregação, em sessão ordinária realizada em 23/05/2011, deliberou pelo **não provimento** do recurso interposto contra a homologação do Relatório Final do Concurso do Departamento de Psicologia Clínica, edital IP 72/2010, publicado no DOE de 25.06.2010, seção-I, pág. 184, apresentado pela Sra. Ana Clara Duarte Gavião.

Desta forma, encaminhem-se os autos ao Conselho Universitário para apreciação.

São Paulo, 24 de maio de 2011.


Cynthia Regina Borges Braga Mannini
Assistente Técnica Acadêmica

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º 45

Proc. N.º _____

Rub. _____

Protocolado: 2011.5.214.47.7

Interessado: INSTITUTO DE PSICOLOGIA

A CLR, em sessão realizada em 22 de junho de 2011, por proposta do relator, deliberou solicitar ao Instituto de Psicologia a documentação relativa aos dois concursos anteriores.

Encaminhem-se os autos ao IP, para providências, voltando, oportunamente, à SG/CLR.

São Paulo, 29 de junho de 2011.


Rubens Beçak
Secretário Geral

PROTOCOLADO: 2011.5.214.47.7

PROCESSO: 11.1.252.47.9

INTERESSADO: INSTITUTO DE PSICOLOGIA (IP/USP)

ASSUNTO: Recurso interposto contra homologação do relatório final do concurso para professor Doutor no Departamento de Psicologia Clínica (Edital IP 72/2010)

PARECER

O presente processo contempla a solicitação da Direção do Instituto de Psicologia (IP/USP) de parecer sobre recurso interposto contra a homologação do relatório final do concurso do Departamento de Psicologia Clínica (Edital 72/2010), publicado no DOE de 25/06/2010, seção I, p.184 (fls.02).

Recurso interposto pela candidata Ana Clara Duarte Gavião, por meio de seus advogados, Dr. Fábio Barbalho Leite e Dr. José Roberto Manesco, contra decisão da Congregação do IP que indeferiu os recursos individual e coletivo anteriormente interpostos pela mesma, homologando o resultado final da Comissão Julgadora do concurso, visando o provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Psicologia Clínica, realizado de 07 a 10 de fevereiro de 2011, que indicou a Sra. Maria Lívia Tourinho Moretto para a vaga (fls. 05 a 15).

Os advogados alegam que a candidata indicada foi membro da Comissão Julgadora dos dois concursos anteriormente promovidos pelo Departamento de Psicologia Clínica, para a mesma vaga e que foram frustrados pela reprovação de todos os candidatos que se submeteram às respectivas avaliações. A presença da Sra. Maria Lívia como candidata no aludido concurso macula esse certame com o indevido véu da suspeita. Alegam, também ausência de critérios acadêmicos objetivos na avaliação das provas, tendo em vista a atribuição de notas superiores à candidata Sra. Maria Lívia, sendo fortemente questionável diante de maiores aprofundamentos presentes nas provas dos outros candidatos, requerendo a anulação do concurso em referência; ou assim não entendendo, que se determine a revisão das provas do concurso, com a explicitação dos critérios comparativos empregados pela banca examinadora.

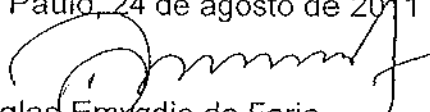
O parecer da PG/USP (fls. 39 a 43) analisando vários aspectos considera que as alegações da recorrente não prosperam, pois não é cabível cogitar-se em impedimento ético na inscrição do candidato ou existência de conflito de interesses objetivo, quando se trata de exercício regular de direito da recorrida participar de concurso público para o qual já atuou em outras oportunidades na qualidade de examinadora. Também considera que, justamente com fundamento na ética e na isonomia, não se pode afastar o legítimo direito daquele que possui mais experiência na atividade acadêmica de concorrer em concurso público. Do mesmo modo, não ficou demonstrado o nexo de casualidade entre a reprovação dos candidatos nos concursos anteriores e a atuação da recorrida no presente concurso. No tocante ao julgamento das provas, não há que se falar em ausência de critérios objetivos na avaliação, quando o próprio Regimento Geral e o Regimento Interno da Unidade estabelecem, com clareza solar, os critérios objetivos, que foram observados.

Concluindo então, quanto a legalidade do concurso, não se verifica mácula, o que autoriza a homologação do resultado pela Congregação.

O relator solicitou em reunião da CLR de 22 de junho de 2011, que o Instituto de Psicologia enviasse a documentação relativa aos dois concursos anteriores. Após análise dos documentos, não se verificou nenhuma prática estranha aos procedimentos normais aplicados em concursos na USP.

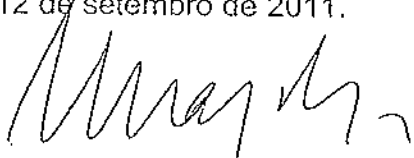
Parecer: Considerando o exposto acima, sou de PARECER FAVORÁVEL ao despacho da Douta Congregação em relação ao Relatório Final do referido concurso.

São Paulo, 24 de agosto de 2011


Douglas Emygdio de Faria

A CLR, em sessão realizada em 24 de agosto de 2011, aprovou o parecer do relator, favorável à decisão da Congregação que deliberou pelo não provimento do recurso interposto contra a homologação do Relatório Final do concurso do Departamento de Psicologia, apresentado pela candidata Ana Clara Duarte Gavião.

São Paulo, 12 de setembro de 2011.


Prof. Dr. Antonio Magalhães Gomes Filho
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 12 de setembro de 2011.


Rubens Beçak
Secretário Geral

**7. PROCESSO 2010.1.1230.22.2 – KELEN CRISTINA RIBEIRO
MALMEGRIM DE FARIAS - EERP**

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

ENFERMAGEM - 1201010

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO PARA PRO-
MOÇÃO DE UM CARGO CLASSE DE PROFESSOR DOCTOR,
REFERÊNCIA MS-3, EM RIBOP, JUNTO AO DEPARTAMENTO
DE ENFERMAGEM GERAL E ESPECIALIZADA DA ESCOLA DE
ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE
SÃO PAULO.

A Diretora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo torna público a todos os interessados
que, de acordo com o decidido pela Congregação em sua 340ª
sessão ordinária, realizada em 7/10/2010, estarão abertas no
período de 15/10/2010 a 20/12/2010, das 8 às 11 horas e das
14 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, em dias úteis, as inscrições ao
concurso público de títulos e provas para o provimento de um
cargoclasse nº 1091601 de Professor Doutor, referência MS-3, em
Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP),
com o salário de R\$ 7.574,75 (Sete mil, quinhentas e setenta e
quatro reais e setenta e cinco centavos), junto ao Departamento
de Enfermagem Geral e Especializada, com base nos programas
das disciplinas ERG 203 - Microbiologia, ERG 224 - Microbio-
logia, ERG 207 Imunologia, ERG 215 - Imunologia e ERG 307 -
Cuidado Integral ao Adulto e Idoso Hospitalizado em Situação
Crítica, nos termos do artigo 125, parágrafo 1º do Regulamento
Geral da USP e o respectivo conteúdo programático que segue:

1. O processo de enfermagem e as interfaces com princípios
da imunologia no cuidado às pessoas em situações críticas;
2. Imunidade inata e adquirida: mecanismos para a assistência
de enfermagem;
3. Resposta imune contra patógenos: bases científicas para
a assistência de enfermagem;
4. A assistência às pessoas com distúrbios imunológicos,
com foco no processo de enfermagem;
5. Princípios da microbiologia aplicados no processo de
enfermagem para o cuidado das pessoas em situações críticas;
6. Classificação, etiologia, e características gerais de
bactérias, vírus e fungos, bases conceituais para a assistência
de enfermagem;
7. O processo de enfermagem na assistência ao adulto e ao
idoso hospitalizados em situação crítica;
8. Assistência de enfermagem com foco nas intervenções
relacionadas às necessidades humanas básicas de oxigenação,
respiração, temperatura, glicose, pressão arterial, fuso ocular, e
orientação;
9. Assistência de enfermagem com foco nas intervenções
relacionadas às necessidades humanas básicas de circulação:
cabeça, tronco e membros;
10. O papel da enfermagem na biossegurança: prevenção e
controle de infecção nos contextos clínicos, utilizando o processo
de enfermagem;
11. Assistência no contexto das condições crônicas de saúde
com base no processo de enfermagem;
12. Assistência às pessoas com doenças transmissíveis com
foco no processo de enfermagem.

O concurso será regido pelo disposto no Estatuto e no
Regimento Geral da Universidade de São Paulo (Resolução
3.481, de 11/01/2004 e 3.745, de 19/10/2006) e Regimento da
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP (Resolução 4.086,
de 14/06/2011).

1. As inscrições serão feitas na Seção de Apoio Acadêmico
da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, Avenida Ban-
daranes, 3000, devendo o candidato apresentar requerimento
dirigido à Diretora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP,
contendo dados pessoais e área de conhecimento (espe-
cialidade) do Departamento a que concorre, acompanhado dos
seguintes documentos:

- I - memorial circunstanciado, em dez cópias, no qual sejam
compreendidos os trabalhos publicados, as atividades realizadas
pertinentes ao concurso e as demais informações que permitam
avaliação de seus méritos;
- II - prova de que é portador do título de Doutor autogra-
fado pela USP por ela reconhecido ou de validade nacional ou
fazer prova de pedido de reconhecimento junto aos órgãos
competentes;
- III - prova de quitação com o serviço militar para candidatos
do sexo masculino;
- IV - título de eleitor e comprovante de votação da última
eleição, prova de pagamento da respectiva multa ou a decisão
justificativa.

Parágrafo primeiro - Os documentos em exercício na USP serão
dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde
que as tenham cumprido por ocasião de seu contrato inicial.

Parágrafo segundo - Os candidatos estrangeiros serão dis-
pensados das exigências dos incisos III e IV, desde que apresentem
cópia de visto temporário ou permanente, que facete o exercício
de atividade remunerada no Brasil.

Parágrafo terceiro - No ato da inscrição, os candidatos
deverão entregar a documentação acondicionada em pastas,

com indicação dos números dos documentos contidos em cada
uma delas, juntamente com uma lista dos referidos documentos.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação, em seu
aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo único - O concurso deverá ser realizado no prazo
de vinte a cento e vinte dias, após a publicação das inscrições,
que será contado a partir da data da publicação no Diário Ofi-
cial, de acordo com o artigo 134, parágrafo único do Regimento
Geral da USP e Resolução 4320, de 13/11/96.

3. As provas consistirão de:

- I - julgamento do memorial com prova pública de argumenta-
ção (peso 4,0);
- II - prova teórica (peso 4,0);
- III - prova escrita (peso 2,0).

4. O julgamento do memorial, expresso mediante nota
global, incluindo argumentação e avaliação, deverá refletir o mérito
do candidato.

Parágrafo primeiro - No julgamento do memorial, a Comis-
são apreciará:

- I - produção científica, literária, filosófica ou artística;
- II - atividades didáticas universitárias;
- III - atividades relacionadas à prestação de serviços à
comunidade;
- IV - atividades profissionais ou outras, quando for o caso;
- V - diplomas e outras qualificações universitárias.

5. A prova teórica será pública, com a duração mínima
de quarenta e máxima de sessenta minutos e versará sobre o
programa das disciplinas base do concurso, acima mencionadas,
nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP.

Parágrafo primeiro - O sorteio do ponto será feito vinte e
quatro horas antes da realização da prova teórica.

Parágrafo segundo - O candidato poderá utilizar o material
distrito e julgar necessário.

Parágrafo terceiro - O candidato poderá propor substituição
dos pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus
enunciados, se entender que não pertencem ao programa do
concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre
a procedência da alegação.

6. A prova escrita, que versará sobre assuntos de ordem geral
e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no artigo
139 e seu parágrafo do Regimento Geral da USP.

7. A comissão organizadora elaborará uma lista de dez pontos, com base
no programa de concurso e dela dará conhecimento aos candi-
datos vinte e quatro horas antes do sorteio do ponto.

8. O sorteio do ponto, inicia-se o prazo improrrogável de
cinco horas da duração da prova;

9. Durante sessenta minutos, após o sorteio, será per-
mitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos
bibliográficos;

10. As anotações efetuadas durante o período de consulta
poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas
em papel fornecido pela comissão e anexadas ao texto final.

11. A prova, que será feita em sessão pública pelo candidato,
deverá ser reproduzida em cópias que serão enviadas aos mem-
bros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

12. Cada prova será avaliada pelos membros da comissão
julgadora, individualmente;

13. O impresso da dissertação em RDIDP é condicionado a
aprovação da CER, na forma da Resolução 3533/99 e demais
disposições regimentais aplicáveis;

14. O concurso terá validade imediata, estendendo-se com a
nomeação do candidato aprovado.

15. Mais informações, bem como as normas pertinentes ao
concurso, encontram-se à disposição dos interessados na Seção
de Apoio Acadêmico da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo, no endereço acima indicado.



Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

INFORMAÇÃO

Atendendo ao disposto no artigo 134 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, a Congregação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em sua 344ª sessão ordinária, realizada em 17 de março de 2011, aprovou, após apreciação formal, as inscrições dos candidatos: 1) **Silvia Graciela Ruginsk Leitão**, 2) **Eliane Araujo Cintra**, 3) **Daniela Carlos Sartori**, 4) **Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias**, 5) **Karina Alves de Toledo**, 6) **Luiz Roberto Basso Junior**, 7) **Izabel Cristina Vanzato Palazzo** e 8) **Gabriela Ravanelli de Oliveira Pelegrin** ao concurso para provimento de um cargo/claro nº 1097601, na categoria Professor Doutor, referência MS-3, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, com base nos programas das disciplinas ERG 209 – Microbiologia, ERG 224 – Microbiologia, ERG 207 Imunologia, ERG 214 – Imunologia e ERG 307 - Cuidado Integral ao Adulto e Idoso Hospitalizado em Situação Clínica, nos termos do Edital ATAC/SCAPAC – 36/2010.

Na mesma sessão, aprovou a composição da Comissão Julgadora para o referido concurso, conforme segue:

MEMBROS EFETIVOS:

Profª Drª Lídia Aparecida Rossi – (Presidenta)

Professor Titular do Departamento de Enfermagem Geral e Especializada da EERP-USP

Profª Drª Ana Emilia Pace

Professor Associado Departamento Enfermagem Geral e Especializada da EERP-USP

Profª Drª Kazuko Uchikawa Graziano

Professor Titular do Departamento de Enfermagem Médico Cirúrgico da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Profª Drª Sheila Araujo Teles

Professor Doutor do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Milene Tino de Franco

Professor Doutor pesquisadora do Instituto Butantã, Secretaria de Estado da Saúde, Laboratório de Imunogenética

MEMBROS SUPLENTE:

Profª Drª Maria Lucia do Carmo Cruz Robazzi

Professor Titular do Departamento Enfermagem Geral e Especializada da EERP-USP

Profª Drª Maria Isabel Madeira Liberto

Professor Doutor do Departamento de Virologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profª Drª Rubia Aparecida Lacerda

Professor Associado do Departamento de Enfermagem Médico-Cirúrgica da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo

Encaminhe-se à ATAC/SCAPAC, para as providências pertinentes.


Silvia Helena De Bortoli Cassiani
Diretora

PUBLICADA NO D.O. DE 19.03.2011.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR JUNTO AO DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM GERAL E ESPECIALIZADA, COM BASE NOS PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS: ERG 209 - MICROBIOLOGIA, ERG 224 - MICROBIOLOGIA, ERG 207 IMUNOLOGIA, ERG 214 - IMUNOLOGIA E ERG 307 - CUIDADO INTEGRAL AO ADULTO E IDOSO HOSPITALIZADO EM SITUAÇÃO CLÍNICA, CONFORME EDITAL ATAC/SCAPAC - 36/2010.

No dia 26 de abril de 2011, às 7 horas e 30 minutos, na sala castor, foi instalada a sessão para realização dos trabalhos do concurso para provimento de um cargo/claro nº 1097601, na categoria Professor Doutor, referência MS-3, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, com base nos programas das disciplinas ERG 209 - Microbiologia, ERG 224 - Microbiologia, ERG 207 Imunologia, ERG 214 - Imunologia e ERG 307 - Cuidado Integral ao Adulto e Idoso Hospitalizado em Situação Clínica, nos termos do Edital ATAC/SCAPAC - 36/2010, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de outubro de 2010, no qual se inscreveram os candidatos 1) SILVIA GRACIELA RUGINSK LEITÃO, 2) ELIANE ARAUJO CINTRA, 3) DANIELA CARLOS SARTORI, 4) KELEN CRISTINA RIBEIRO MALMEGRIM DE FARIAS, 5) KARINA ALVES DE TOLEDO, 6) LUIZ ROBERTO BASSO JUNIOR, 7) IZABEL CRISTINA VANZATO PALAZZO e 8) GABRIELA RAVANELLI DE OLIVEIRA PELEGRIN. A Comissão Julgadora indicada pela Douta Congregação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, em sessão ordinária de 17 de março de 2011, para os trabalhos deste concurso, estava assim composta: **Profª Drª Lúcia Aparecida Rossi** - (Presidenta), Professor Titular do Departamento de Enfermagem Geral e Especializada da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; **Profª Drª Ana Emília Pace**, Professor Associado Departamento Enfermagem Geral e Especializada da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; **Profª Drª Kazuko Uchikawa Graziano**, Professor Titular do Departamento de Enfermagem Médico Cirúrgico da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; **Profª Drª Milene Tino De Franco**, Doutora Pesquisadora Científica do Instituto Butantã, Secretaria de Estado da Saúde, Laboratório de Imunogenética; **Profª Drª Sheila Araujo Teles**, Professor Doutor da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás.

Na abertura do concurso, apresentaram-se para as provas as candidatas nº 1) Silvia Graciela Ruginsk Leitão, 2) Eliane Araujo Cintra, 3) Daniela Carlos Sartori, 4) Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias e 7) Izabel Cristina Vanzato Palazzo. Não compareceram os candidatos nº 5) Karina Alves de Toledo, 6) Luiz Roberto Basso Junior e 8) Gabriela Ravanelli de Oliveira Pelegrin.

As candidatas nº 1) Silvia Graciela Ruginsk Leitão, 2) Eliane Araujo Cintra, 3) Daniela Carlos Sartori, 4) Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias e 7) Izabel Cristina Vanzato Palazzo tomaram conhecimento do cronograma do concurso e concordaram com a proposta apresentada.

Foram informadas que, de acordo com os dispositivos regimentais, seriam agrupadas para fins de sorteio do ponto e realização das provas didática e escrita, observada a ordem de inscrição.

A seguir, as candidatas nº 1) Silvia Graciela Ruginsk Leitão, 2) Eliane Araujo Cintra e 3) Daniela Carlos Sartori tomaram conhecimento da lista de pontos da Prova Didática. Não havendo objeção, às 8 horas e 50 minutos, a primeira candidata inscrita sorteou o ponto nº 5 - "Assistência de enfermagem com foco nas intervenções relacionadas às necessidades



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

humanas básicas de circulação: cateter venoso central". Foram informadas sobre as vinte e quatro horas para a preparação da prova e dispensadas.

Às 13 horas e 30 minutos, as candidatas nº 4) Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias e 7) Izabel Cristina Vanzato Palazzo tomaram conhecimento da lista de pontos da Prova Didática. Não havendo objeção, a candidata nº 4 sorteou o ponto nº 3 - "O processo de enfermagem na assistência ao adulto e ao idoso hospitalizados em situação clínica". Foram informadas sobre as vinte e quatro horas para a preparação da prova e dispensadas.

No dia 27 de abril de 2011, às 8 horas e 50 minutos, na sala castor, teve início a PROVA DIDÁTICA da candidata nº 1) Sílvia Graciela Ruginsk Leitão, terminando às 9 horas e 35 minutos.

A seguir, às 9 horas e 44 minutos, iniciou a aula da candidata nº 2) Eliane Araujo Cintra, encerrando-se às 10 horas e 40 minutos.

Às 10 horas e 49 minutos, iniciou a aula da candidata nº 3) Daniela Carlos Sartori, terminando às 11 horas e 37 minutos.

Às 13 horas e 37 minutos, dando prosseguimento ao concurso, foi realizada a PROVA DIDÁTICA da candidata nº 4) Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias, terminando às 14 horas e 25 minutos.

A seguir, às 14 horas e 33 minutos, iniciou a aula da candidata nº 7) Izabel Cristina Vanzato Palazzo, encerrando-se às 15 horas e 30 minutos.

Em sessão secreta, a Comissão Julgadora procedeu à avaliação da prova didática.

A candidata nº 1) Sílvia Graciela Ruginsk Leitão não apresentou previamente o plano de aula e os objetivos. Atribuiu maior tempo a revisão dos aspectos fisiológicos do sistema cardíaco circulatório em detrimento da assistência de enfermagem a pacientes com cateter venoso central. Apresentou conceitos desatualizados em relação à etiologia da infecção da corrente sanguínea e heparinização do cateter venoso central. Apresentou, ainda, recomendações desatualizadas sobre a periodicidade da troca de curativo e antisepsia do local de inserção do cateter, quando se considera as diretrizes atuais do Centers for Disease Control and Prevention. As referências citadas foram em número reduzido e desatualizadas.

A candidata nº 2) Eliane Araujo Cintra entregou o plano de aula previamente; no entanto, os objetivos descritos não estavam bem definidos, contendo equívocos nos conceitos dos Sistemas de Classificação de Enfermagem. Apresentou referências atualizadas. Durante a exposição, demonstrou falta de fundamentação teórica sobre biofilme e supervalorizou as técnicas de inserção do cateter venoso central sob responsabilidade médica, em detrimento do procedimento de responsabilidade do enfermeiro. Apresentou conteúdo abrangente, mas superficial. Ao apresentar um breve estudo de caso, equivocou-se no julgamento clínico, demonstrando pouco domínio sobre o tema.

A candidata nº 3) Daniela Carlos Sartori não apresentou o plano e os objetivos da aula. Não seguiu sequência lógica na apresentação dos tópicos abordados. Os "slides", em sua maioria foram lidos, pouco explorados e apresentados rapidamente. Não articulou o conteúdo apresentado com a prática clínica do enfermeiro. Referências fundamentais para o desenvolvimento do tema estavam desatualizadas.

A candidata nº 4) Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias não entregou o plano de aula, mas, em sua apresentação, o contextualizou no programa da disciplina. Apresentou uma breve história da evolução da Enfermagem, finalizando com a inserção do processo de enfermagem. Ao apresentar a fundamentação das etapas do processo de enfermagem, equivocou-se, demonstrando desconhecimento sobre o Sistema de Classificação de Diagnósticos de Enfermagem que estava sendo abordado. Apresentou repetidamente que as situações clínicas seriam ministradas em aulas futuras, reafirmando, nesses momentos,

275

uf
Ruginsk
Sartori
Palazzo



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

conceitos já abordados. A teoria não foi articulada com a prática clínica do enfermeiro. Não referenciou as informações apresentadas nos "slides".

A candidata nº 7) Izabel Cristina Vanzato Palazzo entregou aos membros da Comissão Julgadora material didático, contendo resumo, objetivo, questões e referências bibliográficas; entretanto, não explicitou o planejamento da aula. O objetivo apresentado repetia o título da aula, não permitindo a identificação das competências a serem alcançadas. Focalizou o idoso como tema central fora do contexto hospitalar, explorando as doenças crônicas que considerou mais prevalentes. Neste aspecto, cometeu equívocos e não apresentou fundamentação adequada. Abordou as etapas do processo de enfermagem de forma superficial; cometeu equívocos ao apresentar diagnósticos de enfermagem e os cuidados recomendados para as doenças crônicas selecionados.

No dia 28 de abril de 2011, às 7 horas e 30 minutos, na sala castor, as atividades do concurso foram retomadas. As candidatas tomaram conhecimento e concordaram com a lista de pontos da Prova Escrita. Foram informadas que, decorridas vinte e quatro horas, ou seja às 7 horas e 30 minutos do dia seguinte, deveriam estar à disposição da Comissão Julgadora para o sorteio do ponto e realização dessa prova.

Às 7 horas e 40 minutos, teve início o **JULGAMENTO DO MEMORIAL COM PROVA PÚBLICA DE ARGUIÇÃO**, obedecendo-se os prazos referentes ao tempo estabelecido para cada examinador e para as candidatas.

A candidata nº 1) Silvia Graciela Ruginsk Leitão foi a primeira a ser arguida na forma regimental, obedecendo-se os prazos referentes a tempo estabelecido para cada examinador e para a candidata.

Em continuidade, às 8 horas e 50 minutos, iniciou-se a arguição da candidata nº 2) Eliane Araujo Cintra, respeitando-se, da mesma forma, a legislação pertinente a esta prova.

Às 10 horas e 28 minutos, iniciou-se a arguição da candidata nº 3) Daniela Carlos Sartori, respeitando-se, da mesma forma, a legislação pertinente a esta prova.

Às 13 horas e 38 minutos, dando prosseguimento ao concurso, iniciou-se a arguição da candidata nº 4) Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias, respeitando-se, da mesma forma, a legislação pertinente a esta prova.

Às 15 horas e 7 minutos, iniciou-se a arguição da candidata nº 7) Izabel Cristina Vanzato Palazzo, respeitando-se, da mesma forma, a legislação pertinente a esta prova.

Em sessão secreta, a Comissão Julgadora procedeu ao julgamento do memorial e da arguição, atribuindo notas as candidatas.

A candidata nº 1) Silvia Graciela Ruginsk Leitão demonstrou em seu memorial a inserção em grupo de pesquisa consolidado na área de Fisiologia. Demonstrou regularidade na produção científica e inserção no ensino de graduação; entretanto, não tem experiência na prática clínica do enfermeiro. À arguição, não apresentou proposta de inserção concreta nas disciplinas a que se refere o edital deste concurso. Demonstrou estar fortemente vinculada aos temas de sua pesquisa. Em seu memorial, afirmou conhecer a proposta política pedagógica para o ensino de graduação desta Escola; entretanto, à arguição afirmou que essa proposta não é aplicável ao ensino de procedimentos técnicos. Demonstrou desconhecimento sobre que atividades de extensão poderiam resultar de suas atividades de ensino e pesquisa.

A candidata nº 2) Eliane Araujo Cintra atestou sua inserção no ensino e na assistência à pacientes críticos. Entretanto, em relação à produção científica, demonstrou falta de regularidade e a não inserção internacional. À arguição procurou justificar suas dificuldades e as lacunas na sua trajetória profissional, atribuindo-as aos seus vínculos profissionais, que não priorizam atividades de pesquisa. Reconheceu que terá que fazer grandes investimentos para ministrar as disciplinas de imunologia e microbiologia.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

Demonstrou desconhecer o que seriam atividades de extensão universitária e sua relação com o ensino e pesquisa.

A candidata nº 3) Daniela Carlos Sartori atestou, em seu memorial, o perfil de uma pesquisadora com inserção internacional. É responsável por disciplina de pós graduação em Programa de Imunologia. À arguição respondeu com firmeza aos questionamentos da Comissão Julgadora. Ao ser questionada sobre como atuaria na disciplina ERG307 - Cuidado Integral ao Adulto e Idoso hospitalizado em situação clínica, demonstrou desconhecimento sobre o exercício da Enfermagem. Considerou que a sua formação como auxiliar de enfermagem poderia fundamentá-la para o ensino teórico-prático de alunos de graduação de enfermagem no contexto hospitalar. Não respondeu com propriedade como o seu conhecimento poderia contribuir para o fortalecimento da área de Enfermagem.

Ao ser arguida sobre sua inserção em projeto acadêmico, articulando atividade de ensino, pesquisa e extensão, não apresentou propostas concretas, demonstrando desconhecer qual seria a sua inserção na Universidade de São Paulo, em relação ao ensino de graduação e extensão.

A candidata nº 4) Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias atestou em seu memorial inserção internacional, a regularidade na produção científica e a inserção no ensino, tanto na graduação, como na pós-graduação. À arguição sobre sua trajetória acadêmica respondeu com propriedade, demonstrando maturidade profissional e segurança. Entretanto, ao ser arguida sobre um projeto de pesquisa na área de Enfermagem, demonstrou desconhecer aspectos fundamentais que envolvem a prática clínica do enfermeiro. A candidata reconheceu suas limitações para o ensino de enfermagem, considerando-se a sua formação na área de imunologia clínica.

A candidata nº 7) Izabel Cristina Vanzato Palazzo demonstrou em seu memorial regularidade na produção científica, sendo a maioria internacional. Apresentou experiência no ensino de graduação, durante o curso de pós-graduação (Programa de Aperfeiçoamento ao Ensino). À arguição respondeu com firmeza, mas sem objetividade, desviando-se do foco da questão. Reconheceu suas limitações para o ensino específico da profissão. Embora atue na área de microbiologia e participe como membro de Comissão de Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar, não respondeu com propriedade assuntos básicos relacionados ao controle de infecção, como por exemplo, precauções padrão; e a forma como o seu conhecimento poderia contribuir para o fortalecer a Área de Enfermagem.

No dia 29 de abril de 2011, às 7 horas e 35 minutos, na sala castor, a Senhora Presidenta reinstalou os trabalhos.

Para a prova escrita, apresentaram-se apenas as candidatas nº 1) Silvia Graciela Ruginsk Leitão, 3) Daniela Carlos Sartori, 4) Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias e 7) Izabel Cristina Vanzato Palazzo. Não compareceu a candidata nº 2) Eliane Araujo Cintra.

A primeira candidata inscrita no concurso sorteu o ponto para a realização da PROVA ESCRITA pelas quatro candidatas. O ponto sorteado foi o de nº 8 - "Biossegurança para pacientes clínicos: subsídios da imunologia e da microbiologia".

Foram informadas que teriam uma hora para consulta bibliográfica, sendo reservadas quatro horas para a realização da referida prova. Em seguida, deram início a mesma, que foi realizada dentro dos preceitos legais exigidos, encerrando-se no prazo regulamentar previsto.

Às 13 horas e 15 minutos, os trabalhos foram reiniciados e as candidatas procederam à leitura da Prova Escrita, em ordem de inscrição.

A Comissão Julgadora, em sessão secreta, procedeu à avaliação dessa prova.

A candidata nº 1) Silvia Graciela Ruginsk Leitão desenvolveu o texto da prova escrita de forma lógica e organizada; entretanto, não incluiu os aspectos relacionados à

277



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

4

imunoprofilaxia. Ao conceituar biossegurança, focalizou o profissional da saúde em detrimento do paciente. As referências relacionadas foram pertinentes e atualizadas, mas não foram citadas ao longo do texto. Não realizou análise crítica dos assuntos abordados.

A candidata nº 3) Daniela Carlos Sartori conceituou biossegurança de forma incorreta. Organizou o texto considerando etapas de uma metodologia de assistência, mas apresentou de forma incompleta as medidas de biossegurança. A redação do texto não foi suficientemente clara, comprometendo o conteúdo e a interpretação. As referências bibliográficas utilizadas não foram apresentadas.

A candidata nº 4) Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias apresentou conceituação atual e completa de biossegurança. Discorreu sobre o tema de forma organizada, clara e coerente; entretanto, não apresentou as referências bibliográficas que fundamentaram o conteúdo. Realizou uma análise crítica superficial dos assuntos abordados.

A candidata nº 7) Izabel Cristina Vanzato Palazzo não apresentou o conceito de biossegurança, desviando o foco do tema da prova para prevenção e controle de infecção hospitalar. Apresentou recomendações sobre esterilização química desatualizadas em relação às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. As referências relacionadas foram pertinentes e atualizadas, mas não foram citadas ao longo do texto. Não realizou análise crítica dos assuntos abordados.

Ao término do concurso, em sessão pública, foram divulgados os resultados gerais obtidos pelas candidatas, registrando-se no quadro as notas que lhes foram conferidas, conforme segue:

Candidata nº 1 - SILVIA GRACIELA RUGINSK LEITÃO

EXAMINADORES	PROVA DIDÁTICA	JULGAMENTO DO MEMORIAL	PROVA ESCRITA	MÉDIA PONDERADA	INDICAÇÃO
	Peso 4	Peso 4	Peso 2		
Profª Drª Lidia Aparecida Rossi	3,50	4,15	7,60	4,58	Não
Profª Drª Ana Emilia Pace	5,20	4,40	7,50	5,34	Não
Profª Drª Kazuko Uchikawa Graziano	5,00	4,10	7,50	5,14	Não
Profª Drª Milene Tino De Franco	4,00	3,90	7,00	4,56	Não
Profª Drª Sheila Araujo Teles	3,40	4,40	7,50	4,62	Não

Candidata nº 2 - ELIANE ARAUJO CINTRA

EXAMINADORES	PROVA DIDÁTICA	JULGAMENTO DO MEMORIAL	PROVA ESCRITA	MÉDIA PONDERADA	INDICAÇÃO
	Peso 4	Peso 4	Peso 2		
Profª Drª Lidia Aparecida Rossi	4,30	5,85		4,06	Não
Profª Drª Ana Emilia Pace	5,00	6,10		4,44	Não
Profª Drª Kazuko Uchikawa Graziano	4,50	6,10		4,24	Não
Profª Drª Milene Tino De Franco	4,60	5,60		4,08	Não
Profª Drª Sheila Araujo Teles	4,30	5,60		3,96	Não

[Handwritten signatures and initials]



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

Candidata nº 3 - DANIELA CARLOS SARTORI

EXAMINADORES	PROVA DIDÁTICA	JULGAMENTO DO MEMORIAL	PROVA ESCRITA	MÉDIA PONDERADA	INDICAÇÃO
	Peso 4	Peso 4	Peso 2		
Profª Drª Lídia Aparecida Rossi	3,40	5,25	5,40	4,54	Não
Profª Drª Ana Emilia Pace	3,10	5,50	5,40	4,52	Não
Profª Drª Kazuko Uchikawa Graziano	4,20	5,50	5,40	4,96	Não
Profª Drª Milene Tino De Franco	3,30	5,50	5,20	4,56	Não
Profª Drª Sheila Araujo Teles	2,40	5,50	5,10	4,18	Não

Candidata nº 4 - KELEN CRISTINA RIBEIRO MALMEGRIM DE FARIAS

EXAMINADORES	PROVA DIDÁTICA	JULGAMENTO DO MEMORIAL	PROVA ESCRITA	MÉDIA PONDERADA	INDICAÇÃO
	Peso 4	Peso 4	Peso 2		
Profª Drª Lídia Aparecida Rossi	5,00	7,55	8,90	6,80	Não
Profª Drª Ana Emilia Pace	5,40	7,30	8,50	6,78	Não
Profª Drª Kazuko Uchikawa Graziano	6,00	7,50	7,80	6,96	Não
Profª Drª Milene Tino De Franco	5,20	7,55	9,00	6,90	Não
Profª Drª Sheila Araujo Teles	5,00	7,50	9,00	6,80	Não

Candidata nº 7 - IZABEL CRISTINA VANZATO PALAZZO

EXAMINADORES	PROVA DIDÁTICA	JULGAMENTO DO MEMORIAL	PROVA ESCRITA	MÉDIA PONDERADA	INDICAÇÃO
	Peso 4	Peso 4	Peso 2		
Profª Drª Lídia Aparecida Rossi	4,00	4,00	5,40	4,28	Não
Profª Drª Ana Emilia Pace	5,00	4,00	5,40	4,68	Não
Profª Drª Kazuko Uchikawa Graziano	4,00	4,00	5,60	4,32	Não
Profª Drª Milene Tino De Franco	3,80	4,00	5,20	4,16	Não
Profª Drª Sheila Araujo Teles	4,70	4,00	5,00	4,48	Não

Concluída a apuração, tendo em vista os resultados obtidos, as candidatas foram consideradas não habilitadas, por não alcançarem a nota final mínima 7,0, de acordo com o Artigo 143 do Regimento Geral da USP. Desta forma, a Comissão Julgadora não indica nenhuma das candidatas para preencher o cargo/claro nº 1097601 de Professor Doutor, referência MS-3, em RDIDP, junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada.

[Handwritten signatures]



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

Encaminhe-se este relatório à apreciação da Congregação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para fins de homologação.

Ribeirão Preto, 29 de abril de 2011.

Profª Drª Lídia Aparecida Rossi
Presidenta

Profª Drª Ana Emilia Pace

Profª Drª Milene Tino De Franco

Profª Drª Kazuko Uchikawa Graziano

Profª Drª Sheila Araujo Teles

Nos termos do artigo 147 do Regimento Geral da USP, a Congregação, em sua 346ª reunião ordinária, aos 5 de maio de 2011, homologou o relatório final da Comissão Julgadora do concurso para provimento de um cargo/claro nº 1097601, na categoria Professor Doutor, referência MS-3, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, com base nos programas das disciplinas ERG 209 – Microbiologia, ERG 224 – Microbiologia, ERG 207 Imunologia, ERG 214 – Imunologia e ERG 307 - Cuidado Integral ao Adulto e Idoso Hospitalizado em Situação Clínica, regido pelo Edital ATAC/SCAPAC – 36/2010, ao qual não foram indicadas as candidatas Silvia Graciela Ruginsk Leitão, Daniela Carlos Sartori, Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias e Izabel Cristina Vanzato Palazzo, por não alcançarem a nota final mínima 7,0.

Encaminhe-se:

- à ATAC/SCAPAC e
 - à ATAd
- para as providências que couberem.

EERP, 5 de maio de 2011.

Silvia Helena De Bortoli Cassiani

Diretora

Ribeirão Preto, 12 de maio de 2011.

Ilma. Sra. Profa. Dra. Sílvia Helena De Bortoli Cassiani
DD. Diretora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Ref: Interposição de recurso contra a decisão da Congregação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto que homologou o relatório final expedido pela comissão julgadora do concurso para provimento do cargo/claro nº 1097601, na categoria Professor Doutor, referência MS-3, em RDIDP, junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada.

Prezada Profa. Sílvia,

Venho por meio desta apresentar interposição de recurso contra a decisão da egrégia Congregação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto que homologou em sua 346ª reunião ordinária, realizada em 05 de maio de 2011, o relatório final expedido pela comissão julgadora do concurso para provimento do cargo/claro nº 1097601, na categoria Professor Doutor, referência MS-3, em RDIDP, junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada (Edital ATAC/SCAPAC - 36/2010), realizado nos dias 26, 27, 28 e 29 de abril de 2011.

Transcrevo abaixo trecho do relatório da comissão julgadora referente ao julgamento do memorial da candidata Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 06 de maio de 2011:

"A candidata nº 4) Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias atestou em seu memorial inserção internacional, a regularidade na produção científica e a inserção no ensino, tanto na graduação, como na pós-graduação. À arguição sobre sua trajetória acadêmica respondeu com propriedade, demonstrando maturidade profissional e segurança. Entretanto, ao ser argüida sobre um projeto de pesquisa na área de Enfermagem, demonstrou desconhecer aspectos fundamentais que envolvem a prática clínica do enfermeiro. A candidata reconheceu suas limitações para o ensino de enfermagem, considerando-se a sua formação na área de imunologia clínica."

A Tabela 1 apresenta o quadro de notas da candidata, apresentado em sua totalidade. O julgamento do memorial tem suas notas discriminadas na coluna 3 desta tabela.

Tabela 1. Transcrição quadro de notas candidata Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 06 de maio de 2011.

Examinadores	Prova Didática (peso 4)	Julgamento do Memorial (peso 4)	Prova Escrita (peso 2)	Média Ponderada
Profª Drª Lídia Aparecida Rossi	5,00	7,55	8,90	6,80
Profª Drª Ana Emilia Pace	5,40	7,30	8,50	6,78
Profª Drª Kazuko Uchikawa Graziano	6,00	7,50	7,80	6,96
Profª Drª Milene Tino De Franco	5,20	7,55	9,00	6,90
Profª Drª Sheila Araujo Teles	5,00	7,50	9,00	6,80

O artigo 136 do Regimento Geral da USP, que versa sobre o julgamento do memorial, atesta que:

“Artigo 136 - O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

§ 1º - No julgamento do memorial, a comissão deverá apreciar:

I - produção científica, literária, filosófica ou artística;

II - atividade didática universitária;

III - atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV - atividades profissionais ou outras, quando for o caso;

V - diplomas e dignidades universitárias.

§ 2º - Finda a arguição de todos os candidatos, a comissão examinadora, em sessão secreta, conferirá as notas respectivas.”

Quando da arguição do memorial, a comissão julgadora questionou a candidata acerca de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido caso viesse a ser aprovada neste concurso. Embora um projeto de pesquisa não fora formalmente requisitado quando da inscrição neste concurso, a candidata respondeu aos questionamentos apresentando um conjunto de propostas a serem desenvolvidas, incluindo aplicações na área de imunologia clínica e de enfermagem. A candidata gostaria de ressaltar que durante a arguição, esta discussão se deu apenas sob base subjetiva, dado a inexistência de algo concreto, a saber, um projeto de pesquisa apresentado no ato da inscrição.

A comissão julgadora, ao se valer desta discussão no julgamento do memorial da candidata (avaliação/justificativa de nota), está em desacordo com o regimento geral da USP, incorrendo em grave erro. Caso um projeto de pesquisa tivesse sido solicitado como pré-requisito para as inscrições neste concurso, este poderia ter sido objeto de avaliação própria, independentemente da avaliação do memorial.

Aproveito também para questionar a legalidade de algumas notas recebidas, uma vez que o artigo 140 do Regimento Geral da USP atesta que:

"Artigo 140 - As notas das provas do concurso para professor doutor poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal."

Observa-se no quadro de notas apresentado na Tabela 1 a presença de notas com duas casas decimais, por exemplo, nota 7,55.

Diante do exposto solicito providências da digníssima professora com vistas à nulidade da decisão desta congregação.

Agradecendo a atenção, subscrevo-me.

Respeitosamente,

Kelen Cristina R. M. de Farias

Dra. Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

7

Ribeirão Preto, 27 de maio de 2011.

Profa. Dra. Sílvia Helena De Bortoli Cassiani

DD. Diretora da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo

Prezada Diretora,

Em resposta a interposição de recurso, pela Dra. Kelen Cristina Ribeiro Malmegrin de Farias, contra decisão da Congregação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, que homologou o relatório final expedido pela Comissão Julgadora do Concurso para provimento do cargo/claro n. 1097601, na categoria Professor Doutor, referência MS3, em Regime de Dedicação Integral à docência e à Pesquisa, lotado no Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, conforme Edital ATA/SCAPAc 36/2010, realizado no período de 26 a 29/04/2011, apresento a seguir minha manifestação.

1. A recorrente afirma em seu recurso que a Comissão Julgadora a questionou *acerca de um projeto de pesquisa e que tal projeto não foi formalmente solicitado*.

No julgamento do memorial, com prova pública de arguição, a Comissão Julgadora considerou o artigo 136, do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, a saber, *produção científica, literária, filosófica ou artística, atividade didática universitária, atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade, atividades profissionais ou outras, diplomas e dignidades universitárias*. A Comissão Julgadora não solicitou à recorrente projeto de pesquisa formal em qualquer uma das etapas deste concurso, em consonância com o Regimento Geral da Universidade de São Paulo.

A candidata, quando arguida sobre sua produção científica e aspectos relacionados (financiamentos de pesquisas, projetos em desenvolvimento e propostas futuras), nos termos do artigo 136, § 1º, inciso I do Regimento Geral, demonstrou insuficiência de conhecimento no que tange a aspectos fundamentais que envolvem a assistência e o processo de enfermagem; itens expressos claramente no conteúdo programático publicado no edital deste concurso.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

2. A recorrente afirma em seu recurso que durante a arguição, a discussão, sobre o aspecto apresentado no item 1 desta manifestação, *se deu apenas em base subjetiva*.

O julgamento do memorial foi fundamentado nas respostas da recorrente à arguição e na análise do conjunto da documentação por ela apresentada no ato da inscrição, considerando-se todos os aspectos a que se refere o artigo 136 do Regimento Geral da USP.

3. A recorrente questiona a legalidade das notas recebidas, com duas casas decimais.

A consideração das notas da recorrente, conforme destacado em seu recurso, quando se adota apenas uma casa decimal, não modifica o resultado final deste concurso.

A Comissão foi unânime e demonstrou, no relatório apresentado à Congregação, coerência no julgamento do desempenho da candidata, Dra. Kelen Cristina Ribeiro Malmegrin de Farias, em todas as provas.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Lídia Aparecida Rossi

Prof. Titular do Departamento de Enfermagem Geral e Especializada da Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

Informação

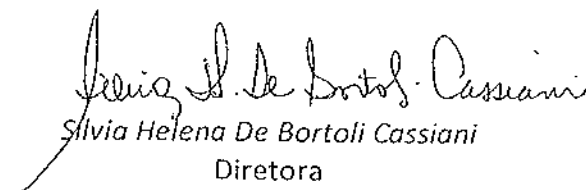
Interessado: Kélen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias

Assunto: interposição de recurso contra decisão da Congregação da EERP/USP

A Congregação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, em sua 347ª sessão ordinária, realizada em 16 de junho de 2011, apreciou o recurso interposto por Kélen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias contra decisão deste Colegiado, que homologou o relatório final do concurso para provimento de cargo/claro docente nº 1097601, na categoria Professor Doutor, referência MS-3, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa, junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, regido pelo Edital ATAC/SCAPAc 36/2010 e pelas normas estatutárias e regimentais da Universidade de São Paulo

Da apreciação dos autos, a douta Congregação deliberou, por unanimidade, não acolher o recurso. De acordo com as normas regimentais, o processo seguirá para apreciação pelo Conselho Universitário.

EERP/USP, 17 de junho de 2011


Sílvia Helena De Bortoli Cassiani
Diretora



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

293

PG. P. 2686/11
JAC/

PROCESSO: 2010.1.1230.22.2

INTERESSADO: ESCOLA DE ENFERMAGEM
DE RIBEIRÃO PRETO

ASSUNTO: Recurso contra resultado do concurso
para provimento de um cargo de Professor Doutor

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral

Trata-se de recurso interposto por Kelen Cristina Malmegrim de Farias contra a decisão da Congregação da Escola de Enfermagem de Ribeirão, que homologou o resultado do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, regido pelo Edital ATAC/SCAPAc 36/20101, realizado no período compreendido entre 26 e 29 de abril p.p (fls. 274/280).

Dos oito candidatos inscritos para o certame, cinco compareceram a realizaram as provas, sendo certo que todos foram considerados inabilitados, posto que não alcançaram a nota final mínima de 7,0 com no mínimo três examinadores, conforme estabelecido no artigo 143 do Regimento Geral (fls. 278/279).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

9

Inconformada a candidata Kelen Cristina Malmegrim de Farias recorreu da decisão da Comissão Julgadora, alegando, em suma, que: 1) durante a prova de arguição de memorial foi questionada sobre um projeto de pesquisa a ser desenvolvido caso viesse a ser aprovada no concurso, o que, em seu entender, fere o artigo 136 do Regimento Geral, que nada dispõe a respeito; e 2) As notas constantes do quadro apresentam duas casas decimais, contrariamente ao que estabelece o artigo 140 do Regimento Geral (fls.284/286).

Diante de seus argumentos recursais requer a anulação da decisão da Congregação que homologou o concurso em questão.

A D. Congregação da EERP indeferiu o recurso da interessada, com base em Parecer exarado pela Profa. Dra. Silvia Helena Bortolio Cassiani, cujos seguintes trechos merecem destaque:

"(...) No julgamento do memorial, com prova pública de arguição, a Comissão julgadora considerou seu artigo 1'36, do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, a saber, *produção científica, literária, filosófica ou artística, atividade didática universitária, atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade, atividades profissionais ou outras, diplomas e dignidades universitárias*. A Comissão Julgadora não solicitou à recorrente projeto de pesquisa normal em qualquer uma das etapas deste concurso, em consonância com o Regimento Geral da Universidade de São Paulo.

A candidata, quando argüida sobre sua produção científica e aspectos relacionados (financiamentos de pesquisas, projetos em desenvolvimento e propostas futuras), nos termos do artigo 136, § 1º, inciso I do Regimento Geral, demonstrou insuficiência de conhecimento no que tange a aspectos fundamentais que envolvem a assistência e o processo de enfermagem; itens expressos claramente no conteúdo programático publicado no edital deste concurso.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

291

2. A recorrente afirma em seu recurso que durante a arguição, a discussão, sobre o aspecto apresentado no item 1 desta manifestação, *se deu apenas em base subjetiva*.

O julgamento do memorial foi fundamentado nas respostas da recorrente à arguição e na análise do conjunto da documentação por ela apresentada no ato da inscrição, considerando-se todos os aspectos a que se refere o artigo 136 do Regimento Geral da USP.

3. (...) A consideração das notas da recorrente, conforme destacado em seu recurso, quando se adota apenas uma casa decimal não modifica o resultado final deste concurso."

Feito o breve relatório, passamos a opinar.

O primeiro aspecto a ser apontado é que o recurso de fls. 284/286 é tempestivo, posto que interposto no prazo regimental de 10 dias.

Quanto aos trâmites do concurso, examinando os autos verificamos que foram observadas as regras regimentais e estatutárias no que concerne à realização do certame, cabendo consignar que a não observância à aproximação das notas prevista do artigo 140 do Regimento Geral, neste caso específico, não traz alteração no resultado, tratando-se de questão meramente formal, sem força para anular o resultado do concurso.

No que concerne à arguição do memorial, segundo consta dos autos, a prova transcorreu dentro das regras editalícias e regimentais.

Nesse sentido, acompanhamos o entendimento do D. Relator da Congregação, de que não houve mácula no procedimento em exame, não tendo a recorrente demonstrado a existência de ilegalidade.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

10

Aliás, a anulação do concurso pleiteada pela interessada em nada lhe favorece, considerando que a não aprovação dos candidatos conduz à realização obrigatória de novo certame.

Por essas razões, sob o aspecto estritamente jurídico, entendemos que o recurso apresentado pela interessada não merece ser acolhido.

Feitas as observações de ordem legal, parece-nos que a matéria está em condições de ser submetida à D. CLR, para exame do mérito acadêmico.

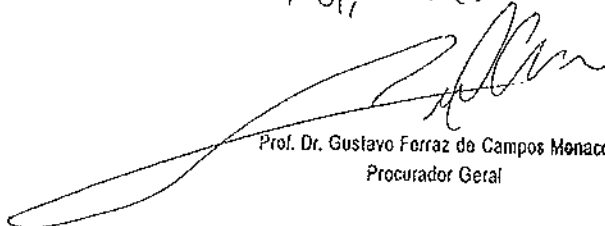
À elevada consideração dessa DD. Chefia.

Consultoria Jurídica, 13 de setembro de 2011.


JOCÉLIA DE ALMEIDA CASTILHO
Procuradora

*Acolho o Parecer.
À Secretaria Geral para
inclusão na pauta da d.
CLR.*

PG, 13. set. 11


Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Menaco
Procurador Geral



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Departamento de Química

Processo 2010.1.1230.22.2 – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto

Trata-se de recurso interposto pela candidata Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias contra a decisão da Congregação da EERP, que homologou o relatório final do concurso para provimento de um cargo de professor Doutor junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, onde não foi indicada nenhuma das candidatas por não terem alcançado a nota mínima sete.

Em 30/07/2010, a Profa. Maria H. P. Marziale, encaminha ofício à Diretora da EERP solicitando abertura do referido concurso. Consta do ofício o conteúdo programático do concurso.

Em 07/10/2010 A Egrégia Congregação da EERP aprovou a abertura do concurso e o edital foi publicado no DOESP de 15/10/2010, juntamente com o conteúdo programático.

A partir de 15/10/2010 as inscrições foram abertas e oito candidatos se inscreveram no concurso: Silvia Graciela Ruginski Leitão, Elaine Araújo Cintra, Daniela Carlos Sartori, Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias, Karina Alves de Toledo, Luiz Roberto Basso Júnior, Izabel Cristina Vanzato Palazzo e Gabriela Ravanelli de Oliveira Pelegrin.

Em 10/03/2011 a Congregação da EERP aprovou a indicação dos nomes dos componentes da Banca Examinadora (aprovada pelo CD do Departamento em

01/03/2011) e também a inscrição dos candidatos. A Banca Examinadora ficou assim constituída:

Profa. Dra. Lidia Aparecida Ross – EERP

Profa. Dra. Ana Emília Pace – EERP

Prof. Dr. Kazuko Uchikawa Graziano – EE-USP

Profa. Dra. Sheila Araújo Teles – UFGO)

Profa.Dra. Milene Tino Franco – Inst. Butantã)

O comunicado de aceitação das inscrições e a composição da Banca Examinadora foram publicados no DOESP de 19/03/2011 e o concurso foi realizado nos dias 26, 27, 28 e 29 de Abril de 2011.

Ao término do concurso foram divulgados os resultados gerais obtidos pelos candidatos e os quadros de notas foram devidamente registrados no relatório final. Consta do relatório que as candidatas não lograram aprovação por não terem alcançado média final sete (Art. 143 do Regimento Geral da USP).

Em 05/05/2011 a Congregação da EERP homologou o relatório final, que foi publicado no DOESP de 06/05/2011.

Em 12/05/2011, foi interposto recurso contra a decisão da Congregação pela candidata Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias. Em seu recurso alega que: foi arguida em relação a um projeto de pesquisa durante o julgamento do Memorial; que no quadro de notas observam-se notas com aproximação de duas casas decimais, quando de acordo com o Art. 140 do RG USP, as notas deverão ser aproximadas até uma casa decimal. Em vista dos fatos, requer a nulidade do concurso.

Em seu parecer para a Congregação, a Profa. Dra. Lúdia Aparecida Rossi enfatiza que, em função do Art. 136 do Regimento Geral, a Comissão não solicitou à recorrente projeto de pesquisa em nenhuma das etapas do concurso. Outrossim, quando arguida em relação a sua produção científica e aspectos relacionados, demonstrou insuficiência de conhecimento em relação a aspectos fundamentais que envolvem a assistência e o processo de enfermagem.

Baseado no parecer da Profa. Dra. Lúdia Aparecida Rossi, a Congregação da EERP, realizada em 16/06/2011, decidiu por unanimidade de seus membros não acolher o recurso.

O parecer da Procuradoria Geral aponta que o recurso é tempestivo, mas que o concurso seguiu estritamente as regras regimentais e estatutárias. O fato das notas terem sido atribuídas com aproximação de duas casas não tem nenhum reflexo no resultado do concurso e, portanto não tem força para anular o resultado. Não houve mácula na arguição do memorial que demonstrem existência de ilegalidade. Em vista dos fatos, conclui pelo não acolhimento do recurso.

Considerando que não ocorreu nenhum erro de forma causado pela Banca Examinadora durante o decorrer do certame, que a aproximação das notas em duas casas decimais não alterou o resultado do concurso e que durante a arguição do memorial a Comissão Examinadora procedeu estritamente de acordo com o Art. 136 do Regimento Geral, sou de parecer que o recurso em tela não deva ser acolhido por esta CLR.


Prof. Francisco de Assis Leone

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

Rub. _____

Processo: 2010.1.1230.22.2

Interessado: ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

A CLR, em sessão realizada em 8 de dezembro de 2011, aprovou o parecer do relator, contrário ao recurso interposto pela candidata Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias.

São Paulo, 9 de dezembro de 2011.



Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 9 de dezembro de 2011.



Rubens Beçak
Secretário Geral

**8. PROCESSO 2008.1.931.58.5 – FACULDADE DE ODONTOLOGIA
DE RIBEIRÃO PRETO**



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE MORFOLOGIA, ESTOMATOLOGIA E FISILOGIA.
AV. BANDEIRANTES, s/nº 14040-904 – RIBEIRÃO PRETO, SP.
FONE: 55-16-3602-3975 – FAX: 55-16-3633-0999

08.5.231.58.0

Ribeirão Preto, 10 de setembro de 2008

Ao Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia

Nós, Professores Associados do Departamento de Morfologia Estomatologia e Fisiologia (DMEF) vimos mui respeitosamente, interpor recurso, fundamentado no artigo 254 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo (USP), em face da decisão do Conselho do DMEF, tomada em reunião do dia 5 de setembro de 2008, que aprovou a abertura de concurso público para o cargo de Professor Titular apenas nas áreas de Anatomia e Histologia.

O objetivo do presente é requerer revisão e reformulação da decisão do Conselho, justificadamente, de modo que todas as áreas do Departamento sejam incluídas no edital de abertura do concurso para o cargo de Professor Titular do DMEF. As razões do recurso são embasadas nos dados abaixo relatados.

O DMEF conta hoje com 15 Professores Associados distribuídos da seguinte maneira nas disciplinas: 2 na Anatomia, 2 na Histologia, 2 na Genética, 4 na Fisiologia, 3 na Semiologia e 2 na Radiologia. A destinação do cargo para as áreas de Anatomia e Histologia, com 4 docentes cerceia portanto, o direito à inscrição no referido concurso de 11 dos 15 professores associados do DMEF.

Os cargos de titular do MEF estão hoje distribuídos nas áreas de Patologia (3), Anatomia (1), Fisiologia (1), Semiologia/Radiologia (1, concurso em andamento). Em 1988, por ocasião da fusão dos Departamentos de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, o Conselho do novo Departamento entendeu que os cargos de titular deveriam ser abertos a todas as áreas, visto que o Departamento deveria: a) se comportar a partir de então como uma unidade e não como grupos separados e b)

12
3
x

os concursos deveriam se basear no mérito acadêmico dos candidatos. Por este motivo o cargo de titular disponível naquele momento, concedido pela USP após recurso, *"especificamente para o Departamento de Fisiologia"*, foi a concurso para todas as áreas do novo Departamento, o DMEF. Foi com este mesmo entendimento que o segundo cargo cedido ao DMEF foi também aberto a todas as áreas.

No entanto o terceiro e último concurso para Professor Titular do DMEF (em andamento), foi aberto nas áreas específicas de Semiologia e Radiologia, impedindo a participação dos Professores Associados das áreas **Genética, Fisiologia, Histologia e Anatomia**. A decisão foi tomada sem nenhuma outra justificativa aceitável que não as de que *"certas coisas têm que ser políticas mesmo, contra mérito, contra tudo"* e que *"a distribuição de cargos de professor titular na Universidade de São Paulo é uma atitude política"* (afirmações de docentes da morfologia constantes nas atas da 111ª Reunião do conselho do MEF e da 275ª reunião da congregação da FORP).

Finalmente o Conselho Departamental decidiu que o quarto cargo disponível seja aberto apenas para as áreas de Histologia e Anatomia, ficando agora impedidos de se inscreverem no concurso os professores das áreas de **Genética, Fisiologia, Semiologia e Radiologia**.

É importante notar que a decisão anterior do Conselho Departamental de destinar o terceiro cargo à Radiologia e Semiologia contou com o apoio dos docentes da Anatomia e Histologia e que, inversamente, a decisão recente de destinar o quarto cargo à Anatomia e Histologia contou com o apoio dos docentes da Radiologia e Semiologia. Configura-se assim um apoio recíproco que tem como consequência excluir sempre os mesmos grupos: o da **Genética** e o da **Fisiologia**. Este fato desperta curiosidade quanto às características destes dois grupos. Assim, uma análise comparativa do perfil acadêmico destes com os outros 4 grupos pode ser útil no diagnóstico das razões que geraram tal situação peculiar. Tal análise de

desempenho acadêmico pode ser feita baseada nos dados apresentados nas duas tabelas anexas. Depreende-se destes dados que:

- 1) o número médio de mestrandos/doutorandos orientados pelos docentes de Genética e Fisiologia foi cerca de 3 vezes maior que o grupo de Anatomia/Histologia e cerca de 18 vezes maior que o grupo de Semiologia/Radiologia;
 - 2) dos 11 pós-doutorandos do DMEF, 10 foram supervisionados pelo grupo da Genética e Fisiologia;
 - 3) o grupo de docentes da Genética e Fisiologia é o único do DMEF a coordenar projetos Temáticos da FAPESP; vale lembrar que do total de 6 projetos Temáticos FAPESP já coordenados por docentes da FORP, 5 foram coordenados por docentes das áreas de Fisiologia e Genética.
 - 4) o grupo de docentes da Genética e Fisiologia publicou nos últimos 5 anos cerca de 25 vezes mais que o grupo de radiologia /Semiologia e 1,3 mais que o da Anatomia/Histologia;
 - 5) a média do aporte financeiro / docente obtido de projetos coordenados por associados da área de Fisiologia / Genética foi 72 vezes maior que aquele do grupo Semiologia / Radiologia e 4,5 vezes maior que o do grupo de Anatomia / Histologia.
- É também importante citar que os docentes de **Fisiologia e Genética** são os únicos do DMEF a orientar em Programas de Pós-Graduação nota 7,0 Capes.
- Estes parâmetros (orientação de pós-graduandos em programas de excelência, supervisão de pós-doutorandos, coordenação de projetos Temáticos, alta produção de artigos em revistas internacionais de qualidade) são os que medem a maturidade dos professores associados, e o seu preparo para galgar o próximo nível da carreira. No entanto, o que tem se evidenciado no DMEF é que são justamente estas características que excluem grupos dos processos seletivos. Trata-

se da repetição de um processo de **exclusão pelo mérito** já denunciado em recurso anterior contra a decisão do Conselho Departamental de fechar o concurso para as áreas de Semiologia e Radiologia (em andamento).

Assim, a decisão ora tomada pelo Conselho do DMEF fere os princípios de *impeccabilidade, moralidade, publicidade e eficiência* (Art. 5 da Constituição da República Federativa do Brasil) , o Código de Ética da Universidade de São Paulo (*Constitui dever funcional e acadêmico dos membros da Universidade "agir de forma compatível com a moralidade e a integridade acadêmica"* -Art 6º parágrafo I) e as determinações claras da Universidade de São Paulo de considerar prioridade para a distribuição de cargos *"áreas consolidadas, que contam com um contingente de Professores Associados, com elevado desempenho acadêmico"* (Of. SG/174 da CAA).

Clamamos aqui por mais ética e justiça lembrando que *"constitui dever funcional e acadêmico dos membros da Universidade corrigir erros, omissões, desvios ou abusos na prestação das atividades voltadas às finalidades da Universidade"* (Art 6º, parágrafo V - Código de Ética da Universidade de São Paulo).

Posto isso, requeremos que o presente recurso seja analisado pelo Conselho do DMEF a fim de que seja concedido a todos os Professores Associados deste Departamento o direito de concorrer ao cargo de titular em questão.

Atenciosamente,


Profa Dra Janete Anselmo-Franci


Profa Dra Elaine Del Bel


Prof Dr Jose Moacir Marin


Profa Dra Maria José Ayles da Rocha


Profa Dra Christie Leite Panissi

Tabela 1: Produção acadêmica dos Professores Associados do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia. Os dados se referem aos últimos 5 anos (2003 a 2007) *.

Áreas do DMEF	Docente	Bolsa de Produtividade CNPq	Orientações			Número (ISI) de Publicações	Coordenação de Projetos
			Mestrado	Doutorado	Pós-Doc		
Semiólogia e Radiologia	Marilena C. Komesu	-	3	-	-	3	2 Individuais
	Amadeu R.S. Junior	-	-	-	-	-	-
	Suzie A. Lacerda	-	-	-	-	-	-
	Luiz C. Pardini	-	-	1	-	1	-
	Plauto Watanabe	-	-	-	-	-	-
Genética e Fisiologia	Geraldo Aleixo	Sim	10	12	4	26	6 Individuais 1 Temático
	José M. Marin	-	13	7	-	15	2 Individuais
	Elaine Del Bel	Sim	09	9	3	29	6 Individuais (e pesquisador principal em 3 Temáticos)
	Janete A. Franci	Sim	3	8	2	31	2 Individuais 2 Temáticos
	Maria José A. Rocha	-	8	1	-	12	1 Individual
Anatomia e Histologia	Christie L. Panisi	-	3	2	-	5	2 Individuais
	Márcia Iyomasa	-	2	-	-	4	3 Individuais
	Paulo Tambasco	Sim	6	-	-	17	4 Individuais (e pesquisador principal em 1 Temático)
	Raquel Gerlach	Sim	11	1	1	33	5 Individuais
	Simone G. Regalo	-	5	2	-	5	3 Individuais

* Dados extraídos do relatório da Comissão Interna da FORP encarregada da solicitação de novos cargos de Professor Titular para a Comissão de Avaliação Acadêmica (CAA).

Tabela 2: Média por professor associado de cada área do DMEF de orientações, trabalhos publicados, projetos coordenados e auxílios obtidos. Dados dos últimos 5 anos (2003 a 2007) *

Áreas do DMEF (nº de professores associados)	Orientação Mestrado + Doutorado	Supervisão Pós- doutorados	Trabalhos publicados (ISI)	Coordenação Projetos/ Docente	Auxílio obtido (em R\$)
Radiologia (2)	0,5	0	0,5	0	0,00
Semiologia (3)	1	0	1	0,6	22.825,00
Fisiologia (4)	11	1,25	19,3	3,3	906.731,00
Genética (2)	21	2	20,5	4,5	1.446.879,00
Anatomia (2)	4,5	0	4,5	3	136.681,00
Histologia (2)	8,5	0	25,0	5	376.658,00

* Dados extraídos do relatório da Comissão Interna da FORP encarregada da solicitação de novos cargos de Professor Titular para a Comissão de Avaliação Acadêmica (CAA).



4

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Assunto: Recurso interposto contra decisão do Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, que deliberou aprovar a abertura do concurso público para o cargo de Professor Titular, nas áreas de Anatomia e Histologia.

Encaminhe-se ao Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini, para a gentileza de relatar e emitir parecer, pelo Conselho do Departamento, com devolução até o dia 23 de setembro de 2008.


DMEF, 19 de setembro de 2008.


Prof. Dra. Suzie Aparecida de Lacerda
Chefe do DMEF/FORP/USP

RELATO e PARECER

- 1) Em 05/09/2008 foi realizada a 135ª Reunião do Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, sendo que constou na "Ordem do Dia" no item 11, a elaboração de Edital de abertura de concurso público para provimento de um cargo de Professor Titular (nº 177733), vago em decorrência da aposentadoria do Prof. Mathias Vitti, de acordo com o artigo 45 - item X do Regimento Geral da USP.
- 2) Nesta mesma Reunião do Conselho foram apresentadas três propostas visando às discussões, argumentações e aprovações, relacionadas ao item 11.
- 3) O Conselho do Departamento **APROVOU** a abertura de concurso público para o cargo de Professor Titular na área de Anatomia e Histologia.

Portanto, o meu parecer é que o resultado da votação do Conselho do Departamento, deve ser acatada e respeitada.


Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini
Relator pelo Conselho



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

19
enf RO
x

Ribeirão Preto, 24 de outubro de 2008

Ao Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia

Tendo como base as informações contidas no recurso que pretende modificar a decisão do Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia quanto às áreas a serem abertas para concurso de Titular destinado ao Departamento, algumas considerações devem ser feitas, tendo em vista os dados parciais apresentados pelos impetrantes do recurso:

- 1) O departamento abriga áreas com atividades, perfis e envolvimento institucional diferentes, o que, em passado recente, levou à decisão, por maior parte do Conselho Departamental, a investir no desenvolvimento das várias áreas de maneira igualitária no que se refere a possibilidades de crescimento e formação de lideranças, aqui caracterizadas pelo cargo de professor titular;
- 2) Os últimos cargos recebidos pelo departamento foram ocupados por um docente da área de Fisiologia (2003) e outro concurso está em andamento, sendo destinado às duas disciplinas clínicas (Semiologia e Radiologia);
- 3) Este terceiro cargo destinado ao departamento foi, por decisão madura e consciente do Conselho Departamental, destinado às áreas relacionadas à disciplina de Morfologia, ou seja, Anatomia e Histologia, sendo que a última não possui cargo de titular desde o ano 2000;
- 4) Outras áreas do departamento permanecem sem cargos de titular, cuja proposta da maioria dos docentes é de que sejam privilegiadas paulatinamente e em concursos disputados com áreas de mesmo perfil para fins de julgamento do mérito acadêmico por similaridade, ou seja, o perfil de cada área deve ser privilegiado em tudo aquilo que constitui seu mérito, ensino, pesquisa, extensão e envolvimento institucional, pilares que efetivamente darão à FORP a expressão e destaque de que precisa e merece;



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

5) Tendo em vista a sábia decisão do Conselho de privilegiar a todos e permitir a disputa pelos cargos de titular segundo cada perfil, acrescentamos os itens não abordados no recurso ora impetrado:

- a. Com o objetivo de atender às finalidades da FORP os professores das áreas de Anatomia e Histologia (todos em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa, sendo 3 Doutores, 4 Associados e 1 Titular) desenvolvem suas atividades **no ensino da Odontologia** sendo responsáveis por 12% dos créditos totais do curso, ou seja, 495 horas/ano, ministrando os conteúdos de:
 - i. Morfologia do corpo humano (10 créditos)
 - ii. Morfologia da cabeça e pescoço (10 créditos)
 - iii. Anatomia e oclusão dental (5 créditos)
 - iv. Anestesiologia e anatomia topográfica (4 créditos)
 - v. Odontogerontologia (4 créditos)
- b. Disciplina de Morfologia do corpo humano para os cursos integral e noturno da FCFRP.

No âmbito de ensino de **graduação**, os docentes das disciplinas de Morfologia (Anatomia e Histologia) proporcionam atividades de monitoria e iniciação científica com bolsa FAPESP ou CNPq, para estudantes da FORP e, eventualmente, de outras unidades.

Todos os docentes estão vinculados a programas de **pós graduação** da Unidade (nota 5) e não medem esforços contribuindo por meio de disciplinas, orientações de mestrado e doutorado com bolsas concedidas, majoritariamente, pela FAPESP e, em menor número, pela CAPES (institucional) e publicações indexadas em bases internacionais (PubMed, ISI e Scopus), para que os mesmos se destaquem e sejam melhor classificados nas próximas avaliações. Do total de 4 programas da Unidade, os docentes participam de 3: 1) Reabilitação Oral, com as



21
ent 12

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

áreas de Reabilitação Oral e Biologia Oral; 2) Odontopediatria, e 3) Periodontia, com as áreas de Cirurgia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia.

Na pesquisa, todos os projetos são desenvolvidos na Unidade e para a Unidade, com colaborações importantes de outros centros de pesquisa no país e no exterior. Os Laboratórios de pesquisa, em um total de 5 (Eletromiografia, Cultura de Células, Proteínas, de Pesquisa Morfológica e de Anatomia) estão localizados na própria Unidade, mais especificamente no Setor de Morfologia e, portanto, todos os recursos advindos dos projetos com fomento de instituições diversas, como a FAPESP e o CNPq, são para o desenvolvimento e melhorias das instalações da Unidade.

Os docentes desenvolvem atividades de **cultura e extensão**, participando de cursos de especialização, bancas de trabalhos de conclusão (mestrado e doutorado) e comissões julgadoras (livre-docência, concursos públicos e avaliações de cursos), elaboração de pareceres para periódicos nacionais e internacionais, comitês de ética (incluindo CONEP) e agências de fomento (FAPESP e CNPq), além de atendimento a pacientes no contexto do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de curso de extensão (2200 atendimentos nos últimos 3 anos).

Todos os docentes das áreas de Anatomia e Histologia atuam como membros e/ou representantes de suas categorias, titulares ou suplentes, em órgãos administrativos da FORP, do Campus, da USP, de Agências de Fomento e órgãos governamentais tais como a CONEP.

Entendemos que o cargo de professor titular deva ser conquistado por professores que trabalhem, colaborem e se dediquem para que a FORP tenha crescimento e desenvolvimento em ensino, pesquisa, extensão, prestação de serviços e projeção junto à comunidade científica e não científica. Os docentes da área de Anatomia e Histologia sustentam estas características e merecem receber o aval do Departamento e da Unidade para seu crescimento e projeção. Os dados apresentados no atual recurso não demonstram quantitativamente o número de



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

trabalhos publicados pelo grupo de docentes da área de anatomia e histologia como também não mencionam a qualidade e as áreas de publicação que envolve a Odontologia. Cumpre ressaltar que a tabela apresentada no recurso inclui meu nome com a grafia errada (G Regalo é um pesquisador português que trabalha com câncer) e o período analisado está desatualizado, terminando em 2007, quando estamos praticamente finalizando o ano de 2008. Utilizando a Plataforma Scopus (atualmente utilizada pelo CNPq) verificam-se na mesma a inclusão de 30 trabalhos do Prof. Dr. Paulo Tambasco de Oliveira; 36 para a Profa. Dra. Simone Cecilio Hallak Regalo; 57 para a Profa. Dra. Raquel Fernanda Gerlach e 31 trabalhos para a Profa. Dra. Mamie M Iyomasa.

Recursos já apresentados em outras instâncias da Universidade fizeram a exposição do Departamento e da Unidade em órgãos colegiados de maneira não desejável. A falta de compromisso com o todo departamental e institucional, bem como o desrespeito aos preceitos éticos que regem a USP, ficam caracterizados quando docentes e a política departamental são rotulados como medíocres, apenas pelo modo de vista simplista e parcial de alguns docentes.

Após as reflexões emitidas por nós e tendo em vista o "Relato e Parecer" sobre o "Recurso interposto contra a decisão do Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia que deliberou aprovar a abertura de concurso público para o cargo de professor titular, nas áreas de Anatomia e Histologia", emitido pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini, manifestamo-nos apoiar o referido documento, tendo em vista que o mesmo vem ao encontro do Parecer emitido pela Profa. Dra. Ana Maria S. P. Vanin, Relatora pela CLR, e aprovado em Reunião da CLR de 27 de novembro de 2007 e pelo CO, em reunião de 11 de dezembro de 2007, cujo material encontra-se na íntegra, em anexo (Processo 2006.1.1373.58.4).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

23
m H

É pertinente salientar que o parecer citado por nós (Processo 2006.1.1373.58.4) refere-se ao Recurso interposto por um mesmo grupo de docentes (com algumas exceções), que assinam o atual recurso, sobre a abertura de concurso público para o cargo de professor titular nas áreas de Semiologia e Radiologia, aprovado por nosso Departamento (DMEF) em 11 de outubro de 2006. Diz o referido parecer: "É inequívoco que o modelo estatutário confere ao departamento a tarefa primeira, e indiscutível (*grifo nosso*), de organizar toda a atividade docente... ele é a menor fração da estrutura universitária, e é, portanto, o elemento motor de todo o início e desenvolvimento da atividade acadêmica." Diz ainda que "... a discussão finalística sobre as atribuições e eventual revisão das competências estatutárias entre os diversos órgãos acadêmicos seja feita no âmbito da reforma do estatuto...".

Além de toda a polêmica que foi gerada pelo grupo de docentes com o recurso anterior e que assinam o atual recurso, provocou-se também atraso e prejuízo para a FORP, tendo em vista que, com o processo em trâmite, a Unidade perdeu a oportunidade de concorrer à distribuição dos 120 cargos de titulares provenientes da Reitoria, ou seja, na última distribuição, nossa Unidade não participou por estar com cargo aberto. Mesmo assim, este grupo de docentes, que assinaram o recurso referente ao Processo 2006.1.1373.58.4 e que assinam o atual recurso, parece não entender que o "Departamento é o titular do direito de eleger a disciplina ou conjunto de disciplinas em que se dará o concurso e, portanto, o único que pode se valer dos recursos institucionais para resguardar seu posicionamento..." e ainda diz o parecer: "De longa data está sedimentado que, tratando-se de exercício de competência institucional, não têm os docentes, de *per se*, legitimidade para apresentar recursos, diferentemente do que ocorre com o Conselho do Departamento e com o Chefe do Departamento, que, de acordo com o Parecer da Profa. Ada Pellegrini Grinover, aprovado pela CLR (sessão de 16 de setembro de 1997), podem recorrer quando se sentirem prejudicados na sua competência institucional".




7

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

Portanto, smj., no nosso entendimento, os docentes que assinam o atual recurso não têm legitimidade para mudar, mediante recurso, a decisão do Conselho do Departamento. Assim, este recurso não deve ser aceito e submetido à avaliação e decisão (aprovação ou não pelo Conselho de Departamento) e, nem tomar parte do processo. É ilegítimo.

No entanto, considerando que o mesmo foi aceito e faz parte da pauta da reunião do Conselho do DMEF, antes de julgá-lo e votar sua suspensão, no nosso entender, julgamos pertinente e importante que os dados apresentados agora também sejam analisados e sobre o todo se faça a análise de mérito.


Profa. Dra. Simone Cecílio Hallak Regalo
Professora Associada do DMFE



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia

Ribeirão Preto, 29 de outubro de 2008.

Trata o presente documento de solicitação de esclarecimentos à Consultoria Jurídica, CLR ou outro órgão de competência da Universidade de São Paulo, com base nos fatos abaixo relacionados.

O assunto do presente protocolado trata de recurso interposto por docentes do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, contra decisão do Conselho do Departamento de abertura de concurso de Titular na disciplina de Morfologia da Cabeça e Pescoço, nas áreas de Morfologia e Histologia.

Em matéria julgada, originária deste e de outro departamento desta Unidade, com pareceres da CJ e CLR, em matéria idêntica, ou seja, recurso contra decisão de Conselho Departamental em concurso de Professor Titular, retiram-se algumas orientações, a saber:

- 1) O Conselho é o titular de direito para a escolha da(s) área(s) para abertura do referido concurso bem como a elaboração do respectivo programa e a submeterá à Congregação da Unidade, que deverá refletir as necessidades apontadas pelo Departamento (Arts. 39, 45, 125 e 127 do Regimento Geral da USP), página 43 do processo 2006.1.1373.58.4).
- 2) O Departamento é o único legitimado a valer-se dos Recursos Institucionais, para resguardar seu posicionamento, caso a Congregação não acate a decisão do Conselho Departamental (página 43 do processo 2006.1.1373.58.4). Cabe aqui uma ressalva quanto a um parecer da Profa. Ada Pellegrini, de 14/12/1997 (páginas 46-49 do processo 2006.1.1373.58.4), que reserva o direito de recorrer de todo indivíduo que possa adquirir vantagem prática com o recurso, garantindo às pessoas o direito a ele. Nova ressalva consiste em parecer anterior da Consultoria Jurídica (1036/2007-RUSP, página 126 do processo 2006.1.1373.58.4) que diz que a matéria é de interesse institucional e, assim, apenas considera de direito o recurso Institucional.
- 3) O processo anterior de outro departamento desta Unidade (2006.1.1262.58.8) sobre mesma matéria, a CJ define como ilegítimo o recurso interposto pelos docentes em Congregação, entendendo-se que assim o considerou em virtude do recurso ser impetrado por docentes e ainda devido ao fato do Conselho Departamental ser o titular de direito sobre o assunto (área e programa de concurso de titular - página 44 do processo 2006.1.1373.58.4). Ressalta a nobre Consultoria Jurídica, ainda, que o recurso não deveria ser apreciado no mérito dada à sua ilegitimidade, mas aconselha o seu recebimento, pela Congregação, como direito de Petição, conforme a Constituição Federal em seu artigo 5º (página 44 do processo 2006.1.1373.58.4).

Após estas informações, pairam ainda algumas dúvidas quanto à correta tramitação destes recursos, que deverão ser cada vez mais comuns dentro da Universidade, dada ao enorme contingente de professores associados e a restrição imposta para os concursos de Professor Titular. Sendo assim, solicitam-se os esclarecimentos abaixo pela nobre Consultoria Jurídica e CLR:

- 1) O recurso contra decisão do Conselho Departamental parece, pelo exposto, ser legítimo, ainda que impetrado por docentes, tendo em vista que pretende



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia

a mudança de decisão do órgão capaz de executá-la, o Conselho do Departamento. Esta interpretação está correta? Com base nesta interpretação a Chefia deve colocá-lo em pauta, assim que retornar esta consulta, para nova deliberação do Conselho Departamental. Correto?

- 2) Sendo correta a nossa interpretação do item anterior, como proceder caso a decisão do Conselho seja mantida? Certamente, pela análise mais ampla do direito de recurso, ressaltada pela Profa. Ada Pellegrini, estes docentes recorrerão em Congregação contra a decisão departamental, tendo em vista que o fizeram no processo anterior deste departamento com base na posição da digna Profa. Ada. O recurso neste colegiado deve ser aceito, recebido e julgado? A nossa compreensão é de que deve ser aceito como Direito de Petição, mas como se dará sua tramitação? Entendemos que Direito de petição se reserva a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e não deve seguir o rito processual, posto que se segue os trâmites do processo, é ação, não petição. Como se procede então? Entende-se também que o Direito de Petição é de todos o que descaracterizaria a ilegitimidade, correto?
- 3) Como deve proceder o Chefe do Departamento para resguardar a decisão de seu Conselho, caso o recurso em Congregação seja recebido, julgado e dado provimento: a) como recurso e b) como Direito de petição?
- 4) O recurso ora interposto alega fatos passados, por docentes que sequer fazem parte atualmente do departamento, quanto ao fato deste cargo ter cunho político. Certamente o Professor titular deve ser imbuído de características políticas, tendo em vista sua possibilidade, só a ele destinada, de concorrer a cargos de Chefia, Direção, Pró-reitorias e Reitoria. Não vemos nesta colocação nada de grave, desde que o professor seja elevado a este posto por mérito. Como analisa a CJ esta questão?
- 5) Quanto à questão **mérito acadêmico**, salienta o atual recurso que as duas áreas recorrentes são as únicas de mérito com base nos seguintes dados: número de orientados e pós-doutorandos, projetos temáticos, aporte financeiro, número de publicações, e nota da pós-graduação a que são credenciados. Os professores alegam ser excluídos por aquilo que entendem ser mérito.

Com relação a este assunto, esclarece-se que o departamento é impar, pois é composto por uma maioria básica e com apenas um pequeno número de docentes clínicos.

A diretriz do departamento não consegue ser estabelecida, tendo em vista as disparidades de atuações destes grupos e da constante argumentação de que os dados acima relatados são os únicos que conferem mérito ao docente.

As atividades dos grupos, mesmo entre os básicos, diferem em alguns aspectos a saber: a) vínculo com a pós-graduação e orientações dentro e fora da FORP, mas a maioria dentro da USP e alguns dentro de outras Universidades públicas; b) publicações em revistas de interesse da área e do país, tornando reconhecidos seus profissionais na comunidade científica nacional e internacional, ou publicações em revistas internacionais, mas longe do reconhecimento e aplicações da Odontologia; c) vínculo com o Sistema Único

28-09
B. R.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

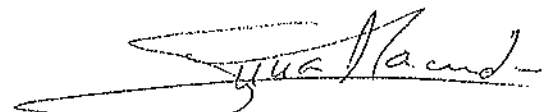
Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia

de Saúde para formação de mão de obra de alta qualidade técnico-científica, o que demanda horas no atendimento a alunos e pacientes; d) Prestação de serviços de referência regional em diagnóstico e outras áreas; e) Funções administrativas de representação da FORP em órgãos como o CONEP, etc.

Enfim, o Conselho do Departamento trabalha com todas estas disparidades para decidir sobre quais áreas são afins em todas as suas atividades para a disputa deste cargo e não apenas com os dados vinculados à pesquisa e pós-graduação, principalmente considerando-se que as avaliações destes tópicos é aquela mais facilmente realizada dentro da carreira, diferentemente das atividades de ensino e extensão. Isto nos parece ser mérito acadêmico que permita ao professor titular exercer com amplitude sua função em cada área do saber. O que seria das áreas de saúde se todos os seus docentes apenas desenvolvessem pesquisa, sem se preocupar com o produto (profissional) a ser lançado no mercado e que terá em suas mãos a saúde da nação? Como analisa estes fatos a nobre CLR?

Sendo o que se reservou para este momento, solicito especial atenção às nossas dúvidas, tendo em vista que o intuito foi de apenas embasar futuras dificuldades relacionadas ao tema.

Atenciosamente,


Profa. Dra. Suzie Aparecida de Lacerda
Chefe do DMEF/FORP/USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CJ.P 032/2009-RUSP

JAC

PROCESSO N.º 2008.1.931.58.5

INTERESSADO – FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE
RIBEIRÃO PRETO.ASSUNTO – Concurso para o cargo de Professor Titular.
Competência para escolha da área é do Departamento.
Necessidade de aprovação pela Congregação.
Legitimidade para recurso.

PARECER

Senhora Procuradora Chefe:

Tratam os presentes autos de abertura de concurso para provimento de cargo de Professor Titular, vago em decorrência da aposentadoria do Prof. Dr. Mathias Vitti, do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (fls. 02).

A Comissão de Atividades Acadêmicas – CAA entendeu pertinente a permanência do cargo no Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, destacando que ocorrendo vacância no Departamento o cargo deverá ser devolvido ao Banco de Cargos da Unidade (fls. 04).

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O Conselho de Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, em sessão realizada em 05/09/2008 com a presença de dezoito de seus membros, decidiu abrir o concurso em questão nas áreas de Anatomia e Histologia, por 12 (doze) votos favoráveis, 04 (quatro) votos contrários e duas abstenções.

Inconformados os Professores Associados do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia interpuseram recurso contra a referida decisão, por entenderem, em suma, que a abertura do concurso na área escolhida implica na exclusão dos grupos da Genética e da Fisiologia, "únicos a orientar em Programas de Pós Graduação nota 7,0 Capes", caracterizando verdadeira exclusão pelo mérito (fls. 11/14).

Referido recurso foi apreciado pelo Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini, na qualidade de Relator, que sugeriu a manutenção da decisão do Conselho, e , conseqüentemente, o indeferimento do recurso (fls. 17).

Após pedir vista dos autos a Profa. Dra. Simone Cecílio Hallak Regalo manifestou-se contra o recurso, lembrando, em apertada síntese, que os mesmos recorrentes já se insurgiram de forma semelhante contra a decisão de Conselho quando da abertura de outro concurso, entendendo que não deve o reclamo, sequer, ser submetido à apreciação do Conselho, ante a ilegitimidade dos recorrentes para formular esse tipo de pretensão (fls. 19/24).

Cuida-se de pedido de esclarecimento formulado pela D. Chefe do Departamento à Consultoria Jurídica e pedido de orientações à Comissão de Legislação e Recursos acostados às fls. 26/28, que passaremos a responder, sob o aspecto jurídico.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Para facilitar o entendimento passamos a transcrever as perguntas consignando as respectivas respostas.

1) O recurso contra decisão do Conselho Departamental parece, pelo exposto, ser legítimo, ainda que impetrado por docentes, tendo em vista que pretende a mudança de decisão do órgão capaz de executá-la, o Conselho do Departamento. Esta interpretação está correta? Com base nesta interpretação a Chefia deve colocá-lo em pauta, assim que retornar esta Consulta, para nova deliberação do Conselho Departamental. Correto?

R.: A questão já foi tratada pela CJ em outras oportunidades, bem como examinada pela CLR e pelo Conselho Universitário, ficando pacificada a falta de legitimidade dos recorrentes (professores associados) para questionarem decisão do Conselho de Departamento, em matéria de interesse institucional.

Isto porque, nos termos dos artigos artigos 39, 45, 125 e 127 do Regimento Geral, a escolha de área de abertura de concurso, bem como a elaboração do respectivo programa, incumbe ao Conselho de Departamento, que a submeterá à aprovação da Congregação, e é feita mediante votação, devendo refletir as necessidades do Departamento naquele momento.

Portanto, o Departamento é o titular do direito de eleger a disciplina em que se dará o concurso, observada a sistemática regimental, e, em decorrência o único legitimado a valer-se dos recursos institucionais para resguardar seu posicionamento (na hipótese, por exemplo, da Congregação não acatar a deliberação do Conselho de Departamento, poderia o Departamento, representado por seu Chefe, interpor recurso contra a decisão da Congregação).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Essa é a orientação em vigor na Universidade, objeto, inclusive da manifestação da D. CLR (cópia de Parecer anexa).

2) Sendo correta a nossa interpretação do item anterior, como proceder caso a decisão do Conselho seja mantida? Certamente, pela análise mais ampla do direito de recurso, ressaltada pela Profa. Ada Pellegrini, estes docentes recorrerão em Congregação contra a decisão departamental, tendo em vista que o fizeram no processo anterior deste departamento com base na posição da digna Profa. Ada. O recurso neste departamento deve ser aceito, recebido e julgado? A nossa compreensão é de que deve ser aceito como Direito de Petição, mas como se dará sua tramitação? Entendemos que Direito de petição se reserva a defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e não deve seguir o rito processual, posto que se segue os trâmites do processo, é ação, não petição. Como se procede então? Entende-se também que o Direito de Petição é de todos o que descaracteriza a ilegitimidade, correto?

R.: Qualquer que seja a decisão do Conselho de Departamento deverá ser comunicada aos recorrentes para as providências que julgarem cabíveis.

Quanto ao recurso interposto pelos Professores Associados poderá ser recebido como Direito de Petição, devendo o Conselho de Departamento apreciar os aspectos legais postos na peça recursal.

Mantida a decisão, o Conselho poderá prosseguir na tramitação da abertura do Concurso, submetendo sua escolha à apreciação da Congregação.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

3) Como deve proceder o Chefe do Departamento para resguardar a decisão de seu Conselho, caso o recurso em Congregação seja recebido, julgado e dado provimento: a) como recurso, b) como Direito de petição?

R.: O Chefe do Departamento, na qualidade de Presidente do Conselho de Departamento e como representante do Departamento, poderá interpor recurso sempre que a decisão da Congregação altere o deliberado pelo Conselho.

4) O recurso ora interposto alega fatos passados, por docentes que sequer fazem parte atualmente do departamento, quanto ao fato deste cargo ter cunho político. Certamente o Professor titular deve ser imbuído de características políticas, tendo em vista tal possibilidade, só a ele destinada, de concorrer a cargos de Chefia, Direção, Pró-Reitorias e Reitoria. Não vemos nesta colocação nada de grave, desde que o professor seja elevado a este posto por mérito. Como analisa a CJ esta questão?

R.: Nos termos do artigo 37, I, da Constituição Federal "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei,....."

Certo, então, que o Professor Titular ingressa em seu cargo por mérito, refletido nas notas conferidas pela Comissão Julgadora.

Essas são as respostas das perguntas que competiam a esta CJ examinar.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Por fim, cumpre apontar que não consta do rol de competências da D. CLR manifestação sobre matéria de mérito acadêmico por solicitação de Chefe de Departamento, mas apenas por solicitação da M. Reitora, nos termos do artigo 12, I, e do Regimento Geral, não havendo, portanto, como encaminhar os autos àquele Colegiado.

Estas as observações que julgamos cabíveis e submetemos à elevada consideração dessa DD. Chefia.

Consultoria Jurídica, 04 de maio de 2009.

Jocélia de Almeida Castilho
JOCÉLIA DE ALMEIDA CASTILHO
Procuradora

De acordo.

Consultoria Jurídica, 05 de maio de 2009.

Ana Maria da Cruz
ANA MARIA DA CRUZ
Procuradora Subchefe

Acolho o parecer.

Encaminhem-se os autos à FORP.

Consultoria Jurídica, 05 de maio de 2009.

Márcia Walquiria Batista dos Santos
MÁRCIA WALQUIRIA BATISTA DOS SANTOS
Procuradora Chefe



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Processo nº 2008.1.931.58.5

Interessados: Profs. Drs. Christie Ramos Andrade Leite Panissi, Elaine Aparecida Del Bel Belluz Guimarães, Janete Aparecida Anselmo Franci, José Moacir Marin e Maria José Alves da Rocha

Assunto: Recurso interposto contra decisão do Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, que deliberou aprovar a abertura do concurso público para o cargo de Professor Titular, nas áreas de Anatomia e Histologia.

O Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, em sua 144ª sessão, realizada em 28 de maio de 2009, não deu provimento ao recurso interposto pelos Profs. Drs. Christie Ramos Andrade Leite Panissi, Elaine Aparecida Del Bel Belluz Guimarães, Janete Aparecida Anselmo Franci, José Moacir Marin e Maria José Alves da Rocha, obtendo 07 (sete) votos favoráveis e 10 (dez) votos contrários, com a presença de dezessete membros. Edital anexo.

DMEF, 28 de maio de 2009.

Profa. Dra. Suziê Aparecida de Lacerda
Chefe do DMEF/FORP/USP

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO - USP

EDITAL ATAc/FORP /2009

ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CONCURSO DE TÍTULOS E PROVAS VISANDO O PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR TITULAR, NO DEPARTAMENTO DE MORFOLOGIA, ESTOMATOLOGIA E FISILOGIA, DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO, DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

O Diretor da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto torna público a todos os interessados que, de acordo com o decidido pela Congregação, em sessão ordinária realizada em ____ de ____ de 2009, estarão abertas, no período de ____ de ____ a de ____ de 2009, das 8 às 11 e das 14 às 17 horas, de segunda à sexta-feira (exceto feriados), as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de um cargo de Professor Titular, cargo nº 177733, em RDIDP - Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa, referência MS-6, na vaga decorrente da aposentadoria do Prof. Dr. Mathias Vitti, junto ao Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, com salário de R\$ 9.092,35 (nove mil, noventa e dois reais e trinta e cinco centavos), referente ao mês de maio/2008, nos termos do Regimento Geral da USP e do Regimento Interno da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, e o respectivo programa que segue:

Conteúdos da disciplina de Morfologia da Cabeça e Pescoço

I – Área de Anatomia

1. Ossos do NeuroCrânio
2. Ossos do Esplanocrânio
3. Anatomia da ATM
4. Dinâmica da ATM
5. Músculos da Mastigação
6. Músculos da face
7. Irrigação Arterial
8. Drenagem Venosa e linfática da cabeça
9. Cavidade da Boca
10. Anatomia Paraprotética
11. Anatomia aplicada a anestesiologia

II – Área de Histologia

1. Formação da face
2. Odontogênese
3. Amelogêneses
4. Esmalte
5. Dentinogênese
6. Complexo Dentina-polpa
7. Tecidos Periodontais de Sustentação: Cimento
8. Tecidos Periodontais de Sustentação: Osso Alveolar
9. Tecidos Periodontais de Sustentação: Ligamento Periodontal
10. Junção Dento-Gengival
11. Mucosa Bucal
12. Glândulas Salivares Maiores e Menores

O concurso será regido pelo disposto no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo e no Regimento da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto - Resolução nº 5043, de 16-6-2003.

1. As inscrições serão feitas na Seção de Apoio Acadêmico, da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, à Avenida do Café, s/nº, bairro Monte Alegre em Ribeirão Preto - SP, devendo o candidato apresentar requerimento dirigido ao Diretor da Unidade, contendo dados pessoais e área de conhecimento (especialidade) do Departamento a que concorre, acompanhado dos seguintes documentos:

- I – memorial circunstanciado, em 10 (dez) cópias, no qual sejam comprovados os trabalhos publicados, as atividades realizadas, pertinentes ao concurso e as demais informações que permitam avaliação de seus méritos;
- II – prova de que é portador do título de livre-docente outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional;
- III – prova de quitação com o serviço militar para candidatos do sexo masculino;
- IV – título de eleitor e comprovante de votação da última eleição; prova de pagamento da respectiva multa ou a devida justificativa.

§ 1º - Os docentes em exercício na USP serão dispensados das exigências referidas nos incisos III e IV, desde que as tenham cumprido por ocasião de seu contrato inicial, ou por solicitação do DRH/USP.

§ 2º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos III e IV, devendo apresentar cópia de visto temporário ou permanente, que faculte o exercício de atividade remunerada no Brasil.

§ 3º - Caso o candidato não satisfaça a exigência do Inciso II e desde que não pertença a nenhuma categoria docente da USP, poderá requerer sua inscrição como especialista de reconhecido valor, nos termos do art. 80 § 1º do Estatuto, o que dependerá da aprovação de dois terços dos membros da Congregação.

§ 4º - No ato da inscrição, os candidatos deverão entregar a documentação acondicionada em pastas, com indicação dos números dos documentos contidos em cada uma delas, de forma que se possa correlacionar cada atividade declarada no memorial;

Essa documentação permanecerá depositada na Assistência Técnica Acadêmica da Unidade, por 120 (cento e vinte) dias, a contar da nomeação do candidato habilitado por publicação no Diário Oficial do Estado. Findo prazo acima, e não havendo manifestação por parte dos inscritos para retirada da respectiva documentação, a mesma será descartada em sua totalidade.

§ 5º - O memorial a que se refere o inciso I acima poderá seguir o roteiro e as normas para a elaboração de memoriais destinados aos concursos docentes da FORP, conforme modelo disponível no link: http://www.forp.usp.br/imagens/stories/apoioac/normas_memorial.doc.

Observações: Não serão recebidas inscrições pelo correio, ou por e-mail, ou por fax. Poder-se-á receber inscrições por meio de procuração.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

Parágrafo Único: O concurso deverá realizar-se após a aceitação da inscrição, no prazo de trinta a cento e oitenta dias, após aprovação das inscrições, segundo prevê o artigo 151, parágrafo 2º do Regimento Geral.

3. As provas constarão de:

I – julgamento de títulos (peso 4);

II – prova pública oral de erudição (peso 2);

III – prova pública de arguição (peso 4).

4. O julgamento dos títulos, expresso mediante nota global, deverá refletir o mérito do candidato como resultado da apreciação do conjunto e regularidade de suas atividades, compreendendo:

I. produção científica, literária, filosófica ou artística;

II. atividade didática universitária;

III. atividades profissionais, ou outras quando for o caso;

IV. atividade de formação e orientação de discípulos;

V. atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

VI. diplomas e dignidades universitárias.

- Parágrafo Único - No julgamento dos títulos deverão prevalecer as atividades desempenhadas nos cinco anos anteriores à inscrição.
5. A prova pública oral de erudição será realizada de acordo com o programa previsto neste edital, competindo à Comissão Julgadora decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa, de acordo com o artigo 156 do Regimento Geral.
 6. O ingresso do docente em RDIDP é condicionado à aprovação da CERT, na forma da Resolução 3533/89 e demais disposições regimentais aplicáveis.
 7. Maiores informações, bem como as normas pertinentes ao concurso encontram-se à disposição dos interessados na Seção de Apoio Acadêmico da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, à Avenida do Café s/nº, em Ribeirão Preto - SP, pelos telefones (0XX16) 3602-4122/3602-3963 ou pelo e-mail glauce@forp.usp.br.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

Fl. nº <u>74</u>
<u>Bay</u>
Rubrica

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Processo nº 2008.1.931.58.5

Anexamos aos autos consulta efetuada pela Profa. Dra. Janete Aparecida Anselmo Franci à Profa. Dra. Ada Pellegrini Grinover às fls. 64/67, bem como resposta da consulta às fls. 68/73.

Diante do exposto, encaminhe-se ao Gabinete da Magnífica Reitora, com proposta de encaminhamento à Consultoria Jurídica para nova avaliação, tendo em vista que s.m.j., entendo que a Profa. Dra. Ada Pellegrini Grinover, contesta a interpretação que tem sido dada ao seu parecer de 1997, sendo esse utilizado como base para emissão de outros pareceres efetuados pela Consultoria Jurídica.

Tal solicitação se justifica para o esclarecimento da maneira correta de encaminhamento do assunto para apreciação da Congregação. **Pergunta-se:** O assunto deve ser submetido à apreciação da Congregação como análise do recurso impetrado pelos interessados ou edital de abertura de concurso visando o provimento de um cargo de Professor Titular com base no programa proposto e aprovado pelo Conselho do Departamento?

Diretoria, 10 de junho de 2009.

Prof. Dr. Osvaldo Luiz Bezzon
Diretor



Ribeirão Preto, 8 de junho de 2009

Ilmo Sr.
Prof. Dr. Osvaldo Luiz Bezzon
DD. Diretor da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto - USP

Prezado professor

Serve esta para solicitar a inclusão do presente documento, bem como do documento anexo ao processo de Nº 08.1.931.58.5. Estes documentos visam esclarecer orientações da Consultoria Jurídica (CJ) da USP, que a nosso ver são equivocadas. Os fatos relatados abaixo esclarecem a razão desta solicitação.

Caso 1: Processo Nº 2006.1.1262.58.8

a) O Departamento de Odontologia Restauradora aprova a abertura de concurso para titular apenas na área de Endodontia e em RTC. A decisão desconsidera as demais áreas do Departamento que conta com outros Professores Associados, em RDIDP e em condições de participar da disputa.

b) A congregação aprova a decisão. Cinco docentes do Departamento entram com recurso contra a decisão da congregação, que não dá provimento a este.

c) O processo vai à CJ que considera **ilegítimo** o recurso destas docentes ("*....preliminarmente ao exame de mérito, há de se apontar a ilegitimidade das recorrentes....*"; o Departamento é o "*único legitimado a valer-se dos recursos institucionais...*" ; "*é certo que o recurso apresentado pelas docentes do Departamento de Dentística não deveria ter sido apreciado no mérito, ante a falta de legitimidade de recorrer da decisão do Departamento..*"). Neste parecer da CJ (CPJ 252/2007-RUSP) é anexado o parecer da Dra. Ada Pellegrini Grinover, emitido na figura de membro da Comissão de Legislação e Recursos (CLR) da USP em 14 de setembro de 1997. É baseado neste parecer da Dra. Ada que a CJ assegura a ilegitimidade do recurso das docentes do Departamento de Odontologia Restauradora quando registra que "*essa é a orientação em vigor na Universidade,*



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

2

66
bas

objeto inclusive da manifestação da D. CLR". Esclareço que a "manifestação da CLR" refere-se ao parecer da Dra Ada Pellegrini Grinover acima citado. Este parecer da Dra Ada faz parte do processo 96.1.597.58.6, no qual a Chefe do Departamento de Fisiologia á época impetrou recurso contra a decisão da Congregação de negar o pedido do Conselho do Departamento de abertura de concurso para titular, em cargo então vago no mesmo. Este parecer foi solicitado à Dra. Ada pelo Magnífico Reitor Flávio Fava de Moraes, após contestação da Chefe do Departamento de Fisiologia ao parecer da CJ que considerava que recursos eram apenas pessoais e que a interposição de recurso por chefes de departamentos era ilegítima. No parecer, a Dra Ada dá ampla abertura do direito ao recurso, podendo ser estes pessoais ou institucionais.

d) No entanto, a CLR acata o parecer da Dra Jocélia de Almeida Castilho, da CJ e o parecerista Dr. Walter Coli emite parecer por esta Comissão como segue: "A CLR apreciou o problema constante nos autos e manifestou-se de acordo com o parecer da CJ, independentemente dos aspectos de mérito acadêmico que não cabem na presente discussão" (o grifo é meu).

e) O CO acata o parecer da CLR e as docentes perdem o recurso.

Caso 2: Processo Nº 2006.1.1373.58.4

a) Este segundo processo foi impetrado em seguida ao anterior, pelos docentes do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (DMEF) contra a decisão do Conselho de abrir concurso para titular apenas nas áreas de Semiologia e Radiologia, negando, portanto o direito de prestarem o concurso à quatro outras áreas do Departamento. Docentes das disciplinas de Genética e de Fisiologia entraram com recurso e neste, contestaram a interpretação que a CJ fez do parecer da Dra Ada P. Grinover no caso 1, julgando-a equivocada. Neste recurso os docentes argumentam que a Dra. Ada Pelegrini Grinover deixa claro em seu parecer que recursos não são somente pessoais, mas também institucionais, uma vez que registra: 1) que "não há como dar-se ao termo 'interessado' o sentido restrito que lhe pretende atribuir a douta Consultoria



Jurídica, que vê na expressão a indicação de "recurso pessoal" (Item 5); 2) que "nenhuma diferença faz tratar-se de um interessado "pessoal" ou "institucional" (na nomenclatura da Consultoria Jurídica)." (Item 6); 3) que "as modernas tendências do processo advogam a abertura - e não o fechamento - dos esquemas de legitimação" (Item 7) e 4) que "Não se coaduna, portanto, com o processo moderno geral - e com o processo administrativo em particular - a interpretação restritiva que retire o direito de recorrer daquele que tem o direito de agir" (Item 10).

b) A Congregação não acata o recurso dos docentes da Fisiologia e Genética e o recurso vai à CJ que emite o parecer CJ P1036/2007-RUSP, no qual a Dra Jocélia de Almeida Castilho registra: "Esta CJ teve a oportunidade de se manifestar em caso idêntico ocorrido na mesma Unidade, porém, em outro Departamento, concluindo pela ilegitimidade dos docentes questionarem decisão do Conselho de Departamento, em matéria de interesse institucional." Novamente a tese foi baseada no parecer da Dra Ada P Grinover.

c) O recurso é encaminhado para a CLR que emite em 4 de outubro de 2007 parecer no qual conclui: "O Departamento é, pois, o titular do direito de eleger a disciplina ou conjunto de disciplinas em que se dará o concurso, e portanto, o único que pode se valer dos recursos institucionais para resguardar seu posicionamento, conforme legitimamente fez o chefe do Departamento ao entrar com recurso administrativo contra a decisão da congregação. E para apóia-lo há jurisprudência estabelecida na USP através do parecer emitido pela Profa. Dra. Ada Pellegrini Grinover e acatado pela douta CJ, sendo esta a orientação em vigor na Universidade."

d) O CO não dá provimento ao recurso.

Caso 3: Processo Nº 2008.1.931.58.5

a) Um novo cargo de titular é concedido ao DMEF. Neste caso agora o Departamento fecha o concurso nas áreas de Histologia e Anatomia novamente impedindo professores das áreas de Genética e Fisiologia de participarem do concurso.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

4

62
1005

b) O recurso é enviado à CJ em novembro de 2008 para orientação, conforme solicitação da chefia do DMEF de como proceder, em vistas às orientações anteriores da CJ em casos idênticos.

c) Neste ínterim, considerando que a CJ poderia novamente insistir na tese da ilegitimidade do recurso, iniciei contatos com a autora do parecer sobre legitimidade de recursos, Dra. Ada Pellegrini Grinover, e expus á ela a situação, solicitando um parecer sobre a questão. Após várias mensagens e o envio dos documentos dos processos dos casos 1 e 2, e devidos esclarecimentos dos fatos, a Dra. Ada Pellegrini emitiu parecer sobre a questão, o qual encaminho anexo à este documento. Ainda durante o período em que ocorriam estes contatos com a Dra. Ada, o processo 2008.1.931.58.5 (caso 3) retornou à FORP com o parecer da CJ (CJP 032/2009-RUSP) emitido em 4 de maio de 2009, no qual é registrado, como prevíamos, que: *"A questão já foi tratada pela CJ em outras oportunidades, bem como examinada pela CLR e pelo Conselho Universitário, ficando pacificada a falta de legitimidade dos recorrentes (professores associados) para questionarem decisão do Conselho de Departamento, em matéria de interesse institucional"*.

d) O recurso foi analisado e negado no DMEF e deverá ser analisado na próxima reunião da Congregação.

Em vistas às considerações feitas no novo parecer da Dra. Ada Pellegrini Grinover, e entendendo que este possa esclarecer questões importantes a serem consideradas no andamento deste atual processo, envio este parecer no intuito de auxiliar nas decisões a serem tomadas no que tange à forma de encaminhamento do processo.

Sem mais, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos, agradeço a atenção.

Prof. Dra. Janete A. Anselmo Françis

ADA PELLEGRINI GRINOVER
Professora Titular de Direito Processual
da Faculdade de Direito da USP

A CONSULTA

Honram-me os professores associados do Departamento de Morfologia, Estomologia e Fisiologia da FORP, Janete A. Anselmo Franci, Elaine A. Del Bel B. Guimarães e José Moacir Marin, formulando consulta, acompanhada de documentos, com pedido de parecer, a respeito de sua legitimidade para interpor recurso contra a decisão da Congregação da FORP, de 16 de abril de 2007, que deu provimento ao recurso interposto pelo Prof. Luiz Guilherme de Siqueira Branco contra a decisão da Congregação de 02 de abril do mesmo ano, que havia dado provimento a um recurso interposto pelos consulentes, decidindo pela abertura do concurso para titular no DMEF em todas as áreas do Departamento, e não apenas nas áreas de Semiologia e Radiologia, como decidido pelo Conselho Departamental.

O recurso do Professor Luiz G. S. Branco baseou-se na ilegitimidade em recorrer dos consulentes, sendo instruído com pareceres anteriores sobre o tema prolatados pela Consultoria Jurídica e pela Comissão de Legislação e Recursos da USP, entendendo que único legitimado ao recurso é o Chefe do Departamento.

Os dados acima mencionados constam do processo n. 2006.1.1262.58.8, do Departamento de Odontologia Restauradora da FORP, analisado pelos referidos órgãos, e decidido pelo CO, em reunião de 27 de março de 2007.

Neste processo, a CJ considerou, em seu parecer de 25/02/2007, que "...a escolha de área de abertura de concurso, bem como a elaboração do respectivo programa, incumbe ao Conselho de Departamento, que a submeterá a aprovação da Congregação, e é feita mediante votação, devendo refletir as necessidades do Departamento naquele momento. Portanto, o Departamento é o titular do direito de eleger a disciplina em que se dará o concurso, observada a sistemática regimental, e, em decorrência o único legitimado (grifo nosso) a valer-se dos recursos institucionais para resguardar seu posicionamento".

Para embasar o parecer acima, a assessora jurídica, Dra. Jocélia de Almeida Castilho, anexou ao processo parecer de minha autoria, de 14 de setembro de 1997, proferido no processo 96.1.597.58.6, no qual a Chefe do Departamento de Fisiologia, Dra. Janete A. Anselmo Franci, impetrara recurso contra a decisão da Congregação de negar o pedido do Conselho do Departamento de abertura de concurso para titular, em cargo então vago.

Consequentemente, indagam os consulentes se meu parecer está sendo corretamente interpretado pela Consultoria Jurídica da USP e se, com base no mesmo, teria eu negado sua legitimidade para recorrer.



PARECER

Meu parecer, de 14 de setembro de 1997, proferido no processo 96.1.597.58.6, aprovado pela CLR e pelo CO, contrariava a tese, então acolhida na USP, de que os recursos poderiam ser apenas pessoais, numa época em que se sustentava inexistir legitimação de chefes de departamento para recorrer.

Tratava-se, naquele processo, de divergência entre a Chefe do Departamento de Fisiologia da FORP e a Consultoria Jurídica, que entendia inexistir possibilidade legal de interposição de recurso pelo Departamento contra decisão da Congregação da Unidade que indeferira pedido de abertura de concurso para provimento de cargo de Professor Titular junto ao mesmo Departamento.

A discordância girava em torno da interpretação do art.254 RG, que prescreve:

Art.254: "O recurso contra decisões dos órgãos executivos e colegiados será interposto pelo interessado no prazo máximo de dez dias, contados da data da ciência da decisão a recorrer".

A tese da Consultoria Jurídica era a de que referido dispositivo se destina a fundamentar a interposição de recursos pessoais, não sendo o Departamento, propriamente, titular de direito que possa ser protegido por via de recurso. E concluía pela inexistência de previsão, estatutária ou regimental, que agasalhasse a figura do "recurso institucional", alegando que o que se admitira, genericamente, seria apenas o direito de representar à autoridade superior, perante atos ilegais, a teor do disposto no art.5º, XXXIV, "a", da Constituição.

Esta era a questão, pelo que afirmei, à época:

"1 - Como já tivemos oportunidade de escrever¹, segundo a teoria geral dos recursos - que compreende os recursos administrativos -, o direito de recorrer sujeita-se a condições de exercício. São elas: a) a possibilidade jurídica de recorrer; b) a legitimação para recorrer; c) o interesse em recorrer.

Trata-se das condições para recorrer, a serem aferidas no juízo de admissibilidade do recurso, cuja falta acarreta o não conhecimento da impugnação, que não será julgada pelo mérito.

2 - A possibilidade jurídica, aplicada aos recursos, indentifica-se com o seu *cabimento*, que corresponde à previsão legal do recurso. Só há possibilidade de utilização da via recursal quando o ordenamento

¹ - Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes, Recursos no processo penal, 2a ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 1997, p.76 ss.



contempla certo meio de impugnação para atacar a decisão. Desse modo, a possibilidade jurídica de recorrer prende-se à recorribilidade da decisão.

A legitimação para recorrer indica as pessoas *titulares do direito de recorrer*. Por razões de conveniência, a lei pode limitar o círculo dos possíveis recorrentes. É o ordenamento, portanto, que estabelece se quem interpôs o recurso estava habilitado a fazê-lo.

O interesse em recorrer - na moderna visão prospectiva que afasta a idéia de sucumbência, gravame ou prejuízo - liga-se à *utilidade*, entendida como o proveito que a futura decisão seja capaz de propiciar ao recorrente. A ocorrência da utilidade não se afere do ponto de vista teórico, devendo identificar-se com a *vantagem prática* que o recorrente possa extrair do provimento de seu recurso.

3 - Vê-se daí que a questão suscitada nos autos é, antes de mais nada, de legitimação. Quais os titulares do direito de recorrer, indicados pela norma jurídica?

O art.254 RG, como visto, atribui a legitimação para o recurso ao *interessado*.

4 - O termo "interessado", na teoria geral dos recursos, tem sentido técnico: é o portador do *interesse em recorrer* e, por via de consequência, todo aquele que possa auferir utilidade, entendida como vantagem prática, por intermédio da futura decisão.

Isto equivale a dizer que o Regimento Geral da Usp identifica legitimado ao recurso o portador do interesse em recorrer: titulares do direito de recorrer são todos aqueles que têm interesse em recorrer, ou seja os que possam ser beneficiados, praticamente, pelo provimento de seu recurso.

5 - Nessa linha de entendimento, não há como dar-se ao termo "interessado" o sentido restrito que lhe pretende atribuir a douta Consultoria Jurídica, que vê na expressão a indicação de "recurso pessoal". Se, no caso concreto, o Departamento ostenta interesse em recorrer - ou seja, se pode obter pelo recurso vantagem prática -, está ele legitimado à sua interposição.

6 - Nenhuma diferença faz tratar-se de um interessado "pessoal" ou "institucional" (na nomenclatura da Consultoria Jurídica). O Departamento de Fisiologia, que requereu abertura de concurso para provimento de cargo de Professor Titular, teve indeferida pela Congregação o pedido que formulara, no uso de suas atribuições.

Evidente, no caso, o interesse do Departamento, que poderá, via recurso, obter a providência que solicitara. Sendo - como é - inquestionável a utilidade prática da nova decisão para o Departamento, ele é "interessado" e tem, conseqüentemente, legitimação para recorrer.



7 - Não é despidendo lembrar que as modernas tendências do processo advogam a abertura - e não o fechamento - dos esquemas da legitimação. A Constituição de 1988 é rica em exemplos dessa natureza, no que toca à legitimação para agir: a titularidade da ação às associações (art.5º, XXI), o mandado de segurança coletivo (art.5º, LXX), as ações coletivas dos sindicatos (art.8º, III), a legitimação às ações diretas de controle da constitucionalidade a diversas pessoas jurídicas e entes (arts. 102 e 103), a titularidade da ação civil pública ao Ministério Público e também a terceiros, nos termos da lei (art.129, III e par.1º), as ações coletivas de organizações indígenas (art.231).

8 - Tudo isso indica, de maneira inequívoca, que a nova ordem jurídica não mais identifica o titular do direito subjetivo clássico, de direito material, com o titular do direito de ação (como fazia o art.6º do Código de Processo Civil de 1973), atribuindo a legitimação para agir a detentores de interesses coletivos, hoje reconhecidos pelo sistema. O mesmo caminho evolutivo foi acompanhado pelo legislador, ocasionando o surgimento de novas leis, como a Lei da Ação Civil Pública, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor, todas conferindo legitimação a titulares de interesses coletivos.

9 - Essa significativa transformação do direito processual não pode ser menosprezada na interpretação das regras legais sobre a legitimação para recorrer, até porque o recurso nada mais é do que um desdobramento do direito de ação e de defesa, como aspecto, elemento ou modalidade desse mesmo direito². Por essa razão, em matéria recursal, a dúvida sempre há de ser resolvida em favor do recorrente.

10 - Não se coaduna, portanto, com o processo moderno em geral - e com o processo administrativo em particular - a interpretação restritiva que retire o direito de recorrer daquele que tem o direito de agir (em sentido lato). Se o Departamento é titular deste direito, legitimado a formular o pedido de abertura de concurso, não lhe se pode retirar o direito de recorrer da decisão contrária ao pedido que apresentou, a pretexto de uma interpretação restritiva de norma legal que inequivocamente comporta outro entendimento.

11 - Lembro, finalmente, que é princípio inerente ao Estado de Direito o da revisão das decisões estatais, que se cumpre por intermédio dos recursos, não podendo admitir-se que qualquer ato autoritativo fique imune a controle interno³. O princípio do duplo grau, que também permeia o processo administrativo, exige a possibilidade de revisão dos atos administrativos, sendo de se afastar qualquer interpretação que obste a esse *desideratum*.

12 - Por todas essas razões, respondo à consulta do Magnífico Reitor, manifestando-me - data venia - contrariamente à tese sustentada pela Douta Consultoria Jurídica neste processo (e em outros, a que a

² - Assim escrevemos na obra citada, p.32

³ - Cf. J.J.Calmon de Passos, "O devido processo legal e o duplo grau de jurisdição", in Reveor, São Paulo, Saraiva, 1981

mesma se refere) e reconhecendo ao Departamento a legitimação para recorrer.

13 - A eventual aprovação deste parecer pela CLR importará em duas consequências: a) no caso específico, o encaminhamento do recurso encartado nos autos à Consultoria Jurídica para que, assentada a legitimação para recorrer do Departamento de Fisiologia, se examinem os demais aspectos (formais e de mérito) que o recurso suscita; e b) genericamente, a adoção da tese nele firmada para reger os casos futuros.

É o parecer.

São Paulo, 14 de setembro de 1997

Ada Pellegrini Grinover
Membro da CLR"

No entanto, a partir das afirmações contidas em meu parecer, a CJ passou a entender que os recursos só poderiam ser interpostos pelo Departamento.

Esta tese, novamente restritiva, contraria toda a postura de meu parecer. Falei nele da legitimidade para recorrer do Departamento, porque essa era a questão que se levantava à época, mas não afirmei, de maneira alguma, que referida legitimidade retiraria a de docentes do Departamento, desde que interessados.

Para não incorrer em repetições desnecessárias, limito-me a reproduzir mais uma vez o seguinte tópico de meu parecer:

"4 - O termo "interessado", na teoria geral dos recursos, tem sentido técnico: é o portador do interesse em recorrer, e, por via de consequência, todo aquele que possa auferir utilidade, entendida como vantagem prática, por intermédio da futura decisão. (grifei)

Isto equivale a dizer que o Regimento Geral da Usp identifica legitimado ao recurso o portador do interesse em recorrer: titulares do direito de recorrer são todos aqueles que têm interesse em recorrer, ou seja os que possam ser beneficiados, praticamente, pelo provimento de seu recurso." (Grifei).

Não se diverge, é claro, da CJ, quando observa, em seu parecer de 25/02/2007, que "...a escolha de área de abertura de concurso, bem como a elaboração do respectivo programa, incumbe ao Conselho de Departamento, que a submeterá a aprovação da Congregação, e é feita mediante votação, devendo refletir as necessidades do Departamento naquele momento".

Mas não se pode concordar com a conclusão que daí retira a CJ: "Portanto, o Departamento é o titular do direito de eleger a disciplina em que se dará o concurso, observada a sistemática regimental, e, em decorrência o único legitimado (grifo nosso) a valer-se dos recursos institucionais para resguardar seu posicionamento".



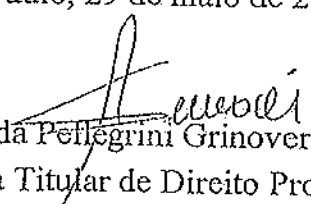
27

Entendi, e reitero, que o Departamento é legitimado: mas não é o único legitimado. E isto pela simples razão de que, ao lado do recurso fundado em interesse institucional – foco de meu parecer anterior –, permanecem todos os recursos fundados em interesses pessoais: e os consulentes têm interesse em recorrer (e consequentemente, como se viu acima, legitimação) pois podem ser beneficiados, praticamente, pelo provimento de seu recurso, pelo qual terão acesso ao concurso para o cargo de professor titular. Com efeito, a abertura de concurso para titular em apenas duas áreas impede o direito dos consulentes, pertencentes às demais áreas do Departamento, de prestarem o concurso, o que lhes confere, portanto, a interesse e legitimidade em recorrer.

Meu parecer anterior visou a ampliar a legitimação, cuidando dos recursos institucionais. Mas jamais negaria, pelos próprios fundamentos que o embasaram, os recursos pessoais, em que todos aqueles que podem ser concretamente beneficiados pelo provimento do recurso são detentores de interesse e legitimação. Todo o raciocínio do parecer baseia-se na abertura dos esquemas da legitimação e interpretá-lo de maneira restritiva, como agora está fazendo a CJ, é – com a devida vênia – pretender que eu disse o que não disse.

Em conclusão, respondo à consulta afirmando a plena legitimação ao recurso pelos consulentes, não podendo se extrair conclusão diversa de meu parecer de 14 de setembro de 1997.

São Paulo, 29 de maio de 2009



Adá Pellegrini Grinover

Professora Titular de Direito Processual
Da Faculdade de Direito da USP

Processo: 2008.1.931.58.5

ASSUNTO: Concurso para Professor Titular

Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia .

PARECER

A leitura do processo suscita dois questionamentos:

1 O Departamento é o único legitimado a valer-se de recursos institucionais para resguardar seu posicionamento?

2 Cabe ao Conselho do Departamento a escolha da área de abertura do concurso?

A resposta ao primeiro questionamento deve fundamentar-se no parecer exarado pela Professora. Dra. Ada Pellegrini Grinover, em 29 de maio de 2009, no qual ela ressalta: "Não se pode concordar com a conclusão que daí reitera a CJ: Portanto o Departamento é o titular do direito de eleger a disciplina em que se dará o concurso, observando a sistemática regimental, e em decorrência, o único legitimado a valer-se dos recursos para resguardar seu posicionamento". O Departamento é legitimado, mas não é o único legitimado reitera a Professora (grifo meu). Em outro trecho do parecer, comentando interpretação dada ao seu parecer de 14 de setembro de 1997 salienta a Dra Ada: "Não afirmei, de maneira

Baum

81
1001

alguma, que referida legitimidade retiraria a de docentes do Departamento, desde que interessados”.

Fica evidente no Parecer de 2009 que o Regimento Geral da USP identifica legitimado ao recurso o portador de interesse em recorrer: Titulares do direito de recurso são todos aqueles que têm interesse em recorrer, ou seja, todos aqueles que possam ser beneficiados, praticamente pelo provimento de seu recurso. O termo interessado na teoria geral dos recursos, tem sentido técnico: é o portador do interesse em recorrer e, por via de consequência, todo aquele que possa auferir utilidade, entendida como vantagem prática, por intermédio da futura decisão.

Assim, entendo que é legítimo o direito dos Professores Associados Janete Franci, Elaine Del Bel, José Moacir Marin, Maria José Alves da Rocha e Christie Leite Panissi de impetrarem recurso contra a decisão do Conselho de Departamento de abrir concurso apenas nas áreas de Anatomia e de Histologia.

Considerando o segundo questionamento:

De acordo com O Regimento Geral da USP “ O Conselho do Departamento é o titular do direito para a escolha da(s) área(s) para abertura de concurso, bem como pela elaboração do respectivo programa e submeterá sua escolha à Congregação da Unidade, a quem cabe refletir as necessidades apontadas pelo Departamento. Não se

ABam

trata portanto, em hipótese alguma, de simplesmente acatar a decisão do Conselho de Departamento.

Uma vez que a Universidade de São Paulo considera como uma das prioridades para distribuição de cargos áreas consolidadas que contam com contingente de Professores Associados com elevado desempenho acadêmico, não acho justo e tão pouco ético excluir do processo Professores que apresentam tal perfil.

A meu ver, tratando-se de concurso no qual deve ser analisado o mérito dos candidatos, e, considerando-se o desempenho dos Professores Associados do Departamento, entendo que o direito a concorrer ao Cargo de Professor Titular deve ser dado ao conjunto de Professores Associados, uma vez que vários deles apresentam os requisitos necessários ao cargo.

Finalizando, cumpre-me salientar que a tramitação desse processo desde 2008 prejudicou em duas oportunidades a FORP de concorrer à distribuição de cargos de Titular provenientes da Reitoria da USP, isto é, a Unidade ficou impedida de participar do processo nos anos de 2009 e 2010 por estar com cargo aberto.

Este é o meu parecer.

Ribeirão Preto 05 de outubro de 2010-10-05



Valdemar Mallet da Rocha Barros



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO
Assistência Técnica Acadêmica

83

Processo nº 2008.1.931.58.5

A Congregação, em sua 323ª Sessão, realizada em 18 de outubro de 2010, baseada no parecer do relator pela Congregação e na petição dos Profs. Drs. Janete Aparecida Anselmo Franci, Elaine Aparecida Del Bel Belluz, Guimarães, José Moacir Marin, Maria José Alves da Rocha e Christie Ramos Andrade Leite Panissi, **deliberou não aprovar** a abertura de concurso visando o provimento de um cargo de Professor Titular, Referência MS-6, em RDIDP do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da FORP/USP, **com base nas áreas de Anatomia e Histologia**, referente ao cargo/claro (177733), bem como **deliberou sugerir** ao Conselho do Departamento, a abertura do concurso em todas as áreas do citado Departamento.

Encaminhe-se ao Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia para providências, **retornando** a esta Assistência.

ATAc, 18 de outubro de 2010.


Glauce Della Rosa
Assistente Técnico Acadêmico

Universidade de São Paulo
Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA DOUTA CONGREGAÇÃO DA
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 2008.1.931.58.5
RECURSO ADMINISTRATIVO

Luiz Carlos Pardini, brasileiro, casado, portador do RG nº 6.377.070, cujo número funcional na Universidade de São Paulo é 75623, lotado na Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, na qualidade de Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia e atendendo ao disposto no Regimento Geral, Art. 46 inciso II, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, em nome próprio e representando o Conselho do Departamento, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** com base no disposto nos § 1º. e § 2º. do art. 125 e dos artigos 39, 45 e 127 do Regimento Geral da USP, contra a r. decisão da Douta Congregação em sua 323ª Reunião Ordinária realizada em 18 de outubro de 2010 que não aprovou a abertura de concurso de titular, no Departamento de Morfologia, Estomatologia

e Fisiologia, com base na disciplina de Morfologia da cabeça e pescoço, conforme decisão do Conselho deste departamento em sua 136ª Sessão, realizada em 05 de setembro de 2008, dando assim, indiretamente, provimento a recurso/petição interposta por docentes também do referido departamento, sendo que, para tanto, expõe e requer o que segue:

DOS FATOS

O Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (DMEF), conforme consta às folhas 2, 3, 4 e 5 do presente processo, foi favorecido com a **permanência** do cargo de Professor Titular (nº 177733) vago em decorrência da aposentadoria do Prof. Dr. Mathias Vitti. Na pauta da 323ª Sessão da Congregação constou, no item 15, de forma divergente, ou seja, que cargo/claro foi **concedido** fundamentado no plano de metas desta Faculdade.

Para atender a solicitação do "Of.SCAPACA/FORP/231", datado de 21 de agosto de 2008 e assinado pelo Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros, Vice Diretor da Unidade, representando o Sr. Diretor da Unidade, o assunto foi discutido na 136ª. Sessão do Conselho do DMEF, realizada em 05 de setembro de 2008 e aprovada a abertura de edital na Disciplina de Morfologia da Cabeça e Pescoço, posteriormente encaminhado à Direção da Unidade acompanhado do referido edital o "Of.DMEF/1382008/FORP/08.092008" conforme constam às folhas 06 a 09, para apreciação da Douta Congregação da Unidade em atendimento ao disposto no §1 e §2 do artigo 125 do Regimento Geral da Universidade de São Paulo que assim dispõe:

Art. 125 do Regimento Geral da universidade de São Paulo:

Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade.

§ 1º. Os concursos serão feitos para o Departamento (grifo nosso), de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina, ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área do conhecimento.

§ 2º. O programa, proposto pelo Departamento, deverá ser submetido à apreciação da Congregação.

Foi encaminhado ao Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, por um grupo de professores associados do DMEF, recurso contra a decisão do Conselho do DMEF, tomada em 05 de setembro de 2008, que aprovou a abertura do concurso público para o cargo de Professor Titular apenas nas áreas de Anatomia e Histologia. Tal documento foi submetido à apreciação do Conselho do DMEF em sua 137ª. Sessão, realizada em 26 de setembro de 2008, porém foi retirado de pauta em virtude do pedido de "vistas" da Profa Dra. Simone Cecílio Hallak Regalo, a qual manifesta suas considerações, às folhas 19/24, com dados relevantes para a apreciação do Conselho Departamental, tais como:

- **O MÉRITO ACADÊMICO** dos docentes das áreas de anatomia e histologia, considerando ensino, pesquisa e extensão;

- Sua manifestação contrária ao recurso, lembrando que os mesmos recorrentes já se insurgiram de forma semelhante contra a decisão do conselho do DMEF quando da abertura de outro concurso e
- seu posicionamento contrário a submeter à apreciação do Conselho o recurso, tendo em vista sua ilegitimidade.

Para aclarar a condução do processo a Chefia do Departamento encaminhou solicitação de esclarecimentos à Consultoria Jurídica, CLR ou outro órgão de competência da USP, conforme consta às folhas 26 a 28 dos autos.

Com os esclarecimentos da Consultoria Jurídica no Parecer CJ P 032/2009-RUSP juntado aos autos as folhas 49 a 57, o Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, em sua 144ª. sessão, realizada em 28 de maio de 2009, discutiu o assunto e não deu provimento ao recurso interposto pelos Profs. Drs. Christie Ramos Andrade Leite Panissi, Elaine Aparecida Del Bel Belluz Guimarães, Janete Aparecida Anselmo Franci, José Moacir Marin e Maria José Alves da Rocha, encaminhando os autos à Direção da Unidade para apreciação na próxima reunião da Congregação da FORP. Os autos foram encaminhados a um parecerista pela Congregação conforme consta às folhas 63, porém, devolvido à administração a pedido sem emissão de parecer.

As fls. 64 a 74 a pedido de uma docente que assina o recurso, foram juntados aos autos uma série de documentos, incluindo manifestação da *Profa. Dra. Ada Pellegrini Grinover* que atendendo à solicitação desta docente esclarece pontos de vista, particularmente aquele relacionado à legitimidade em recorrer dos professores, tendo em vista um posicionamento contrário da Consultoria Jurídica com jurisprudência dentro desta Universidade em vários processos, inclusive oriundos do DMEF e que versam sobre esta mesma questão. Apesar de julgarmos relevante toda e qualquer forma de esclarecimento, estranha-se que tais documentos tenham sido anexados sem conhecimento do Conselho Departamental e da Chefia do Departamento, a quem caberia esclarecer a posição de seu Departamento, dando-se, assim, igualdade de direitos às partes.

Em 10 de junho de 2009 o processo foi novamente encaminhado pela FORP para nova avaliação da CJ, sob justificativa de que os documentos anexados pela docente dariam nova interpretação ao direito de recorrer, em discordância à interpretação dada pela Consultoria Jurídica da Universidade. No entanto, a administração da Unidade solicita a devolução do processo sem que a CJ se manifeste e o encaminha para um parecerista pela Congregação, o Prof. Valdemar Mallet da Rocha Barros, vice-diretor da Unidade.

Em seu parecer o professor faz dois questionamentos a saber: 1) se o departamento é o único legitimado a recorrer e 2) se cabe ao departamento a escolha da área de abertura do concurso. Em sua própria resposta afirma que "...A resposta ao primeiro questionamento deve fundamentar-se no parecer exarado pela Profa Ada Pellegrini Grinover...." e por fim reconhece o direito dos docentes em recorrer. Quanto ao segundo questionamento

afirma que "...De acordo com o regimento Geral da USP "o Conselho do Departamento é o titular do direito para a escolha da(s) área(s) para a abertura de concurso, bem como a elaboração do respectivo programa e submeterá sua escolha à Congregação da Unidade, a quem cabe refletir as necessidades apontadas pelo departamento." Segue-se em seu parecer "Não se trata portanto, em hipótese alguma, de simplesmente acatar a decisão do Conselho de Departamento.....". Por fim expressa seu entendimento de que o direito a concorrer deve ser dado a todos os professores associados do Departamento e ainda salienta que a tramitação do processo desde 2008 prejudicou toda a Unidade em duas ocasiões, 2009 e 2010, de concorrer à distribuição de cargos de titular. Em suma, dá indiretamente atendimento à solicitação dos recorrentes em detrimento da decisão do Conselho Departamental, que representa o Departamento a quem afirmara que a Congregação da Unidade deveria atender às necessidades.

DO DIREITO

O Regimento da Universidade de São Paulo recepciona competências que lhe foram outorgadas pelas instâncias normativas superiores, e outorga outra às inferiores.

É o que ocorre com o art. 125 do diploma legal em comento que assim dispõe:

Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade.

§ 1º. Os concursos serão feitos para o Departamento, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área do conhecimento.

§ 2º. O programa, proposto pelo Departamento, deverá ser submetido à apreciação da Congregação.

Senhor Presidente da Douta Congregação da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, o artigo em tela deve ser analisado minuciosamente. No § 1º., existe clara outorga de competência concedida, pelo Regimento da Universidade de São Paulo, aos Departamentos.

Esclarecemos,

Como órgão fundamental, o Conselho do Departamento gerencia o conjunto das atividades do todo, dando obrigações e concedendo direito a todos os seus membros constituintes, de todas as categorias. Antepor-se às suas decisões é um ato prejudicial que fere drasticamente as suas competências, sua política de desenvolvimento e valorização dos diversos perfis docentes/pesquisadores que o compõem, de forma a promover o equilíbrio e manter o alto desempenho que o departamento apresenta, como um todo, dentro da Unidade e da Universidade.

Portanto, os Departamentos têm autonomia para escolher as disciplinas ou o conjunto de disciplinas que embasarão eventuais concursos da

natureza do que aqui se debate. Tal fato fica claro no parecer do Prof. Valdemar, onde cita que a congregação deve atender às **necessidades do departamento**, embora, por fim, o parecerista sugira que se atenda não ao Conselho Departamental, mas sim à solicitação de um grupo de docentes e ainda reconhece-lhes o direito de recorrer contra a decisão do Conselho do Departamento do qual inclusive os próprios recorrentes fazem parte. **Contraditório é dizer que a Congregação deve atender às necessidades do Departamento e fazer, via de regra, o Chefe deste Departamento defender a decisão do Conselho Departamental através de inúmeros recursos, alguns deles ainda aguardando decisão pelo Conselho Universitário porém quase todos por ato contínuo e repetitivo da Congregação da Unidade em dar provimento ou contrariar a decisão do Conselho Departamental em matéria cuja legislação lhe confere direito para decidir.**

No mínimo curioso é atribuir ao Departamento a **responsabilidade pelo prejuízo da Unidade na obtenção de novos cargos de titular**, quando os processos para este fim, oriundos deste Departamento, precisam utilizar-se de recurso para fazer valer a decisão do Conselho Departamental ante a julgamentos da Congregação, invariavelmente contrários à decisão do Conselho Departamental. **Melhor seria atribuir à Congregação tal responsabilidade pelo prejuízo da Unidade, posto que o Departamento, por intermédio de seu chefe, apenas recorre de determinações da Congregação que ferem os seus direitos regimentais.**

À semelhança do ocorrido em processo oriundo desta Unidade e julgado pelo Conselho Universitário em 27 de março de 2007, há de se apontar a ilegitimidade da recorrente quando questionou a decisão do Conselho de Departamento, principalmente em se tratando de matéria de interesse Institucional. Isto porque, nos termos do Regimento Geral, a escolha de área de abertura de concurso, bem como a elaboração do respectivo programa, incumbe ao Conselho de Departamento, que a submeterá a aprovação da Congregação, e é feita mediante votação, devendo refletir as necessidades do Departamento naquele momento.

Portanto, entende-se que o Departamento é o titular do direito de eleger a disciplina em que se dará o concurso, observada a sistemática regimental, e, em decorrência o único legitimado a valer-se dos recursos institucionais para resguardar seu posicionamento.

A direção da Unidade, não coloca em discussão o recurso/petição e sim o edital proposto pelo Conselho Departamental, agindo corretamente conforme orientação da nobre Consultoria Jurídica da Universidade de São Paulo, que diz que **um recurso não sendo legítimo para assuntos institucionais deve ser recebido como direito de petição.**

No entanto, o parecer que segundo informações do Senhor Diretor, embasou a decisão da Congregação (fls. 87 do processo) volta a apontar legitimidade de recurso dos docentes, sugere que a decisão departamental não seja acatada quando propõe a abertura do edital em todas as áreas, em afronta aos direitos departamentais já expostos e em consonância com a solicitação (recurso/petição) dos docentes.

Assim, sendo:

94
R

a) por considerar que houve decisão equivocada da Douta Congregação, considerando parecer embasado em documento incorporado ao processo por membro impetrante do recurso, que não segue a jurisprudência da Universidade e seus órgãos e legislação,

b) que o ato administrativo de determinação de quais disciplinas ou conjunto delas em que se deve basear o concurso a ser realizado deve refletir as necessidades apontadas pelo Conselho Departamental

VALE-SE do presente o Recorrente para requerer seja o presente recurso recebido e submetido à apreciação da Douta Congregação para reforma da decisão do colegiado para que seja aberto o concurso da forma como requerida pelo Departamento.

Caso Vossa Senhoria entenda, de forma diversa do aqui exposto, o que se admite apenas para fins de argumentação, requer seja o presente recurso encaminhado para a instância superior.

T. em que,
p. deferimento.

Ribeirão Preto, 27 de outubro de 2010.



Prof. Dr. LUIZ CARLOS PARDINI
Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia
Membro da Douta Congregação



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

25

Processo nº: 2008.1.931.58.5

Interessado: Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto - USP

Assunto: Recurso interposto pela chefia do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, desta Faculdade, contra decisão da Congregação, de 18 de outubro de 2010, referente a não aprovação de abertura do concurso visando o provimento de um cargo de Professor Titular, junto ao Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – USP, com base nas áreas de Anatomia e Histologia.

RELATO

Analisando os autos, constata-se a presença dos seguintes documentos:

- 1) Fls. 02 – Ofício da Direção da FORP, de 21 de agosto de 2008, informando a Chefia do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (DMEF), que o DRH, ouvida a Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA – fls. 03 e 04) aprovou a manutenção do Cargo de Professor Titular nº 177733, vago em decorrência da aposentadoria do Prof. Dr. Mathias Vitti, junto ao citado Departamento; - e solicitando o encaminhamento, para apreciação da doula Congregação, a proposta de abertura do concurso de Professor Titular, devidamente aprovada pelo Conselho do Departamento. Destaca-se que o relator pela CAA (fls. 03) manifesta-se favorável à permanência do cargo junto ao Departamento, considerando que o número de Professores Associados é expressivo (15), sendo que todos participam em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, estando a produção científica adequada.
- 2) Fls. 06 – Em atendimento à solicitação da Direção, a Chefia do DMEF, em 08 de setembro de 2008, encaminha a proposta de abertura do citado concurso (Edital - fls. 07/09), com base na disciplina de Morfologia da Cabeça e Pescoço (Área de Anatomia e Área de Histologia), aprovada pelo Conselho do Departamento em 05/09/2008, para apreciação da Congregação.
- 3) Fls. 10 – Encaminhamento dos autos pela Assistência Técnica Acadêmica, em 23 de setembro de 2008, ao relator pela Congregação, Prof. Dr. Paulo Nelson Filho, e devolução à mesma Assistência, a pedido, em 25 de setembro de 2008, sem o parecer. Às fls. 97 (item 1), é apresentada a justificativa do pedido de devolução do processo.
- 4) Fls. 11/16 – Recurso interposto, em 10 de setembro de 2008, fundamentado no artigo 254 do Regimento Geral da USP, por cinco Professores Associados (Profs. Drs. Janete Aparecida Anselmo Franci, Elaine Aparecida Del Bel Belluz Guimarães, José Moacir Marin, Maria José Alves da Rocha e Christie Ramos Andrade Leite Panissi) do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, em face da decisão do Conselho em aprovar a abertura do concurso apenas nas áreas de Anatomia e Histologia; os professores requerem a revisão e a reformulação da decisão do Conselho, de modo que todas as áreas do Departamento sejam incluídas no edital de abertura do concurso. São listadas as seguintes razões para o recurso: a) A



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

destinação do cargo para as áreas de Anatomia e Histologia (com 04 docentes) cercearia o direito à inscrição de 11 dos 15 professores associados; b) Tal decisão não condiz com a política departamental adotada por ocasião da fusão dos Departamentos, quando o Conselho entendeu que os cargos de titular deveriam ser abertos em todas as áreas; é informado também que o cargo de titular em andamento, no momento da fusão departamental (1º cargo), concedido especificamente para o Departamento de Fisiologia, e o seguinte (2º cargo) foram colocados em concurso, sendo em todas as áreas; porém, o 3º cargo foi aberto em áreas específicas (Semiologia e Radiologia) e o 4º cargo (em andamento) propõe-se sua abertura nas áreas de Anatomia e Histologia; c) A análise comparativa do desempenho acadêmico dos docentes (fls. 15 e 16), mostra o preparo dos docentes para galgar o próximo nível da carreira.

5) Fls. 17 – Encaminhamento do recurso dos cinco docentes, pela Chefia do DMEF, em 19 de setembro de 2008, ao Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini, relator pelo Conselho do Departamento. Em seu parecer, o professor enfatiza que, durante a reunião do Conselho do Departamento, foram apresentadas três propostas visando às discussões, argumentações e aprovações, sendo aprovada a abertura do concurso para o provimento do Cargo de Professor Titular na área de Anatomia e Histologia, sendo de opinião que o resultado da votação do Conselho do Departamento seja respeitado e acatado.

6) Fls. 18 – Informação que o recurso foi retirado de pauta da reunião do Conselho do DMEF de 26 de setembro de 2008, devido ao pedido de vistas da Profª. Drª. Simone Cecílio Hallak Regalo, membro do Conselho Departamental.

7) Fls. 19/24 – Documento da Profª. Drª. Simone Cecílio Hallak Regalo ao Conselho do DMEF, apoiando o parecer do relator pelo Departamento, sugerindo, primeiramente, que o recurso interposto não seja aceito e submetido à avaliação e decisão por parte do Conselho do Departamento; porém, considerando que o mesmo foi aceito (o grifo é meu), solicita que os dados apresentados sejam analisados e sobre o todo se faça a análise de mérito". No documento, a professora: a) Salaria que, "uma vez que o Departamento abriga áreas com atividades, perfis e envolvimento institucional diferentes, a proposta da maioria dos docentes do Conselho Departamental é que as disputas pelos cargos de Titular sejam feitas de acordo com cada perfil, e que sejam privilegiadas paulatinamente e em concursos disputados com áreas de mesmo perfil para fins de julgamento do mérito acadêmico por similaridade". b) Acrescenta dados ao recurso interposto, relacionados ao engajamento e às atividades dos docentes das áreas de Anatomia e Histologia, no que se refere ao Ensino (graduação e pós-graduação), Pesquisa e Extensão. c) Relata que "já houve recurso interposto pelo mesmo grupo de docentes, quando da abertura de concurso público para o cargo de professor titular nas áreas de Semiologia e Radiologia e que tal recurso também acarretou atraso e prejuízo para a FORP, tendo em vista que, com o processo em trâmite, a Unidade perdeu a oportunidade de concorrer à distribuição dos 120 cargos de titulares provenientes da Reitoria" (o grifo é meu). d) Salaria que tais docentes não entendem que "o Departamento



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

é o titular do direito de eleger a disciplina ou conjunto de disciplinas em que se dará o concurso e, portanto, o único que pode se valer dos recursos institucionais para resguardar seu posicionamento..." e que "tratando-se de exercício de competência institucional, não têm os docentes, de *per si*, legitimidade para apresentar recursos" citando o parecer da Prof^a. Dr^a. Ada Pellegrini Grinover, aprovado pela CLR (Sessão de 16 de setembro de 1997).

8) Fls. 25 - Encaminhamento dos documentos, em 29 de outubro de 2008, pela Chefia do DMEF à Seção de Expediente da FORP para Autuar e Processar. Devolução ao Departamento, pela Seção de Expediente, em 29 de outubro de 2008.

9) Fls. 26/28 - Pedido de esclarecimentos da Chefia do DMEF à Consultoria Jurídica, CLR ou outro órgão de competência da Universidade de São Paulo, em 29 de outubro de 2008, quanto ao recurso interposto contra a decisão de Conselho Departamental e a correta tramitação dos autos, além de questionar: a) O Conselho do Departamento deve colocar em pauta o recurso? b) O recurso deve ser recebido como direito de petição pela Congregação? c) Como o Chefe deve proceder para resguardar o desejo de seu conselho? d) Como é analisada a questão do cargo de titular ter cunho político? e) Como é analisada a questão do mérito acadêmico quando se trata de áreas bem diferentes?

10) Fls. 29 - Sugestão, pela Assistência Técnica Acadêmica da Unidade, em 03 de novembro de 2008, pelo encaminhamento dos autos à CJ e CLR; de preferência, apensando o processo nº 06.1.1373.58.4 (referente ao recurso interposto por Professores Associados do Departamento de Odontologia Restauradora da FORP, contra decisão da Congregação, que confirmou deliberação do Conselho do Departamento de abertura de concurso para Professor Titular com base na disciplina de Endodontia - RTC), bem como concordância do Diretor da Unidade e encaminhamento à Seção de Expediente para apensamento, com posterior envio ao Gabinete da Magnífica Reitora para o que couber.

11) Fls. 30 - Encaminhamento, em 11 de novembro de 2008, dos autos à Consultoria Jurídica, pela Reitoria.

12) Fls. 31 - Encaminhamento dos autos à Dra. Jocélia de Almeida Castilho (Consultoria Jurídica), em 12 de novembro de 2008, pela Reitoria;

13) Fls. 32/48 - Ata da 136ª Reunião do Conselho do DMEF, anexada ao processo devido a pedidos da Consultoria Jurídica (justificativa às fls. 97, item 2), realizada em 05 de setembro de 2008, onde destaca-se "Aprovação da abertura do concurso nas Áreas de Anatomia e Histologia, com a obtenção de 12 votos favoráveis, 04 contrários e 02 abstenções, com a presença de 18 de seus membros".

14) Fls. 49/54 - Parecer da Consultoria Jurídica da Universidade de São Paulo, datado de 04 de maio de 2009, respondendo aos questionamentos da Chefia do DMEF: a) Falta de legitimidade dos recorrentes (professores associados) para questionarem decisão do Conselho de Departamento, em matéria de interesse institucional; b) Possibilidade de recebimento do recurso interposto pelos docentes pelo



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

Conselho Departamental como Direito de Petição e, mantida a decisão, possibilidade de prosseguimento na tramitação da abertura do concurso pelo Conselho, submetendo sua escolha à apreciação da Congregação; c) Possibilidade de interposição de recurso pelo Chefe do Departamento sempre que a decisão da Congregação alterar o deliberado pelo Conselho; d) Quanto ao Cargo de Titular, "a investidura em cargo ou emprego público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei," "O Professor Titular ingressa em seu cargo por mérito, refletido nas notas conferidas pela Comissão Julgadora". e) Em relação ao mérito acadêmico, "Não consta no rol de competências da Digna CLR manifestação sobre matéria de mérito acadêmico por solicitação de Chefe de Departamento, mas apenas por solicitação da Magnífica Reitora, não havendo, portanto, como encaminhar os autos àquele colegiado".

15) Fls. 55/57 – Ata da CLR de 06 de março de 2007, anexada ao processo pela Consultoria Jurídica (justificativa às fls. 97, item 3), onde foi analisado o processo 2006.1.1262.58.8 (Recurso interposto por Professores Associados do Departamento de Odontologia Restauradora da FORP, contra decisão da Congregação, que confirmou deliberação do Conselho do Departamento de abertura de concurso para Professor Titular com base na disciplina de Endodontia - RTC).

16) Fls. 57 (verso) – Informação constando que, mediante manifestação verbal da Chefe do DMEF por não fazer o direcionamento dos autos à CLR, o processo foi encaminhado ao citado Departamento (justificativa às fls. 97, item 4).

17) Fls. 58 – Não provimento ao recurso interposto pelo Conselho do DMEF (144ª sessão), em 28 de maio de 2009, com a obtenção de 07 votos favoráveis e 10 votos contrários, com a presença de 17 membros.

18) Fls. 59/62 – Proposta do edital do concurso, mantendo a abertura com conteúdo da Disciplina de Morfologia da Cabeça e Pescoço (Áreas de Anatomia e Histologia).

19) Fls. 63 – Envio, em 01 de junho de 2009, ao relator pela Congregação, Prof. Dr. Paulo Nelson Filho, e devolução, em 10 de junho de 2009, à Assistência Técnica Acadêmica a pedido, sem o parecer. Às fls. 97 (item 5), é descrita a justificativa do pedido de devolução do processo.

20) Fls. 64/67 – Documento dirigido ao Diretor, em 08 de junho de 2009, assinado pela Profª. Drª. Janete Aparecida Anselmo Franci, Professora Associada do DMEF, visando esclarecer orientações fornecidas pela Consultoria Jurídica da USP. A professora faz um relato dos fatos ocorridos de três processos relacionados a recursos impetrados por docentes, referente à legitimidade ou não dos mesmos e, anexa um parecer da Profa. Dra. Ada Pelegrini Grinover (fls. 68/73) a respeito da questão. A professora finaliza o documento: "Em vistas às considerações feitas no novo parecer da Dra. Ada Pelegrini Grinover e entendendo que este possa esclarecer questões importantes a serem consideradas no andamento deste



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

102
27

atual processo, envio este parecer no intuito de auxiliar nas decisões a serem tomadas no que tange à forma de encaminhamento do processo".

21) Fls. 68/73 – Parecer da Profa. Ada, a pedido, em 29 de maio de 2009, a respeito da legitimidade ou não de interposição de recurso dos Professores Associados contra a decisão da Congregação da FORP. A professora contesta a interpretação que tem sido dada ao seu parecer de 1997 e afirma que "há plena legitimação ao recurso pelos consulentes, uma vez que não apenas o Departamento é legitimado, mas não é o único legitimado. O interessado, na teoria geral dos recursos, tem sido técnico: é o portador do interesse em recorrer e, por via de consequência, todo aquele que possa auferir utilidade, entendida como vantagem prática, por intermédio de futura decisão. Isto equivale dizer que o Regimento Geral da USP identifica legitimado ao recurso o portador do interesse em recorrer: titulares do direito de recorrer são todos aqueles que têm interesse em recorrer, ou seja, os que possam ser beneficiados, praticamente, pelo provimento de seu recurso."

22) Fls. 74 – Encaminhamento, em 10 de junho de 2009, pela Diretoria, dos autos ao Gabinete da Magnífica Reitora, informando os documentos anexados aos autos a respeito da consulta efetuada pela Profª. Drª. Janete Aparecida Anselmo Franci, bem como resposta da Profª. Ada Pellegrini Grinover, e proposta de encaminhamento à Consultoria Jurídica para nova avaliação e esclarecimentos quanto à maneira correta de encaminhamento do assunto para apreciação da Congregação. É feito o seguinte questionamento: "O assunto deve ser submetido à apreciação da Congregação como análise do recurso impetrado pelos interessados, ou edital de abertura de concurso visando o provimento de um cargo de Professor Titular com base no programa proposto e aprovado pelo Conselho do Departamento?" Às fls. 98 (item 6) é relatada a justificativa de tal encaminhamento.

23) Fls. 75 – Encaminhamento dos autos pela Reitoria, em 19 de junho de 2009, à Consultoria Jurídica para análise.

24) Fls. 76 – Encaminhamento dos autos, em 19 de junho de 2009, à Dra. Jocélia de Almeida Castilho pela Procuradora-Chefe, Dra. Márcia Walquíria Batista dos Santos, para atendimento do solicitado pela Direção da FORP (fls. 74). Às fls. 98 (item 7) é relatada a justificativa de tal encaminhamento.

25) Fls. 76 (verso) – Devolução dos autos à FORP, a pedido, em 09 de setembro de 2010. A justificativa da solicitação da devolução está devidamente relatada às fls. 98 (item 8).

26) Fls. 78 – Solicitação de parecer, em 17 de setembro de 2010, ao relator pela Congregação, Prof. Dr. Paulo Nelson Filho. Resposta do relator, em 22 de setembro de 2010, da impossibilidade de emissão do respectivo parecer, devido a afastamento para ministrar curso no exterior.

27) Fls. 79 – Solicitação de parecer, em 06 de outubro de 2010, a novo relator pela Congregação, Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

28) Fls. 80/82 – Parecer do Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros, em 05 de outubro de 2010, suscitando dois questionamentos: 1) O Departamento é o único legitimado a valer-se de recursos institucionais para resguardar seu posicionamento? 2) Cabe ao Conselho do Departamento a escolha da área de abertura do concurso? Em seu parecer, o professor entende que: 1) É legítimo o direito dos professores associados de impetrarem recurso contra a decisão do Conselho do Departamento; 2) Que, segundo o Regimento Geral da USP, o Conselho do Departamento é o titular do direito para a escolha da(s) área(s) para abertura do concurso, bem como pela elaboração do respectivo programa e submeterá sua escolha à Congregação da Unidade, a quem cabe refletir as necessidades apontadas pelo Departamento, não concordando que a função da Congregação seja simplesmente o de acatar a decisão do Conselho de Departamento. Entende que o direito a concorrer ao cargo de Professor Titular deva ser dado ao conjunto de Professores Associados. Finaliza salientando que "a tramitação do referido processo desde 2008 prejudicou em duas oportunidades (2009 e 2010) a FORP/USP a concorrer à distribuição de cargos de titular provenientes da Reitoria da USP" (O grifo é meu).

29) Fls. 83 – Informação que a Congregação em sua 323ª Sessão Ordinária, realizada em 18 de outubro de 2010, não aprova (o grifo é meu) a abertura do concurso visando o provimento de um Cargo de Professor Titular com base nas áreas de Anatomia e Histologia, bem como sugere (o grifo é meu) ao Conselho do Departamento, a abertura do concurso em todas as áreas do citado Departamento. Os autos são encaminhados ao DMEF para providências, com solicitação de retorno à Assistência Técnica Acadêmica.

30) Fls. 84 – Solicitação de esclarecimentos por parte da Chefia do DMEF à Direção da Unidade, em 22 de outubro de 2010, quanto: 1) À forma da colocação da votação do item referente ao processo; 2) O motivo pelo qual o recurso não foi apreciado pela Congregação e se teria sido ele recebido pelo Senhor Diretor na forma de "petição".

31) Fls. 86/87 – Esclarecimentos da Direção ao DMEF, em 26 de outubro de 2010, informando que: 1) O documento às fls. 11/16 (recurso interposto pelos Professores Associados) foi direcionado ao Conselho do DMEF, bem como recebido por este e não pela Direção, sendo que a Chefia do Departamento daquela época solicitou encaminhamento dos autos (fls. 26/28) para esclarecimentos à CJ e à CLR; entretanto, por manifestação verbal da Chefia (fls. 57 verso), por não fazer o direcionamento dos autos à CLR, o processo foi analisado apenas pela CJ e, após, encaminhado ao DMEF; 2) O parecer da CJ (fls. 49/54) informou que "Quanto ao recurso interposto pelos Professores Associados poderá ser recebido como Direito de Petição, devendo o Conselho do Departamento apreciar os aspectos legais postos na peça recursal. Mantida a decisão, o Conselho poderá prosseguir na tramitação de abertura do Concurso, submetendo sua escolha à apreciação da Congregação". Entretanto, o Conselho do DMEF em 28/05/09 apreciou o recurso interposto e encaminhou os autos à Direção, para apreciação da abertura do concurso pela Congregação (fls. 59/62); 3) Quanto à Ordem do Dia da 323ª Sessão Ordinária da Congregação: a)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

Constou para apreciação: Processo nº 2008.1.931.58.5 – Abertura de concurso visando o provimento de um cargo de Professor Titular, Referência MS-6, em RDIDP do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da FORP/USP, com base nas áreas de Anatomia e Histologia, referente ao cargo/claro (177733). Aprovado pelo Conselho do Departamento – Parecer do Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros, relator pela Congregação; b) Durante a discussão do assunto, o Senhor Diretor informou ao Colegiado que nos autos do processo constava recurso interposto pelos Profs. Drs. Janete Aparecida Anselmo Franci, Elaine Aparecida Del Bel Belluz Guimarães, José Moacir Marin, Maria José Alves da Rocha e Christie Ramos Andrade Leite Panissi, apreciado pelo Conselho do DMEF e que, de acordo com o Parecer da Consultoria Jurídica, o recurso interposto pelos docentes poderia ser recebido como Direito de Petição; mantida a decisão, o Conselho poderia prosseguir na tramitação de abertura do concurso, submetendo sua escolha à Congregação; c) O parecer do relator pela Congregação demonstrou não ser favorável à abertura do concurso com base apenas nas áreas de Anatomia e Histologia e sim em todas as áreas do DMEF; d) o Prof. Dr. Adalberto Luiz Rosa, membro do Colegiado e presente à reunião, sugeriu o encaminhamento dos autos ao Conselho do DMEF para que este apresentasse à Congregação justificativa do motivo pelo qual optou pela abertura do concurso apenas nas áreas de Anatomia e Histologia, sendo tal fato apenas sugestão e, em momento algum, tal sugestão foi colocada em votação; 4) A Congregação, baseada no parecer do relator e na petição dos Professores Associados deliberou não aprovar a abertura do concurso com base apenas nas áreas de Anatomia e Histologia e deliberou sugerir ao Conselho do Departamento a abertura do concurso em todas as áreas do citado Departamento.

32) Fls. 88/94 – Recurso Administrativo interposto, em 27 de outubro de 2010, pelo Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da FORP/USP, Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini, contra decisão da douta Congregação. O professor relata que, em relação aos fatos: 1) Houve colocação de forma divergente na pauta da 323ª Sessão da Congregação do termo relacionado à permanência ou concessão do Cargo de Titular em questão; 2) O processo foi enviado ao relator pela Congregação e foi solicitada sua devolução sem emissão de parecer; 3) Foram anexados aos autos documentos sem conhecimento do Conselho Departamental e da Chefia do Departamento; 4) Houve encaminhamento à Consultoria Jurídica e solicitação de devolução sem manifestação da mesma; 5) O parecer elaborado do relator pela Congregação deu indiretamente atendimento à solicitação dos recorrentes, em detrimento da decisão do Conselho Departamental, que representa o Departamento. Em relação aos direitos, o professor salienta que: 1) Os Departamentos têm autonomia para escolher as disciplinas ou o conjunto de disciplinas que embasarão eventuais concursos; 2) Que a responsabilidade pelo prejuízo da Unidade na obtenção de novos cargos de titular deve ser atribuída à Congregação; 3) Que o Departamento é o único legitimado a valer-se dos recursos institucionais para resguardar seu posicionamento; 4) Que o parecer que embasou a decisão da Congregação afronta aos direitos departamentais e está em consonância com a solicitação (recurso/petição)



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

dos docentes. Por considerar que houve decisão equivocada da douta Congregação, o Recorrente requer que o recurso seja recebido e submetido à apreciação da douta Congregação para reforma da decisão do colegiado.

PARECER

Os questionamentos quanto à forma de colocação na pauta da 323ª Sessão da Congregação do termo relacionado à permanência ou concessão do Cargo de Titular em questão, foram esclarecidos pela Direção ao Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (fls. 86).

As justificativas das solicitações da Direção de devolução do processo, sem a emissão dos pareceres, tanto do relator pela Congregação (em dois momentos), como da Consultoria Jurídica, em 09 de setembro de 2010, estão relatadas às fls. 97/98.

O anexo de documentos aos autos e envio ao Gabinete da Magnífica Reitora, com proposta de encaminhamento à Consultoria Jurídica, ocorreu pelo fato da Direção entender que tal conduta possibilitaria o correto encaminhamento do assunto para apreciação da Congregação (justificativas às fls. 98).

O Parecer do Relator pela Congregação, em 05 de outubro de 2010 (fls. 80/82), abordou dois aspectos importantes que forneceram subsídios para análise e decisão pela douta Congregação, uma vez que a legitimidade do recurso interposto pelos Professores Associados e a questão da autonomia do Departamento em relação à escolha da(s) área(s) para abertura do concurso, traduziam-se em questionamentos do referido processo. Tais questionamentos foram suscitados pela própria Chefia do DMEF, quando do pedido de esclarecimentos (fls. 26/28) à Consultoria Jurídica.

Em relação aos prejuízos para a Unidade, pelo relato dos fatos ocorridos, constata-se que, em determinados momentos, o assunto não foi apreciado pela douta Congregação pela necessidade de esclarecimentos quanto à forma correta do andamento do processo e pela própria ocorrência dos fatos. Observa-se também que a preocupação com tais prejuízos é de ambas as partes, expressada pelo membro do Conselho do DMEF às fls. 23 ("já houve recurso interposto pelo mesmo grupo de docentes, quando da abertura de concurso público para o cargo de professor titular nas áreas de Semiologia e Radiologia e que tal recurso também acarretou atraso e prejuízo para a Forp.") e pelo Relator pela Congregação às fls. 80/82 ("a tramitação do referido processo desde 2008 prejudicou em duas oportunidades (2009 e 2010) a FORP/USP a concorrer à distribuição de cargos de titular provenientes da Reitoria da USP").

As questões quanto à autonomia do Departamento para escolha das disciplinas ou o conjunto de disciplinas que embasam eventuais concursos, e ao fato do Departamento ser o único legitimado a valer-se dos recursos institucionais, foram abordadas pelo relator pela Congregação (fls. 80/82), e tal parecer foi considerado pela douta Congregação quando da votação em sua 323ª Sessão.

Sendo assim, considerando que:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

1) A douta Congregação não se equivocou, e sim, quando da votação em sua 323ª Sessão, considerou o parecer do relator, que por sua vez, considerou os documentos incorporados junto ao processo;

2) A não aprovação da abertura do concurso visando o provimento de um cargo de Professor Titular, junto ao Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, apenas com base nas áreas de Anatomia e Histologia, foi resultado da votação democrática individual pelos membros presentes àquela Sessão, portanto ocorrendo conflito com a votação anteriormente efetuada no Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia;

3) A ausência de fundamento jurídico na legislação universitária vigente assegura à Congregação o direito de não aprovar atos aprovados pelos Conselhos Departamentais;

4) A Congregação é soberana em sua decisão, pois é o órgão máximo da Unidade e é o colegiado que julga a conveniência e o mérito dos concursos realizados na Unidade.

Este relator, s.m.j., é de **PARECER CONTRÁRIO** ao Recurso interposto pela Chefia do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia desta Faculdade, contra decisão da Congregação, de 18 de outubro de 2010, referente à não aprovação de abertura do concurso visando o provimento de um cargo de Professor Titular, junto ao Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto – USP, com base nas áreas de Anatomia e Histologia.

Ribeirão Preto, 17 de novembro de 2010.

Prof.ª Dra. HELENA DE FREITAS OLIVEIRA PARANHOS
Relatora pela Congregação da FORP/USP



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO
Assistência Técnica Acadêmica


105
78/1

Processo nº 2008.1.931.58.5

A Congregação, em sua 324ª Sessão, realizada em 22 de novembro de 2010, baseada no parecer da relatora pela Congregação, deliberou **não dar provimento** ao recurso interposto pelo chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia contra a decisão da Congregação de não aprovar a abertura de concurso visando o provimento de um cargo de Professor Titular, Referência MS-6, em RDIDP do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da FORP/USP, com base nas áreas de Anatomia e Histologia, referente ao cargo/claro 177733, por 06 votos favoráveis ao recurso, 24 votos contrários ao recurso e 02 abstenções, com a presença de 32 membros.

Encaminhe-se à Diretoria com sugestão de encaminhamento ao Gabinete do Reitor, para apreciação pelo Conselho Universitário.

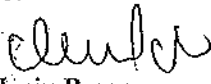
ATAc, 22 de novembro de 2010.


Glaucé Della Rosa
Assistente Técnico Acadêmico

Ciente e de acordo.

Encaminhe-se ao Gabinete do Reitor para o que couber.

Diretoria, 22 de novembro de 2010.


Prof. Dr. Osvaldo Luiz Bezzon
Diretor

11/13 29/11/2010 08:00:00 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO REITORIA DECE



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

30

PG. P. 3239/11
JAC/

PROCESSO: 2008.1.931.58.5

INTERESSADO: FACULDADE DE
ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

ASSUNTO: Recurso interposto contra decisão da
Congregação, que alterou a deliberação do
Conselho de Departamento de abertura de
concurso para Professor Titular, modificando a
área de abertura do concurso.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral

Cuidam os presentes autos de Recurso interposto pelo D. Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da Faculdade de Odontologia do *Campus* de Ribeirão Preto contra decisão da Congregação, que não aprovou a abertura de concurso para provimento de cargo de Professor Titular na área proposta pelo Departamento (áreas de Anatomia e Histologia), determinando sua abertura em todas as áreas do Departamento (fls. 89/94).

Compulsando os autos verifica-se que o Conselho de Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia deliberou, em 05/09/2008, abrir o concurso em questão nas áreas Anatomia e Histologia.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

309

Após longa tramitação dos autos, com consultas a este órgão jurídico e recurso interposto por Professores Associados do mesmo Departamento, a Congregação não aprovou a abertura do concurso nas áreas de Anatomia e Histologia, conforme proposta Departamental, sugerindo ao Conselho de Departamento a abertura do concurso em todas as suas áreas de conhecimento (fls. 86/87).

Inconformado o Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia interpôs recurso contra essa decisão, alegando, em apertada síntese, que "os Departamentos têm autonomia para escolher as disciplinas ou conjunto de disciplinas que embasarão eventuais concursos da natureza do que aqui se debate." (fls. 89/94).

Acrescenta que, "(...) o Departamento é o titular do direito de eleger a disciplina em que se dará o concurso, observada a sistemática regimental, e, em decorrência o único legitimado a valer-se dos recursos institucionais para resguardar seu posicionamento, ressaltando que "(...) o ato administrativo de determinação de quais disciplinas ou conjunto delas em que se deve basear o concurso a ser realizado deve refletir as necessidades apontadas pelo Conselho de Departamento".

Requer, por fim, a abertura do concurso na área requerida pelo Departamento - com base na disciplina de Morfologia da Cabeça e Pescoço - Áreas de Anatomia e Histologia.

Reexaminando a matéria, a Congregação, com base no Parecer da Profa. Dra. Helena de Freitas Oliveira Paranhos, negou provimento ao recurso do Chefe de Departamento, por entender, em suma, que a Congregação é soberana em sua decisão, pois é o órgão máximo da Unidade e é o Colegiado que julga conveniência e mérito dos concursos realizados na Unidade (fls. 100/104).

2



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

31

170

Feito o breve relatório, opino.

Cinge-se a questão, no momento, em examinar qual o órgão competente para fixar a área de abertura de concurso docente. Tal dúvida deve-se ao impasse alcançado pela Congregação da FORP e o Conselho de Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da mesma Unidade.

Reza o artigo 125 do Regimento Geral:

"Art. 125 - Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade.

§ 1º - Os concursos serão feitos para o Departamento, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento.

§ 2º - O programa, proposto pelo Departamento, deverá ser submetido à apreciação da Congregação."

Depreende-se de tal dispositivo legal que incumbe ao Departamento propor o programa - elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas - que será submetido à apreciação da Congregação, que aprovará (ou não) a abertura do Concurso, nos termos do artigo 39, VII, do Regimento Geral.

Verifica-se, então, que nas Unidades que possuem Departamentos em sua estrutura há a manifestação de vontade de dois órgãos: o Conselho de Departamento e a Congregação.

Trata-se do que se denomina em Direito Administrativo de ato administrativo complexo, ou seja, aquele "que se

[Assinatura]



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

111

... forma pela conjugação de vontade de mais de um órgão administrativo",
segundo definição de Hely Lopes Meirelles¹

Sobre a matéria, a lição de José de Carvalho Santos²:

"A vontade administrativa pode exteriorizar-se de forma uma ou múltipla. O objetivo proposto pela Administração pode ser alcançado através de processo de formação do ato em que intervenha uma única ou várias manifestações administrativas. É nesse aspecto que enfocamos o presente critério classificatório.

(...)

Atos complexos são aqueles cuja vontade final da Administração exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos, havendo certa autonomia, ou conteúdo próprio, em cada uma das manifestações. Exemplo: a investidura do Ministro do STF se inicia pela escolha do Presidente da República; passa, após, pela aferição do Senado Federal; e culmina com a nomeação (art. 101, parágrafo único, CF)".

Essa é a hipótese estabelecida pelo Regimento Geral ao tratar da abertura de concursos docentes: o Conselho de Departamento propõe o Programa, e logicamente, a área em que se realizará o concurso, e a Congregação aprova a abertura do concurso.

O problema ocorre quando as manifestações dos dois Colegiados não são convergentes, como ocorre no presente caso, circunstância em que o ato não se aperfeiçoa, e via de consequência, o concurso não é aberto.

Entretanto, embora não haja no Regimento Geral solução expressa para a pendência, necessário que se resolva o problema, em respeito ao princípio da eficiência e da continuidade do

¹ Direito Administrativo Brasileiro, 33ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, p.172.

² Manual de Direito Administrativo, 24ª ed., Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011, p. 121

gall



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

32

serviço público, pressupondo-se que o provimento de cargo de Professor Titular seja, de fato, necessário para o Departamento.

No caso em exame, bem agiu a Congregação ao devolver os autos ao Departamento com sugestão de abertura do concurso de Professor Titular em todas as áreas.

Todavia, ante o posicionamento do Departamento a controvérsia não foi decidida, pendendo, no momento, de apreciação do recurso pelo Conselho Universitário, considerando que a Congregação manteve sua decisão.

De fato, na ausência de regra expressa, deverá a Universidade eleger critério para o deslinde da questão.

Sob o aspecto estritamente jurídico, parece-nos que não existindo consenso entre o Departamento e a Congregação, deveria prevalecer o posicionamento do órgão hierarquicamente superior, ou seja, a Congregação.

Isto porque, embora seja competência do Conselho de Departamento **propor** à Congregação a realização do concurso, bem como o programa de modo a caracterizar uma área de conhecimento, conforme previsto no artigo 125 do Regimento Geral, todas as questões relativas à realização de concursos dependem da aprovação pela Congregação.

Tanto é que, com referência à indicação de Comissão Julgadora para concursos docentes, o Regimento Geral prevê em seu artigo 184 que a Congregação poderá substituir, no todo ou em parte, os nomes propostos pelo Conselho de Departamento.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

113

Aplicando tal sistemática no presente caso, e respeitando-se o teor das regras regimentais, parece-nos que, em havendo divergência entre o Departamento e a Congregação quanto à área de abertura do concurso e respectivo programa, após a tentativa de conciliação, deve prevalecer, por analogia ao artigo 184 do Regimento Geral, a decisão da Congregação.

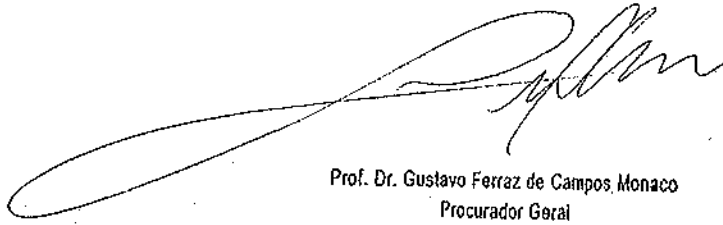
Essas as observações que julgamos cabíveis e que submetemos à consideração dessa DD. Chefia, com proposta de encaminhamento à D. Comissão de Legislação e Recursos.

Procuradoria Geral, 07 de novembro de 2011.

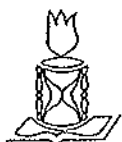

JOCÉLIA DE ALMEIDA CASTILHO
Procuradora

*Acolho o bem fundado
Pedido à Secretaria Geral
para inclusão na pauta da
d. CLT*

PG, 7. nov. 11



Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco
Procurador Geral



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S.Paulo - SP CEP 05508-900
 Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fst@edu.usp.br

PROCESSO: 2008.1.931.58.5
INTERESSADO: FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO
ASSUNTO: Recurso interposto contra a decisão da Congregação, que alterou deliberação do Conselho do Departamento de abertura do Concurso para Professor Titular, modificando a área de abertura do Concurso.

PARECER

Tratam os autos de recurso interposto pela Chefia do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da Faculdade de Odontologia do *Campus* de Ribeirão Preto contra deliberação da Congregação, que não aprovou abertura de concurso para provimento do cargo de Professor Titular na área proposta e aprovada pelo Conselho Departamental (Anatomia e Histologia), determinando sua abertura em todas as áreas do Departamento (fls. 89/94).

A matéria foi alvo de extenso conflito entre docentes do próprio Departamento e entre as duas instâncias decisórias – Conselho Departamental e Congregação – o qual se encontra descrito em todos os seus pormenores no relato e parecer da lavra da Profa. Dra. Helena de Freitas Oliveira Paranhos, indicada relatora pela Congregação da FORP/USP (anexos sob fls. 100-104, frente e verso).

Por força de aposentadoria de Professor Titular e tendo a vaga permanecido no Departamento, o Conselho decidiu, em 05/09/2008, abrir o edital do concurso nas áreas de Anatomia e Histologia. Tal deliberação contudo foi objeto de contestação por parte de alguns docentes que entenderam que outras áreas do Departamento dispunham de condições favoráveis – não apenas densidade acadêmica e científica como também a existência de docentes qualificados para participar do certame. Argumentaram que, se mantida a decisão do Conselho, 11 dos 15 docentes Associados estariam com seus direitos cerceados. Em decorrência propuseram a revisão e reformulação da decisão do Conselho.

O assunto foi então objeto de intensa discussão, envolvendo distintos aspectos: legitimidade dos recorrentes para o pleito, legitimidade do Conselho para decidir do recurso, pertinência administrativa para inclusão de documentos (pareceres), competências dos órgãos colegiados para deliberar em caso de recurso.

No curso das discussões, o Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, em reunião datada de 28/05/2009, não acolheu o recurso formulado pelos docentes. Subindo os autos à instância superior, a Congregação, reunida em 18/10/2010, com base em parecer de relator nomeado pela Direção da

FORP, deliberou não aprovar a abertura de concurso como também recomendou ao Departamento a abertura de concurso em todas suas áreas.

Esta decisão motivou, por sua vez, recurso interposto pela Chefia do Departamento contra a decisão da Congregação, considerada equivocada. Segundo este recurso, ao negar a abertura do concurso nos termos propostos e aprovados pelo Conselho Departamental e, em contrapartida, sugerir a abertura em todas as áreas do Departamento, a Congregação acabou por dar guarida à pretensão dos recorrentes, agindo em desacordo com a jurisprudência que rege a matéria nesta Universidade de S. Paulo.

Recebido o recurso, foi designado novo relator (já mencionado, fls. 100-104, frente everso), o qual reconheceu o acerto da Congregação sob o seguinte argumento: na ausência de fundamentação jurídica na legislação universitária vigente, cabe à Congregação a prerrogativa de não aprovar atos anteriormente aprovados pelo Conselho Departamental. A Congregação é soberana nesta prerrogativa pois que é o órgão máximo da Unidade, com competência exclusiva para julgar o mérito dos concursos em seu âmbito. Propõe o não acolhimento ao recurso formulado pela Chefia do Departamento.

Em reunião realizada em 22/11/2010, a Congregação da FORP nega provimento ao recurso.

Por fim, Parecer da Procuradoria Jurídica (PG.P. 3239/11, fls. 108-113) confirma esse entendimento. De acordo com o artigo 125 do Regimento Geral, ao Departamento cabe propor o programa (isto é a disciplina ou conjunto de disciplinas), o qual deve ser submetido à apreciação da Congregação que aprovará ou não a abertura do concurso, bem como tratará de todas as questões relativas à sua realização. Não havendo consenso entre ambas instâncias, deve prevalecer o posicionamento do órgão hierarquicamente superior.

À vista do exposto, entendo que a matéria está suficientemente fundamentada. Proponho à CLR seja negado o recurso interposto pela Chefia do Departamento.

São Paulo, 08 de dezembro de 2011.



Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Membro da CLR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

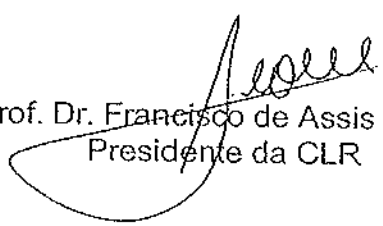
Rub. _____

Processo: 2008.1.931.58.5

Interessado: FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO

A CLR, em sessão realizada em 8 de dezembro de 2011, aprovou o parecer do relator, contrário ao recurso interposto pelo Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia.

São Paulo, 15 de dezembro de 2011.



Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 15 de dezembro de 2011.



Rubens Bêçak
Secretário Geral